

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



Dissertação

Mapeando a rede ecológica na região de Pelotas:
um estudo etnográfico sobre a organização e a construção de sentidos da rede local.

Patrícia Postali Cruz

Pelotas, 2015.

Patrícia Postali Cruz

Mapeando a rede ecológica na região de Pelotas:
um estudo etnográfico sobre a organização e a construção de sentidos da rede local.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira Neto

Coorientadora: Loredana Ribeiro

Pelotas, 2015

Patrícia Postali Cruz

Mapeando a rede ecológica na região de Pelotas:

um estudo etnográfico sobre a organização e a construção de sentidos da rede local.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: Dois de março de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira Neto (Orientador)
Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof^a. Dr^a. Flávia Charão Marques
Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra
Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas.

Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C955m Cruz, Patrícia Postali

Mapeando a rede ecológica na região de Pelotas, Rio Grande do Sul : um estudo etnográfico sobre a organização e a construção de sentidos da rede local. / Patrícia Postali Cruz ; Francisco Luiz Pereira Neto, orientador ; Loredana Ribeiro, coorientadora. — Pelotas, 2015.

163 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Redes. 2. Conexões. 3. Movimento ecológico. 4. Etnografia. 5. Agricultura familiar. I. Pereira Neto, Francisco Luiz, orient. II. Ribeiro, Loredana, coorient. III. Título.

CDD : 305.8

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Dedico este trabalho a todos aqueles que fazem da Terra sua morada, seu aprendizado e sua vivência cotidiana.

Agradecimentos

Aos familiares que sempre caminharam junto nessa conquista, em especial ao pai e à mãe, pois sem sua força e garra nada disso teria sido possível, fica meu eterno agradecimento pelas oportunidades oferecidas. À minha irmã que me apoiou, mesmo à distância, nos momentos de “surto” e cansaços. Aos telefonemas intermináveis te agradeço cada segundo desprendido para que este trabalho se fizesse finalizado.

Ao companheiro e amigo Fernando B. da Silva por ficar ao meu lado nestes tempos de página em branco e tempo corrido. Agradeço pelas palavras de acalento e por acreditar nesta caminhada conturbada. Fica aqui minha eterna gratidão por tua presença solidária na criação deste trabalho, pelas leituras despreziosas, pelas dicas de um leitor curioso ao cuidar das palavras tortas das páginas em criação e, também, pelo som grave quando tu te fazias presente pela casa. Agradeço por me alimentar com carinho e por zelar por momentos que muitas vezes passavam por mim despercebidos. Será eterno meu agradecimento pelas tuas compreensões em meio às minhas incompreensões deste tempo caloroso.

Aos interlocutores da pesquisa e amigos da vida que neste trabalho chamo: Rosa, Ivo, Claudino, Angélica, Fábio, Daphini, Liomar, Helga, Nilo, Márcia, Lúcio, Lia e tantos outros que fazem parte desta linda rede, mas que não tive tempo de trazê-los para esta dissertação. Fica meu eterno agradecimento por acreditarem e confiarem no trabalho desenvolvido. De mim, tenham a certeza da eterna admiração dos trabalhos que realizam e das pessoas que se tornam em meio às experiências da vida. O aprendizado nestes tempos de “roça” e de olhares ao mundo, seguirá comigo por toda a vida e, certamente, me faz de agora em diante uma pessoa diferente daquela que iniciou a despreziosa pesquisa de campo.

Ao Dr. Francisco Pereira Neto por acreditar nas propostas e devaneios que sondam todos os dias sua orientada. Agradecer pelos ensinamentos e pela compreensão diária ao realizar este trabalho junto comigo.

À Loredana Ribeiro que aceitou coorientar este trabalho. Agradeço pelo tempo desprendido e pelos “puxões de orelha” que me fizeram abrir os olhos para dimensões da pesquisa que muitas vezes não conseguia enxergar. Fica minha satisfação de poder contar contigo nesta etapa de minha formação.

Às irmãs de alma: Juliane e Isabel que sempre caminharam juntas nessa trajetória. Aos ensinamentos dos mundos possíveis e por acreditarem em mim agradeço cotidianamente suas presenças, mesmo que às vezes à distância.

Aos colegas, todos. Aos novos e antigos. Agradeço pelas conversas, pelas trocas diárias, pelos ensinamentos antropológicos sejam eles empíricos ou teóricos. Em especial, ao Mauricio, companheiro de temática de pesquisa, agradeço as trocas de figurinhas, de ideias, nossos encontros sempre intensos em prosas me fizeram

crescer cada dia mais. À Martita, companheira de devaneios nos tempos de escrita, agradeço por trocar as angústias comigo e por dar força para seguir em frente quando pensava em desistir. Ao Vini pela sua sensibilidade sem tamanho, agradeço as energias compartilhadas nestes tempos de caminhada antropológica.

À todos aqueles que se dedicam a fazer deste programa um local para se pensar na vida, nos mundos, nos olhares e nas diversas antropologias que se fazem presentes por aí. Professores, funcionários, colegas sem vocês nada disso teria sido possível.

À Thaíse sempre tão paciente com as loucuras e faltas de organização dos antropólogos, minha gratidão pelas atenções desprendidas a mim ao longo do curso.

Ao Fernando, mais uma vez, pela sua generosidade de literalmente me fornecer o veículo e, algumas vezes, a sua guia para a realização desta pesquisa. Sem a Fiora guerreira o caminho teria sido mais penoso e sem teu comando nas estradas de chão, talvez eu e ela ficássemos pelos meios dos caminhos.

Aos não-humanos que permeiam intensamente este estudo e esta escrita: ao mato daqui de casa que nos tempos de solidão a mim fizeram intensa companhia; aos pássaros livres que nos seus horários de canto vinham a janela cantarolar e me lembrar que já era de almoçar; aos sapos vizinhos agradeço a compreensão do meu medo que aqui no pátio nunca apareceram, mas que cotidianamente nos brindavam com seus graves e agudos nos cantos de ninar noturnos e longos; as plantas da horta que me alimentaram e me ensinaram a cuidar e esperar os ciclos de cada ser; aos diversos cachorros que por este tempo aqui passaram: aos meus Clara Nunes, Mel Lisboa, Flora Matos, Mussun e à nossa guerreira Pretinha meu eterno agradecimento pelas aprendizagens cotidianas, pela retirada do tédio ou, melhor, pela impossibilidade dele em meio a tanta vida e tanta agência nesta casa, sem vocês meus parceiros o caminho teria sido mais tortuoso e menos sorridente, também aos que estiveram aqui de casa de passagem: Pretona, Rapozão, Baia (que sabe lá por onde anda), Veio Xico, Guri e os passageiros de caminhadas na praia minha gratidão por me mostrarem a simplicidade que é a vida e a maravilha da troca de amor entre os seres. À água, que gostaria de algum dia poder dizer límpida, da orla deste Laranjal que me acolheu de forma intensa e energizadora tornando este processo mais leve.

Às músicas que acompanharam o processo desta escrita. Agradeço intensamente, aos músicos, o compartilhamento de suas sensibilidades através de seus registros musicais. Minha admiração não cabe nomes, mas meus sentimentos são intensos.

Por fim, à CAPES por me proporcionar a bolsa de estudos.

Meu muito Obrigada!!!!

*Um fotógrafo-artista me disse outra vez: Veja que pingo de sol no couro de um lagarto é para nós mais importante do que o sol inteiro no corpo do mar. Falou mais: que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balanças, nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em Nós.
(Manoel de Barros)*

Resumo

CRUZ, Patrícia Postali. **Mapeando a rede ecológica na região de Pelotas, Rio Grande do Sul**: um estudo etnográfico sobre a organização e a construção de sentidos na rede local. 2015. f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

O presente trabalho se propôs a analisar a organização da rede ecológica na região de Pelotas a fim de abordar, a partir das definições dos próprios atores, os principais elementos construtores dos significados que parecem dar sentido à rede local. O estudo teve como cenário a região de Pelotas e seus espaços de comercialização de produtos ecológicos tais como feiras ecológicas, lojas, restaurantes e propriedades de famílias ligadas à produção ecológica na região. Além disso, a partir da perspectiva teórica e metodológica do Ator-rede tratou-se de priorizar a heterogeneidade de atores e conexões produzidas em torno das relações da rede local. Utilizou-se enquanto recurso metodológico entrevistas abertas e observação participante, ferramentas cunhadas a partir do método etnográfico. Discutem-se, a partir dos dados de campo, o processo de invenção da categoria ecológica na rede local. Para abordar este assunto, serão tratados dois conceitos importantes na formação da rede: as noções de agricultura alternativa e agricultura ecológica. Espero ponderar ao leitor, como a transposição da noção de alternativo para ecológico modifica as relações da rede mobilizando outros significados para ela. Neste sentido, para além do plano ideológico e racional do ecológico parece se objetivar na experiência cotidiana, seja no ato de se alimentar, no trato com a terra ou até mesmo no preparo dos alimentos ecológicos. Por fim, pretendo traçar a dinâmica de ação de duas entidades religiosas que parecem ser estruturantes na organização da rede local. Primeiramente a esfera de ação das entidades religiosas, as quais partem de demandas locais para auxiliar na organização dos grupos e, em seguida, a transferência deste papel para o Estado, o qual atribui ao universo dos agricultores familiares demandas e definições em relação aos *fazeres* da agricultura ecológica, a partir de ações distantes da realidade da rede local.

Palavras-chave: Redes. Conexões. Movimento ecológico. Agricultura Familiar. Etnografia.

Abstract

CRUZ, Patrícia Postali. Mapping the ecological network in the region of Pelotas, Rio Grande do Sul: an ethnographic study about the organization and the construction of meanings in the local network. 2015. f. Master's Thesis - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

The present study proposes to analyze the organization of ecological network in the region of Pelotas in order to deal with, from the definitions of their own players, the main elements builders of meanings that seem to make sense to the local network. The study scenario is the region of Pelotas and their spaces of marketing of ecological products such as ecological fairs, shops, restaurants and properties of families linked to ecological production in the region. In addition, from the theoretical perspective and methodology of actor-network theory (ANT) it was to prioritize the heterogeneity of actors and connections produced around the relationship of the local network. It was used as methodological resource open interviews and participant observation, tools minted from the ethnographic method. It is discussed, from the field data, the process of invention of ecological category on the local network. To address this issue, we will cover two important concepts in the training of the network: the concepts of alternative agriculture and ecological agriculture. I hope to consider to the reader, as the implementation of the concept of alternative ecological modifies the relations of the network mobilizing other meanings to it. In this sense, in addition to the ideological plan and rational ecological seems to objectivate in daily experience, is in the act of eating, in dealing with the land or even in the preparation of ecological food. Finally, I want to trace the dynamic action of two religious bodies that seem to be influential in the organization of the local network. The first sphere of action linked to religious bodies, which are based on local demands to assist in the organization of the groups, and then the transfer of this role for the State, which attaches to the universe of family farmers demands and definitions in relation to doings of ecological agriculture, from actions far from the reality of local network.

Keywords: Networks. Connections. Green Movement. Family Agriculture. Ethnography.

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa das etnias predominantes em cada região da cidade de Pelotas e seu entorno	52
Figura 2	Feira Ecológica na Avenida Dom Joaquim em Pelotas/RS	64
Figura 3	Reportagem no jornal local referente às feiras na cidade de Pelotas e a parceria com os outros grupos na formação da rede de comercialização local	65
Figura 4	Reportagem no jornal local sobre a criação do primeiro entreposto de produtos ecológicos na cidade de Pelotas	69
Figura 5	Sede da Cooperativa Sul Ecológica, ponto fixo de venda de produtos ecológicos dos cooperativados	73
Figura 6	Mulheres do MMTR e o trabalho com os remédios caseiros a base de plantas medicinais	80
Figura 7	Produção dos produtos processados para a feira ecológica da família Jung	81
Figura 8	Banca do grupo de agricultores da ARPASUL ao qual participa a família Jung na feira ecológica na cidade de Pelotas	82
Figura 9	Sistema de sombrite na propriedade dos Scheunemann e o casal de agricultores	88
Figura 10	Folder de apresentação da feira ecológica no Armazém Terra Sul.	96
Figura 11	Mapa da distribuição dos núcleos de consumidores da feira virtual da associação Bem da Terra.	100
Figura 12	Plataforma Cirandas, onde estão alocados os produtos e pedidos da feira virtual da Associação Bem da Terra.	101
Figura 13	Verduras comercializadas pela associação Bem da Terra no ciclo de dezembro 2014.	104
Figura 14	Centro de Distribuição da Associação Bem da Terra.	105

Lista de Tabelas

- | | | |
|----------|--|-----|
| Tabela 1 | Quadro atual dos municípios e seus respectivos grupos de agricultores familiares de base ecológica com atuação na Cooperativa Sul Ecológica. | 97 |
| Tabela 2 | Números consolidados dos quatro primeiros ciclos da feira, referente ao mês de dezembro de 2014. | 102 |

Lista de Quadros

Quadro 1	A Associação Regional de Agricultores Ecologistas	36
Quadro 2	A Cooperativa Sul Ecológica	37
Quadro 3	Rede de Comércio Justo e Solidário Bem da Terra	38
Quadro 4	História da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e premissas do seu trabalho.	120
Quadro 5	Histórico do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e o trabalho da entidade.	123

Lista de Abreviaturas e Siglas

	Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região
ARPASUL	Sul
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CD	Centro de Distribuição
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOLMÉIA	Cooperativa Ecológica COOLMÉIA LTDA.
EMATER	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEPAC	Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Consumo
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
LEEPAIS	Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som.
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Sem-Terra
NESIC	Núcleo De Economia Solidária e Incubação De Cooperativas
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
	Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia
TECSOL	Solidária
	União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu e
UNAIC	Região

Convenção

Os trechos em *itálico* representam falas, palavras e expressões dos entrevistados da pesquisa ou algum termo em idioma estrangeiro. As aspas duplas foram empregadas para apresentar conceitos trazidos a partir da bibliografia consultada ou para destacar termos, enquanto que as aspas simples foram utilizadas como forma de evidenciar os destaques da autora.

Sumário

1 Introdução.....	16
2 Fazer etnografia, relatar a relação: o trajeto da pesquisa etnográfica.....	23
2.1 A formação do objeto em campo.....	23
2.1.1 Metodologia: como (ou tentando) rastrear o coletivo?.....	23
2.1.2 Sobre o <i>entrar</i> no movimento ecológico.....	29
2.1.3 (Des)Complexificando a rede ecológica: os personagens da rede através dos interlocutores da pesquisa.....	35
3 Articulando contextos, aproximando teorias.....	40
3.1 Agricultura e modernidade: os impasses do modelo de “modernização” agrícola.....	40
3.1.1 Da luta pela terra aos paradigmas contemporâneos da questão ambiental.....	45
3.2 a paisagem agrícola da pesquisa: o caso da região de pelotas.....	49
4 “Em pelotas, têm movimento ecológico?”: uma história contada pelos próprios atores.....	54
4.1 A dinâmica de construção da rede em formação: o contexto etnografado.....	54
4.2 Aproximando as lentes: trajetórias em movimentos e os intercruzamentos da rede.....	73
4.2.1 A rede ecológica pela via das mulheres católicas.....	73
4.2.2 O trabalho na terra e as vias de acesso de um casal agricultores luteranos.....	82
4.2.3 Outros grupos, novas articulações: o acesso à rede ecológica pela esfera do <i>consumo consciente</i>	88
4.3 E a rede (continua) em ação: entidades, controvérsias e a imersão na web.....	93
5 Entre trabalho, economia, religião, política(s), naturezas e saberes: o “fato social total” desajustado.....	106
5.1 Quando o <i>alternativo</i> encontra o <i>ecológico</i> : nos interstícios das agriculturas.....	107
5.2 Religião, estado e política: as entidades e a organização da rede local.....	120

Referências.....

Pranchas fotoetnográficas.....

1 INTRODUÇÃO

De certa forma, as motivações para realização desta pesquisa surgem, principalmente, a partir da inserção no Grupo de Agroecologia¹ (GAE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) no ano de 2007 e das experiências vividas conjuntamente com os colegas militantes do grupo. Nesse percurso, diversos foram os atores que me ensinaram sobre suas experiências e conquistas em torno da luta na e pela terra. Seria pretensão demais tentar relatar aqui cada lugar e cada realidade vivenciada nos encontros, cursos, saídas de campo, visitas e mutirões. Entretanto, o trabalho produzido, em forma de dissertação, está intensamente permeado pelos ensinamentos de cada homem e mulher que cruzaram esse caminho de descobertas e aprendizagens durante a graduação em Biologia e em Antropologia. Assim, minha trajetória se entranha em uma teia de outras tantas trajetórias. Compreendendo que o resultado do fazer etnográfico se compõe destes encontros é que pretendo nesta dissertação apontar os emaranhados de experiências que compõe esta pesquisa

Apesar da formação inicial em Licenciatura em Biologia o percurso da minha formação não segue um caminho tão linear: da reabilitação de animais marinhos à pesquisa sistemática com insetos e suas interações tritróficas; das plantas de cultivo em larga escala aos sistemas agroflorestais; dos paradigmas das ciências exatas aos imbrólios das ciências humanas; das pesquisas com animais às interações entre agricultores e cultivos. Nesse sentido, este trabalho se constrói num diálogo entre a trajetória acadêmica e os mundos que foram sendo descobertos a partir de diferentes inserções de pesquisa, grupos de estudos, grupo de agroecologia, entre outros coletivos.

¹ “O Grupo de Agroecologia (GAE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) surgiu em 1993, a partir da necessidade percebida por um grupo de estudantes da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) de discutir outras formas de se pensar agricultura. O objetivo do grupo é fomentar práticas e debates fundamentados na agroecologia, primando sempre por uma troca de conhecimentos e experiências, tanto na comunidade acadêmica, quanto na comunidade em geral” (BROLESE et. al, 2007).

Para mim o universo de ação de militância em torno da agricultura ecológica era desconhecido até ingressar no Grupo de Agroecologia da Universidade Federal de Pelotas. O grupo era um projeto de extensão, proposto pelos estudantes dos cursos da agronomia e biologia, basicamente. A premissa fundamental era a união da prática e da teoria, relação esta, que na visão dos alunos, era falha no processo de formação profissional desenvolvido pela Universidade. As ações do grupo se voltavam mais para o estudo e discussão de técnicas agrícolas alternativas, muito em função do contato mais direto com estudantes de Agronomia da referida universidade. Além disso, havia inserção dos alunos em diferentes movimentos sociais ligados às lutas do campo, o que proporcionou o contato com uma heterogeneidade de atores da rede ecológica e que modificou, principalmente, a minha compreensão sobre o trabalho na terra.

Foi no contato com a Antropologia que tentei compreender melhor do que se tratava a constituição da rede e seus contextos. Numa relação de aproximação recente e, ainda, desconhecimentos das lógicas que organizavam a formação de um movimento tão complexo, me motivei a adensar os estudos da pesquisa de mestrado no tema. Nesse sentido, foi pelas ferramentas metodológicas e teóricas da antropologia que tentei (e ainda tento) tornar o que agora é algo mais familiar em algo compreensível, ou ainda, nas palavras de Da Matta (1981), transformar o familiar em exótico e, assim, apreende-lo enquanto um tema de estudo antropológico.

Durante a graduação em Antropologia me inseri no Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Consumo (GEPAC), o grupo contava com alunos de graduação, mestrado e doutorado de diversas áreas, que tinham como ponto em comum o estudo do rural. Uma parceria entre projetos de pesquisa, um ligado ao GEPAC e outro ligado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), fez com que uma equipe de antropólogos e agrônomos realizasse uma pesquisa etnográfica e documental sobre os hábitos alimentares e modos de vida de famílias rurais de diferentes origens e identidades étnicas, presentes nos processos de formação social das colônias da região de Pelotas (RS).

Nesta iniciação na pesquisa etnográfica, tive o privilégio de acompanhar o cotidiano de uma família de agricultores ecológicos da região, a família

Schiavon. Atualmente a propriedade da família Schiavon se caracteriza pela produção ecológica, tendo ampla visibilidade no cenário da produção regional. A propriedade recebe visitas periodicamente, são professores, pesquisadores, estudantes universitários, técnicos de empresas de extensão, entre outros, que procuram a casa da família a fim de conhecer a experiência de trabalho desenvolvido pelo grupo. Nesta iniciação de campo, percebi um rural distante da ideia de um local atrasado e/ou selvagem como algumas bibliografias costumavam reportá-lo. Além disso, a formulação de uma concepção de mundo para estes atores parecia ultrapassar categorias restritas ao rural ou ao universo de produção. Assim, a interlocução da família com os universos acessados a partir da inserção na agricultura ecológica parecia expandir o universo de ação daqueles interlocutores. Motivada pelo campo e imersa em reflexões sobre os sentidos do ecológico é que o projeto de pesquisa, resultantes nesta dissertação, se constrói.

Inicialmente o projeto estava organizado para dar conta da rede das relações sociais a partir do universo das feiras ecológicas na cidade de Pelotas, atentando especificamente para a natureza dessas relações a fim de compreender o fluxo entre campo e cidade. Entretanto, ao longo do trabalho de campo, o projeto de pesquisa foi se modificando. Logo no primeiro ano de disciplinas de mestrado as propostas da pesquisa passaram, então, a se aproximar das premissas metodológicas e teóricas da teoria do ator-rede² (cf. LATOUR, 2012). Assim, houveram modificações no projeto, principalmente no que se refere ao objeto de estudo. Se, no projeto inicial, tínhamos um local de estudo determinado – no caso as feiras ecológicas da região de Pelotas - o trabalho de campo passa a extravasar essa proposta e segue diferentes atores que compõe a rede. Os locais, agora transformados definitivamente em atores-

² Na tentativa de definir a proposta metodológica e teórica apontada pela Teoria do ator-rede, a qual fundamenta, em certa medida, a metodologia adotada neste projeto de pesquisa, Latour (2012, p. 44) aponta que “em lugar de assumir um postura sensata e impor de antemão um pouco de ordem, a ANT se considera mais capaz de vislumbrar ordem *depois* de deixar os atores desdobrarem o leque inteiro de controvérsias no qual se meteram. É como se disséssemos aos atores: “Não vamos tentar disciplinar vocês, enquadrá-los em nossas categorias; deixaremos que se atenham a seus próprios mundos e só então pediremos sua explicação sobre o modo com os estabeleceram”. A tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista. É por isso que para recuperar certo senso de ordem, a melhor solução é rastrear conexões *entre* as próprias controvérsias e não tentar decidir como resolvê-las.”

redes, são movidos para o segundo plano; as conexões, veículos e vínculos avançam para o primeiro plano. (LATOURE, 2012, p.316)

Com o andamento da pesquisa de campo e com as imersões em disciplinas teóricas e metodológicas da antropologia, o olhar do projeto se volta para a complexidade de significados e conexões entre atores que vão sendo construídas em torno da rede ecológica. Sem se fixar na observação de um espaço definido, o que me proponho a analisar neste momento da pesquisa é a organização do rede local a partir de diferentes trajetórias de vida de atores. Sendo assim, os atores entrevistados são uma porta de entrada para compreender a organização e o universo de ação, numa perspectiva sincrônica e diacrônica.

Assim, a rede mapeada tem enquanto interlocutores de pesquisa agricultores, consumidores, operadores do comércio e técnicos de associações locais (no capítulo I apresentarei quem são os interlocutores e suas trajetórias na rede ecológica). Além disso, é importante salientar que através do mapeamento da rede se chegou à instituições religiosas, políticas públicas, feiras virtuais, organizações de agricultores, formação de grupos de consumidores, universidades, espécies vegetais e animais, entre outros agentes, os quais se mostrarem atores importantes na formação da rede local. Procuo então, neste trabalho, ultrapassar a análise da rede ecológica enquanto um espaço de ação restrito ao meio rural e à comercialização. Pretendo nas páginas seguintes, demonstrar os diferentes atores e as diversas ligações heterogêneas as quais construíram e ainda constroem a rede e seus significados.

Algumas perguntas vão constituindo o diálogo do empírico com o teórico: Quais atores emergem na rede ecológica na região de Pelotas? Que entidades são mobilizadas para dar sentido e construir a rede local? Como um universo de ação ligado a práticas e ideologias ecológicas é construído? Que categorias são utilizadas para habitar o mundo a partir da experiência com o ecológico? A tentativa de esclarecimento dessas perguntas vai definir os rumos deste trabalho.

O recorte do trabalho se refere a duas perspectivas cruciais para o entendimento do tema proposto e, também, em função da força com que apareceram nos dados de campo: a) descrição histórica e etnográfica da

formação da rede ecológica na região de Pelotas, a fim de situar o leitor no processo de organização e estruturação de grupos de agricultores e comércio local de produtos ecológicos; b) abordar, a partir dos dados de campos, possíveis controvérsias em relação às idealizações imbricadas aos discursos abrangentes da rede local e ponderar como os atores criam diferentes associações na rede em ação.

Levando em consideração a complexidade do objeto em questão, compreendo que há outros pontos estruturantes do campo, os quais também deveriam receber uma atenção mais detalhada. Entretanto, em função dos tempos da dissertação e do processo de trabalho de campo – muitas vezes desenvolvido num tempo mais devagar do que o esperado – alguns elementos não serão tratados em profundidade, mas pretendo apontá-los ao longo da descrição dos dados de campo.

Para responder às questões colocadas, a presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta os caminhos empírico-metodológicos utilizados na pesquisa, detalhando os processos de aproximação com o campo, os afetamentos de pesquisas anteriores e da atual, a formulação da proposta de pesquisa a partir das experiências de campo e as ferramentas metodológicas utilizadas na coleta e análise dos dados. Neste capítulo, ainda, será abordado o meu percurso pessoal na aproximação com a rede ecológica, não apenas no sentido da construção de conhecimento a partir da pesquisa etnográfica, mas também das modificações pessoais que o acesso à controvérsias da rede, até então invisíveis para mim, causaram em concepções que eu havia projetado em torno do ecológico.

O segundo capítulo está estruturado no sentido de abordar o referencial teórico, apresentando conceitos importantes das abordagens utilizadas. Além disso, o leitor será situado em discussões históricas e contemporâneas que estruturam o tema da agricultura ecológica e os contextos nos quais a rede local se insere. Dentre eles, os entraves gerados em torno da modernização da agricultura e a construção de paradigmas em torno de questões ligadas ao ambiente. Este capítulo se subdivide em duas partes. A primeira parte é dedicada a apresentar os impasses do modelo de modernização agrícola levando em consideração preceitos ligados a noção de “moderno” e as

possibilidades que estes ideários ponderam para o universo da agricultura. Assim, a agricultura aparece aqui enquanto um sistema perito das ideações da constituição moderna. Para fortificar as reflexões sobre modernidade levarei em consideração as contribuições de autores como Bruno Latour, Anthony Giddens e Ulrich Beck. Além disso, apresentarei brevemente o cenário brasileiro ligado às lutas pela terra, compreendido enquanto um contexto que motivou a afirmação de diferentes iniciativas sociais de atores do campo. Na seção seguinte, buscarei aproximar as lentes para a rede local. Numa abordagem histórica, pretendo trazer ao leitor a paisagem da pesquisa, versando, principalmente, sobre as modificações ocorridas na região de Pelotas após a implementação do modelo de agricultura convencional.

O terceiro capítulo é dedicado à descrição dos dados de campo. Procura-se trazer uma abordagem histórica da organização da rede ecológica na região de Pelotas, a qual é constituída, principalmente, em torno da comercialização de alimentos ecológicos. Assim, na primeira seção intitulada “A dinâmica de construção da rede em formação: o contexto etnografado”, apresentarei a constituição da rede a partir das entidades que se fazem presente no início de seu percurso. Nesse sentido, pretendemos trazer a heterogeneidade de atores que se interligam em função da organização de uma produção ecológica local. Na sequência, a seção “Aproximando as lentes: trajetórias em movimento e os intercruzamentos da rede” apresenta a trajetória de três atores, entre eles dois agricultores(as) e um operador do comércio. Procura-se abordar quais os elementos que os atores mobilizam na composição da rede local, a fim de compreender as diferentes vias de acesso e as diferentes conexões que constroem o cenário local. Na última seção deste capítulo “E a rede (continua) em ação: entidades, controvérsias e a imersão na web” aponto até onde a rede contemporânea levou os estudos da pesquisa. Em certa medida, este ponto não aparece na proposta de pesquisa, entretanto, em campo, esta dimensão surge e me pareceu importante ser seguida. Aponta-se aqui para novas dimensões que o ecológico vai tomando na contemporaneidade, a partir do momento em que se abre para outras dimensões de ação na rede local, incorporando novos consumidores e novos agricultores.

No último capítulo desta dissertação apresentamos três dimensões onde identificamos elementos importantes na construção criativa da rede ecológica local. A “Agricultura alternativa ou ecológica?” relata a passagem significativa das premissas que embasaram a construção da rede: de práticas alternativas ao modelo de produção agroindustrial a um modelo ecológico de fazer agricultura, no sentido de que ele aponta uma categoria propositiva operando dentro de um campo de possibilidades para este universo de ação e não somente contrária a um modelo dominante. A seção denominada “Religião, Estado e política: as entidades de base religiosa e a organização de agricultores ecologistas” discute o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na organização e viabilização dos agricultores(as) ecológicos(as) e a seguinte transferência para o Estado. Há nesta dinâmica de organização questões centrais para compreender entraves atuais na dinâmica contemporânea dos grupos de agricultores.

Por fim, gostaria de apontar nesta introdução, que os maiores desafios foram a agência do tempo, o qual incessantemente fazia os prazos se tornarem obsoletos com a sua aproximação, e também a metodologia, a qual causava receios e profundas incertezas do que estava fazendo em campo e para onde aquela rede estava me levando. Assim, os resultados aqui apresentados são partes de múltiplas conexões que não cansam de se refazer e se reassociar. Compreendendo a rede ecológica enquanto um ator-rede em ação, não cabe a mim precisar conclusões. Os resultados aqui apresentados devem ser entendidos como sendo aqueles alimentos que o tempo da natureza me deixou colher nesta safra de verão, em outras lavouras, o resultado pode ter sido bem diferente.

2 FAZER ETNOGRAFIA, RELATAR A RELAÇÃO: O TRAJETO DA PESQUISA ETNOGRÁFICA.

2.1 A FORMAÇÃO DO OBJETO EM CAMPO

2.1.1 Metodologia: como (ou tentando) rastrear o coletivo?

“Independente do que mais faz uma etnografia, ela traduz experiência em texto”.
(Clifford, 2008, p.81).

Para falar do *entrar* em campo se torna fundamental antes abordar as reflexões metodológicas que foram sendo construídas ao longo do mestrado. Dessa forma, o que procurei foi utilizar lentes da antropologia que deformassem as demarcações de fronteiras precisas entre o universo do rural e do urbano e, a partir daí, compreender o que de fato fazia parte do universo de sentidos da rede ecológica.

Nesse sentido, a teoria do ator-rede, conforme proposto por Latour (2012), aparece como uma possibilidade teórica e metodológica para o estudo do empírico. O que o autor propõe é, basicamente, superar a forma de produzir conhecimento nas ciências humanas, pautado nos dualismos opostos e em concepções pré-definidas do que se trata o “social”, formada a partir de vínculos essencialmente sociais. A proposta aqui é a produção de uma ciência que possa estabelecer um diálogo simétrico com diferentes atores que compõem o mundo.

Para empregar um slogan da ANT, cumpre “seguir os próprios atores”, ou seja, tentar entender suas inovações frequentemente

*bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer. A sociologia do social funciona bem quando se trata daquilo que já foi agregado, mas nem tanto quando o problema é reunir novamente os participantes naquilo que não é – **ainda** – um tipo de esfera social. (LATOURE, 2012, p.31)*

A proposta de mapear a rede ecológica na região de Pelotas, partindo de uma perspectiva sincrônica e diacrônica, requereu uma abordagem de trabalho de campo mais fluida e mais aberta que as metodologias convencionais. Percebi a necessidade de encontrar ferramentas que propusessem ao campo a possibilidade dos próprios atores³ definirem os elementos e os eventos que são significativos para o coletivo que está sendo agregado, no caso específico deste trabalho, a rede ecológica.

Compreendendo que a rede ecológica é um ator em ação, ou seja, está sendo constantemente construída através da agregação e desagregação de diferentes entidades, é que reconhecemos a importância da proposta metodológica da teoria do ator-rede. Entretanto, a aproximação com esta perspectiva se dá num sentido de suporte ao trabalho realizado, acredito que sobrepor um arcabouço teórico aos dados de campo seria caminhar na mão contrária ao que se propõe os objetivos do próprio trabalho e a bibliografia auxiliar.

Desde o início da formulação do projeto de pesquisa e da iniciação no trabalho de campo havia diversas incertezas (mas também “certezas”) ‘em torno de quem e o quê está agindo’ na rede ecológica. Tendo como pano de fundo a proposta de desvendar a rede ecológica, no sentido de mapear seus elementos constituidores, é que a metodologia deste trabalho caminhou na perspectiva de deixar os atores fazerem suas próprias descrições do que é este coletivo e como esta rede foi sendo inventada pelas diversas entidades nela congregadas.

Nesse sentido, o projeto procurou não definir de antemão os elementos significativos na construção desta rede. Como foi colocado anteriormente, algumas pistas foram rastreadas de início em função da aproximação com o

³ A noção de ator utilizada neste trabalho é proposta em acordo com a Teoria do Ator-Rede, no qual se estende a todos os seres e coisas dotados de agência. No caso específico do projeto de pesquisa os atores da agricultura ecológica estariam permeados por humanos, animais, plantas, elementos físicos, técnicas, utensílios, etc.

campo de ação em outras oportunidades de acesso. Entretanto, a dinâmica de organização da rede e as significações em torno do produzir e consumir ecológico, temas caros a este trabalho, foram sendo formuladas a partir do desenho desenvolvido pelos próprios atores.

Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil. Mas, quanto maior for o número de problemas que leve consigo para o trabalho de campo, quanto mais esteja habituado a moldar suas teorias aos fatos e a decidir quão relevantes eles são às suas teorias, tanto mais estará bem equipado para o seu trabalho de pesquisa. (MALINOWSKI, 1984, p. 22)

Enquanto método, o qual está imbricado ao teórico, a teoria do ator-rede propõe que o pesquisador do social esteja aberto às definições desenvolvidas pelos atores da rede. Sendo assim, os elementos que serão rastreados e para onde vai o pesquisador vai sendo definido em campo. Em certa medida, os interlocutores da pesquisa se tornam agentes na definição do mundo em que vivem e dos elementos que mobilizam para a composição do social.

Entende-se, neste trabalho, que “o sujeito e os sentidos do mundo vivido estão se constituindo mutuamente na dialética da compreensão/interpretação” (CARVALHO, 2002, p.31). Dessa forma, é abolida qualquer perspectiva dicotômica entre o plano da ação e das ideias. Quando compreendido que os atores estão diante de um *mundo-texto* não há possibilidade de distinção entre estes dois planos, pois eles se tornam agentes permanentes na construção de sentidos deste mundo que está por se desvendar. Sendo assim, neste trabalho, procuro seguir o explicitado por Carvalho (2002, p.31) em relação aos sujeitos da pesquisa:

Diferentemente de um sujeito-observador, situado fora do seu tempo histórico, perseguindo os sentidos verdadeiros, reais, permanentes e inequívocos, o sujeito-intérprete estaria diante de um mundo-texto, mergulhado na polissemia e na aventura de produzir sentidos a partir de seu horizonte histórico.

Assim, o projeto de pesquisa não procura priorizar a fala ou a ação, mas sim a compreensão deste *mundo-texto* que se apresenta para os diversos

atores presentes na rede ecológica. Para isso, como explicitado anteriormente, estaremos enfatizando aqui a vivência do trabalho de campo etnográfico em famílias de agricultores ecológicos, espaços de comercialização de produtos ecológicos e restaurantes, a fim de alcançar os objetivos da pesquisa a partir das experiências preconizadas pelos atores da rede.

No percurso das reflexões metodológicas, a proposta nos pareceu desafiadora, tanto no que diz respeito às incertezas que ela coloca em campo quanto à abertura de temas e eventos a serem descobertos ao longo da pesquisa. Entretanto, a ideia de desvendar o coletivo a partir dos próprios atores se fazia interessante para os objetivos do trabalho de pesquisa e procurei, então, seguir os caminhos descritos por eles e desvendar os significados dos principais eventos que organizavam o coletivo. Assim, como aponta Roy Wagner (2010), a compreensão de uma cultura visa à relatividade cultural, ou seja, uma compreensão que inclua ao mesmo tempo a cultura do antropólogo e a cultura do “outro”, como o resultado de um encontro e de uma experiência.

“[...] a antropologia sempre é necessariamente mediadora, esteja ou não consciente das implicações disso; a cultura, como o termo mediador, é uma maneira de descrever outros como descreveríamos a nós mesmos, e vice-versa. Uma autêntica metaforização dos diversos fenômenos da vida e do pensamento humanos em termos de noção de “cultura” necessariamente tem de passar pela invenção criativa que manifestamos no ato de estudar um outro povo”. (ibidem, 2010, p. 97).

Sem dúvida, os pressupostos da etnografia, se fazem presentes na composição metodológica deste trabalho. O método etnográfico é compreendido aqui enquanto uma vivência entre mundos, de um encontro intersubjetivo entre o pesquisador e os interlocutores da pesquisa. Como aponta Brandão (2007, p.12) “o trabalho de campo, a pesquisa antropológica, para mim, é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem e realizam”.

Roberto Cardoso de Oliveira (1996) enfatiza o trabalho do antropólogo a partir de questões epistemológicas específicas que condicionam tal atividade. O *olhar*, o *ouvir* e o *escrever*, segundo autor, dimensiona a perspectiva

dialógica e, em certa medida, subjetiva/objetiva do trabalho experienciado em campo e resultado em escrita.

Se o olhar e o ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo - atividade que os antropólogos designam pela expressão inglesa fieldwork -, é, seguramente, no ato de escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p.25).

Assim, com um olhar e um ouvir atento ao que os atores tinham a me ensinar, passo a tentar escrever por onde caminha o encontro com o campo. No ato do escrever, o qual me encontro neste momento sozinha, procuro dialogar entre o observado e o 'participado', entre aquilo que me foi falado e o que foi por mim experienciado. Nesse sentido, esta etapa de apreensão dos fenômenos sociais busca descrever um processo de aprendizagem com o "outro". Numa tentativa de transformar o exótico em familiar (DA MATTA, 1983), através da apreensão pela experiência, é que o escrever se coloca no trabalho do antropólogo como um dos momentos mais críticos na construção do conhecimento.

Podemos observar que aproximando a teoria do ator-rede aos pressupostos da etnografia a esfera dialógica das duas propostas fica evidente. O que ressalta nas duas perspectivas apresentadas é o olhar cuidadoso com o trabalho de campo e os dados da pesquisa. Apesar de este trabalho ter se amparado em correntes metodológicas e teóricas não há, sem dúvida, um isolamento teórico da escrita ao campo. Conjuntamente com um *olhar* e *ouvir* treinados pela disciplina antropológica, o campo constrói esta escrita na medida em que vai formulando suas narrativas, mostrando seus elementos significativos e definindo os rumos da pesquisa.

Fazer etnografia poderia ser entendido, antes, sob o signo do conceito de devir [...] O devir, na verdade, é o movimento pelo qual um sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com condição outra. Estes afetos não têm absolutamente o sentido de emoções ou sentimentos, mas simplesmente daquilo que afeta, que atinge, modifica: um devir-cavalo, por exemplo, não significa que eu me torne um cavalo ou que eu me identifique psicologicamente com o animal: significa que "o que acontece ao cavalo pode acontecer a mim" (Deleuze e Guatarri, 1980, p. 193), e que essas afecções compõe, decompõe ou modificam um indivíduo, aumentando ou diminuindo sua potência

(ibidem: 310-311). É nesse sentido que existe uma “realidade do devir-animal, sem que, na realidade, nos tornemos animal”. (ibidem: 335). (GOLDMAN, 2006, p. 31-32).

Fez-se uso de algumas ferramentas deste escopo metodológico, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto: entrevistas abertas, observação participante, impressões escritas em forma de diário de campo, registro visual e questionários com perguntas diretas. Estes produtos conformaram o que tratamos aqui como “dados de campo”.

As entrevistas abertas foram realizadas em propriedades rurais de dois agricultores, restaurante, loja de produtos ecológicos da cidade de Pelotas e dois núcleos universitários (Universidade Católica de Pelotas – UCPEL – e UFPEL). As observações participantes ocorreram nas feiras ecológicas, nas propriedades rurais e entorno, nos restaurantes Eco e Teia Ecológica, nas reuniões de grupos de consumidores e no centro de distribuição da feira virtual.

Os escritos no diário de campo foram realizados nos dias seguintes às saídas da pesquisa. Em uma palestra no Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS) da UFPEL, ministrada pela professora Miriam Pillar Grossi, me marcou a sua fala na qual definia algumas prerrogativas para o diário de campo. Ela nos aconselhou a dividirmos o diário em dois lados: o lado esquerdo ligado ao emotivo, aonde iríamos colocar o que sentimos com e no trabalho de campo; do lado direito, trataríamos dos dados mais objetivos, o que se observou, o que se fez em campo, enfim, os dados mais brutos. Decidi, na pesquisa de mestrado, utilizar a proposta descrita pela professora. Percebo hoje que o diário além de ser um instrumento que auxiliou na fixação dos dados de campo ele também se tornou um recurso importante na reflexão das experiências vividas durante o processo da escrita.

Em relação aos registros visuais procurei inserir os olhares dos atores da pesquisa em meio à fotografias e descrições dos espaços de ação da rede. Consegui colher fotografias das propriedades rurais, das feiras ecológicas e dos alimentos produzidos na primavera de 2014. Uma das fotógrafas que realizou o trabalho foi a neta da agricultora da Arpa Sul. Muito despojada com a

câmera, a menina de cinco anos de idade saía sozinha pela propriedade a mostrar os interstícios entre o mato nativo, a lavoura e os bichos⁴.

Por fim, fiz uso de questionários com perguntas abertas a fim de tratar aspectos ligados ao consumo. Como se pode perceber nos objetivos deste trabalho, questões ligadas ao consumo não tomam uma dimensão central. Entretanto, com o decorrer da pesquisa, percebeu-se a necessidade de acessar o universo de consumidores de alimentos ecológicos. Ressalto aqui que esta dimensão da rede necessitaria de um tempo de pesquisa maior, principalmente por se tratar de um campo de ação motivado por diferentes questões. Entretanto, para esta dissertação, será tratada a partir da aplicação de 20 questionários (anexo 1) com consumidores do restaurante Eco e das feiras ecológicas. Os dados obtidos por questionários servirão apenas como uma espécie de suporte para reflexão sobre os dados coletados através da observação participante, não compondo aqui a base da discussão analítica do trabalho. A descrição e o tratamento destes dados serão abordados no capítulo III e IV desta dissertação.

2.1.2 Sobre o *entrar* no movimento ecológico.

Em síntese, este capítulo tem como objetivo abordar a construção do projeto de pesquisa e o percurso desenvolvido em campo. Com esta explanação pretende-se situar o leitor na construção da pesquisa, a qual se desenhou a partir do rastreamento das pistas deixadas pelos interlocutores. Além disso, compreendo ser importante também tratar do afetamento do campo e das modificações que este *estar presente* causou nas minhas próprias concepções sobre a rede ecológica.

O projeto de pesquisa apresentado inicialmente ao Programa de Mestrado da Antropologia/UFPEL tinha como pano de fundo as feiras ecológicas focando o estudo nas redes de relações sociais a fim de compreender o fluxo entre campo e cidade e, conseqüentemente, as mudanças

⁴ O resultado dos *olhares dos nativos* com a câmera fotográfica será mostrada em forma de prancha fotoetnográfica ao final do trabalho escrito. Entretanto, os registros visuais também irão compor a narrativa etnográfica da rede ecológica ao longo do terceiro capítulo.

em curso nas formas de produzir e consumir, fruto dessa inter-relação. Entretanto, com o andamento das disciplinas realizadas no programa e na aproximação com reflexões da antropologia contemporânea e, mais especificamente, com a antropologia simétrica este projeto começa a passar por algumas transformações. Comecei, a partir daí, a remodelar objetivos e dinâmicas pensadas para o trabalho de campo. Em certa medida, as inserções anteriores em campo auxiliaram também na reflexão em torno das mudanças do projeto de pesquisa.

Seguindo pistas das conversas informais e entrevistas, me aproximei de atores que fizeram parte das discussões iniciais da composição das feiras ecológicas na cidade de Pelotas. Com isso, passei a observar um universo de articulação e atuação da rede muito mais amplo do que eu estava me propondo a rastrear na pesquisa. O trabalho de pesquisa passou a seguir, então, diferentes entidades, dentre elas: organizações religiosas, comércio local, grupos organizados, atividades na web e feiras virtuais. Tentei observar, em certa medida, as conexões entre as diferentes entidades que eram descritas pelos atores como formadores da rede ecológica, tanto numa perspectiva histórica quanto na formação atual.

No percurso do trabalho de campo muitas foram as transformações que a pesquisa causou nas minhas próprias concepções do que seria essa rede ecológica. Como apontado anteriormente, o contato inicial que tive com esse universo de ação provém de uma relação de proximidade ideológica com as premissas que embasam o campo. Logo, no início da pesquisa enfrentei diversas dificuldades ao tentar me despir de concepções já formuladas sobre o objeto de estudo.

Embora, no trabalho de campo, não soubesse muito bem o que estava fazendo e para onde o campo iria me levar, surpreendo-me hoje com os resultados que a metodologia adotada trouxe para a pesquisa: tentei fazer da participação e das conversas formais e informais um instrumento de conhecimento e não apenas de um reconhecimento pessoal com a narrativa ideológica. Nas voltas para casa, a escrita do diário de campo se apresentava como um momento de rememoração e, além disso, de interlocução entre o vivido e aquilo que tinha idealizado de antemão sobre a constituição da rede. Procurava descrever, em um lado da página, os sentimentos e as impressões

peçoais e, de outro, os dados mais objetivos que tinham observado naquela saída de campo. Em certa medida, as premissas metodológicas utilizadas no trabalho possibilitaram abertura para visualizar ideias e conceitos até então invisíveis para mim.

Nesse sentido, se deixar afetar pelo campo, por mais que o período tenha sido um tanto quanto curto levando em consideração a complexidade da rede, fez com que concepções parcialmente definidas fossem se desconstituindo aos poucos. Ser afetado significaria, nesse caso, observar dimensões que até então pareceriam não ter relevância para o objeto em questão.

A fim de evitar os mal-entendidos, gostaria de ressaltar o seguinte: aceitar “participar” e ser afetado não tem nada a ver com uma operação de conhecimento por empatia, qualquer que seja o sentido em que se entende esse termo [...] ocupar tal lugar afeta-me, quer dizer, mobiliza ou modifica meu próprio estoque de imagens, sem contudo instruir-me sobre aquele dos meus parceiros. (FRAVET-SAADA, 2005, p.158-159)

Dito de outra forma, nem eu mesma sabia se meu papel ali no campo ainda era etnografar ou deixava me imbuir pelos afazeres cotidianos da lavoura e da feira. Além disso, importa ressaltar que “o que a/o antropóloga/o inventa está dentro de um processo que ocorre de forma objetiva, por meio de observação e aprendizado, e não como uma espécie de livre fantasia.” (WAGNER, 2010, p.30).

Em certa medida, a experiência na rede e com o ecológico se deu em duas vias: a primeira delas, que é constituída a partir de um engajamento no tema, a qual é objetivada pelo consumir alimentos ecológicos e, a segunda delas, faz referência às tarefas do trabalho de campo formado por idas à propriedades ecológicas, reuniões de consumidores, conversas informais nas feiras ecológicas e restaurantes.

Com o passar do tempo, os próprios interlocutores da pesquisa exigiam e projetavam em mim uma possibilidade de ir morar no campo, um *tornar-se agricultora*. Esse diálogo se deu em uma das madrugadas em que ia para a feira com um dos interlocutores de uma pesquisa anterior a esta⁵, o agricultor

⁵ A referência e a agenda de pesquisa “Saberes e Sabores da Colônia”, desenvolvida sob a coordenação da professora Renata Menasche, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas

Nilo Schiavon. Em uma conversa sobre a sucessão da propriedade do agricultor ele me fala do receio que tinha dos seus filhos não darem continuidade ao trabalho na propriedade. Certo de que se não fosse seu filho mais novo, alguém o teria de fazê-lo. E surpreendentemente apareci na fala dele como sendo uma possibilidade de aproximar propostas de trabalho e propriedades, caso eu viesse a morar no campo. Nilo passou horas falando sobre o assunto, numa tentativa de me aproximar daquilo ali como parceira e assim resolver o problema da minha existência ao longo do trabalho de campo, a qual era intensamente questionada pelos interlocutores e vizinhos.

Após essa conversa despreziosa passei a refletir sobre o quanto estava sendo afetada e aproximada da “lógica dos nativos”. Enquanto para eles a minha presença requeria uma definição de quem eu era e do que fazia, para mim o afetamento pelo campo havia se tornado um elemento extremamente forte na minha experiência de pesquisa. Neste dia, quando comecei a escrever o diário de campo, ousei a questionar a metodologia que estava aplicando. Passei, nas páginas do diário, a oscilar entre proposições do que fazer em campo: “participar” ou “observar”? Lembrei-me de algumas bibliografias sobre método e afetamento para então decidir os rumos que tomariam a pesquisa, cito, em seguida, um trecho de Fravet-Saada (2005, p.157) a qual define de maneira gloriosa o entrave em que havia me colocado.

No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu “participasse”, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado.

Não saberia precisar aqui qual a razão da dificuldade com a qual eu passei a lidar com esse afetamento. Entretanto, a proximidade com o campo já era tanta que eu não conseguia mais atribuir um olhar analítico para minha pesquisa. Em certa medida, eu já havia naturalizado questões que eram centrais na composição da rede. Procurei, então, me afastar um pouco dos espaços de ação da rede ecológica. Percebi que, se meu projeto tinha

em Alimentação e Cultura (GEPAC), entre 2010 e 2013, através de dois projetos de pesquisa então vigentes: “Cultura, patrimônio e segurança alimentar entre famílias rurais: etnografias de casos significativos” (CNPq 559565/2010-0) e “Saberes e Sabores da Colônia: modos de vida e patrimônio alimentar entre pomeranos no Brasil meridional” (FAPERGS 1018354).

enquanto objetivo a compreensão do tema de pesquisa, precisaria me compor a partir de outros elementos que não só o engajamento na rede. Nesse sentido, fiquei um período longe da pesquisa de campo, tanto em função do exercício da qualificação no mestrado quanto em razão da proposta de voltar ao campo com lentes mais direcionadas.

Em certa medida, o prosseguimento da pesquisa fez da participação intensa se voltar a uma observação participante mais precisa. Pretendo deixar claro ao leitor que isso não significa, de modo algum, transformar a pesquisa em uma monofonia, ao contrário, percebo que alcancei com este movimento, a possibilidade de uma interlocução entre experiências com o ecológico. Com a participação mais intensa, na coleta dos primeiros dados da pesquisa, percebo que este momento pôde construir um conhecimento ligado ao *sentir*, à uma esfera relacionada ao ecológico enquanto hábito de vida. No momento seguinte, o de observar participando, se é que pode ser assim dividida a pesquisa, me despi de concepções que, numa visão superficial, eu as tinha como constituidoras centrais da rede local, principalmente no que se refere às composições ideológicas da rede ampla⁶.

Considerando, como exemplo, a própria noção de ecológico – a qual buscarei tratar mais detalhadamente no capítulo IV. Se eu não tivesse deixado me afetar pelo campo e, além disso, deixado em segundo plano possíveis fronteiras espaciais da rede, teria dado à questão ambiental uma importância central e quase que singular da estruturação do objeto em questão. O ecológico, e toda lógica de preocupação ambiental que ele carrega, é um elemento dentre vários outros que constituem a formação da rede. Talvez, em

⁶ Quando abordo as redes amplas, me refiro aos preceitos que passaram a gerenciar o campo da agricultura ecológica (ou alternativa) após a constituição de uma ciência agroecológica, apta a tratar o tema de forma científica e ponderar princípios universais sobre a prática ecológica. A partir daí, formula-se uma narrativa *geral* do que seria a agricultura ecológica e/ou orgânica, no qual há todo um escopo teórico/científico das premissas dessa 'nova' agricultura. Como sintetiza Altieri (1998, p. 18-19) "a produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades [...] a agroecologia engloba orientações de como fazer isso, cuidadosamente, sem provocar danos desnecessários ou irreparáveis. Além da luta contra as pragas, doenças ou problemas do solo, o agroecologista procura restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Se a causa da doença, das pragas, da degradação do solo, por exemplo, for entendida como desequilíbrio, então o objetivo do tratamento agroecológico é restabelecê-lo. O tratamento e a recuperação são orientados por um conjunto de princípios específicos e diretrizes tecnológicas."

sua formação atual ele tome um posicionamento emblemático tanto nas narrativas do estado, da ciência e até mesmo dos próprios agentes da rede. Entretanto, esta atenção dada aos problemas ambientais em torno das práticas de uma agricultura ecológica se constitui a partir de dispositivos muito mais complexos e, diria, dialógicos com elementos que parecem ser anteriores às questões ambientais.

Outra questão que teve de ser reformulada após as imersões em campo é a maneira simplificada e generalizante que as categorias rural e urbano parecem se incorporar. Nesse sentido, percebi que, apesar de distinções tão acentuadas em bibliografias que versam sobre o tema, haveria também continuidades entre esses dois universos e, mais do que isso, ligações e interações locais que não poderiam ser descritas por categorias carregadas de definição *a priori*. Nesse momento, trabalhar com as noções de rural e urbano deixaram de ser tão centrais tal como eram tratadas no projeto inicial.

Assim, pude observar que, em certa medida, a noção de rural se constrói aqui não como a definição restrita de um espaço que se opõe ao urbano, mas enquanto “uma categoria de pensamento que classifica e organiza” (CARNEIRO, 2008, p.9). Neste sentido, o que espero deixar explícito a partir da descrição dos dados de campo – o qual será realizado em maior profundidade no capítulo IV, é o quanto que a dimensão criativa na construção do ecológico aproxima universos e espaços e torna plausível interações entre diferentes práticas sociais.

Nesses termos, seria mais prudente, em vez de tentarmos redefinir as fronteiras do rural e do urbano ou, mais simplesmente, de ignorarmos as diferenças culturais compreendidas nesses amplos rótulos, orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais. (CARNEIRO, 2008, p.28)

Dito isso, tratarei de abordar, a partir dos dados de campo, algumas das dimensões mobilizadas pelos atores, dentre elas: religiosa, política, social e econômica. Dada a sua importância, cada uma dessas etapas mereceria uma análise em específico, entretanto, para esta dissertação, aprofundarei dois aspectos que parecerem ser cruciais na formação sincrônica e diacrônica do campo: ambiental, perpassando questões da luta pela terra e dos movimentos

ambientalistas no Brasil, e religioso, o qual parece ser definidor de rupturas e lógicas de organização dos grupos de agricultores e do comércio local, que, em um dado momento da rede, acionam uma interlocução com o Estado brasileiro.

De maneira breve, mas não menos importante, procurarei acompanhar a descrição da rede local com elementos da rede ampla e, também, do seu oposto – a agricultura convencional. Esta, por sua vez, será tratada neste trabalho enquanto um *antigrupo*. Conforme proposto por Latour (2012, p.56) “é pela comparação com outros vínculos concorrentes que se enfatiza um vínculo [...] assim, para cada grupo a ser definido, aparece logo uma lista de *antigrupos*”.

2.1.3 (Des)complexificando a rede ecológica: os personagens da rede através dos interlocutores da pesquisa.

Esta terceira seção do capítulo se destina a apresentar brevemente os interlocutores da observação participante. A pesquisa de mestrado foi realizada no período compreendido entre novembro de 2013 a dezembro de 2014. Será descrito nas páginas seguintes a inserção destes interlocutores na rede ecológica, seu local de fala e, brevemente, sobre as instituições que constituíram e/ou constituem o campo de ação ligado ao ecológico na região de Pelotas. Nesse sentido, tratarei de abordar nesta seção aspectos ligados a rede local. Possíveis relações com a rede ampla será realizada nos capítulos III e IV desta dissertação.

Inicia-se o rastreamento da rede através da interlocução com dois agricultores, uma delas associada da ARPASUL (quadro 1) e o outro agricultor associado na mesma associação e também na Cooperativa na Sul Ecológica (quadro 2) da região de Pelotas. A partir das primeiras imersões em campo, comecei a perceber que a proposta de trabalhar num espaço de ação específico, no caso as feiras conforme definido no início do projeto, traria uma dimensão muito restrita da complexidade e atuação da rede ecológica. Espero deixar claro nesta apresentação a heterogeneidade de atores presente no campo de pesquisa e a interlocução entre diferentes entidades na e para a construção do ecológico na região.

Rosa Jung é agricultora feirante da associação ARPASUL. Sua aproximação com discussões relacionadas a uma agricultura alternativa inicia através do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEB's) nas comunidades rurais em Pelotas e região e, além disso, do trabalho de militância da agricultora no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), no início dos anos 80. Em uma parceria entre o movimento de mulheres e a comunidade católica a interlocutora participa dos primeiros movimentos que caminharam na organização de um grupo de agricultores que produzisse de forma ecológica. Na propriedade da família Jung residem Rosa, Claudino (marido), Fábio (filho), Angélica (nora) e os três filhos de Angélica e Fábio. Apesar de fixar as narrativas em torno das entrevistas com a agricultora, todos os moradores da propriedade se fazem interlocutores dessa pesquisa de campo. Seus olhares sobre a formação da rede se formulam através de relatos informais e de registros imagéticos.

Quadro 1 - A Associação Regional de Agricultores Ecológicos

A Associação Regional de Produtores Agricultores ecológicos da Região Sul (ARPA-SUL) foi a primeira organização de agricultores ecológicos da região sul do estado. Ela foi criada em 15 de setembro de 1995, pelo esforço da CPT CAPA e dos agricultores. O objetivo era unir produtores ecológicos para realizar a primeira feira que aconteceria na região de Pelotas. A Associação tem cerca de 30 famílias associadas que abrange a região rural de Pelotas e os municípios do entorno da cidade. A principal atividade realizada pela associação são as feiras ecológicas que ocorrem em diferentes pontos das cidades de Pelotas e Canguçu. Já são 15 anos de realização das feiras em Pelotas e, em maio de 2012, a feira de Canguçu completou três anos de funcionamento no centro da cidade. Da mesma forma, observa-se uma melhora na qualidade do produto oferecido aos consumidores, além da diversificação da produção. Os principais cultivos oferecidos são hortaliças, frutas, produtos processados, entre outros. A feira se tornou o principal ponto de encontro dos associados, normalmente são realizadas as reuniões da ARPA-SUL ao final da feira. Além disso, é um ponto de encontro entre aquele que produz e aquele que consome, o que confere uma aproximação dos dois pontos da rede de comercialização.

Fonte: Estatuto da Associação

Ivo Scheunemann é agricultor feirante da associação ARPASUL e cooperativado da Sul Ecológica. Ele ingressa no movimento ecológico a partir de ações do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) na região de Canguçu em meio a eventos da Igreja Luterana, no início dos anos 80. Ivo se tornou influente nas ações organizativas da igreja, sendo ele um dos primeiros presidentes da cooperativa. Por conta do cargo de presidente a família Scheunemann se muda para a região de Pelotas, a fim de ficar mais próximo

da sede da cooperativa, a qual se situa no centro da cidade. Atualmente residem na propriedade apenas Ivo e sua esposa, os dois filhos do casal trabalham na cidade.

Quadro 2 – A Cooperativa Sul Ecológica

Sul Ecológica é uma cooperativa que congrega produtores ecologistas de vários municípios do Extremo Sul do estado do Rio Grande do Sul. A cooperativa foi criada no ano de 2001 por agricultores familiares ecologistas em parceria com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). Atualmente são 150 famílias cooperadas, os quais são distribuídos em 26 núcleos de, no mínimo, cinco famílias cada. As atividades da Sul Ecológica contemplam a organização social da produção, através do planejamento feito com agricultores, objetivando o atendimento da demanda dos mercados que a cooperativa acessa, bem como a melhoria da qualidade de vida do meio rural. Os cooperativados comercializam os alimentos produzidos no estabelecimento comercial da própria cooperativa localizada no centro de Pelotas, em projetos de mercados institucionais como é o caso do PAA e do PNAE e em feiras ecológicas na cidade de Pelotas.

Fonte: Blog da Cooperativa. Disponível em: <http://cooperativasulecologica.blogspot.com.br/>
Acessado em: 10 dez. 2014.

Lúcio André de Oliveira Fernandes é professor da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas. Trabalhou como técnico pela Pastoral Rural no início da organização dos grupos de agricultores ecológicos. Ingressou na rede ecológica a partir de ações sociais da diocese de Pelotas nas comunidade rurais. Engajou-se no auxílio à organização dos grupos de agricultores ecológicos, na estruturação da produção e nas discussões em torno da constituição de espaço destinado à comercialização dos produtos ecológicos, no caso, as feiras ecológicas. Atualmente é professor da Faculdade de Agronomia da UFPEL e coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL).

Liomar Silva de Souza é atualmente proprietário do restaurante ecológico Eco. Iniciou sua caminhada pelas trajetórias da rede ecológica ainda como estudante do curso de Ciências Domésticas pela UFPEL. A partir de uma parceria entre a Universidade Federal e entidades religiosas, Liomar participa de projetos de extensão ligados à esfera do consumo de produtos ecológicos nas feiras da cidade. Nesse sentido, sua inserção na rede tem início no primeiro ano da feira, por meados do ano de 1996. A partir daí Liomar, juntamente com um grupo de consumidores locais, iniciam a articulação com outro grupo de consumidores, a COOLMÉIA. Diversas ações foram sendo desenvolvidas por este grupo de consumidores como, por exemplo, banca de consumidores na feira ecológica, entreposto de produtos da feira e, construção

de um restaurante no centro da cidade. Iniciou-se, através da criação do restaurante Teia Ecológica em novembro de 1999, a primeira cooperativa de consumo, trabalho e produção, a qual congregava consumidores, produtores ecologistas e operadores do comércio na cidade de Pelotas.

Helga Maria Heck é professora aposentada da Universidade Federal de Pelotas. Passa a se inserir nos espaços de ação da agricultura ecológica a partir do final dos anos 80. Em meio à parceria instituída entre a Universidade e projetos ligados às Igrejas Católica e Luterana, iniciam-se discussões entre agricultores ecologistas, consumidores e técnicos do CAPA e CPT sobre a possibilidade de efetivação da comercialização de produtos ecológicos na região. Nesse momento, Helga se torna uma forte referência no grupo de consumidores, o qual auxilia na organização de bancas nas feiras, produz folders informativos sobre alimentação ecológica, entre outras ações desenvolvidas pelo grupo.

Por fim, chego até a proposição de um novo grupo de consumidores na cidade de Pelotas, através da formação de uma feira virtual. Participo então de reuniões do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), de reuniões de apresentação da proposta a consumidores e da organização da distribuição de alimentos no Centro de Distribuição (CD) da feira virtual. Nessa interlocução passo a ter alguns porta-vozes da formulação da proposta de uma feira virtual. Para este trabalho intensifico o relato a partir do diálogo com uma interlocutora: Lia Beatriz Gomes Victória é técnica de gestão cooperativa do NESIC da Universidade Católica de Pelotas.

Quadro 3 – Rede de Comércio Justo e Solidário Bem da Terra

Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário é uma rede de empreendimentos econômicos solidários. Seu objetivo é desenvolver a economia solidária na micro-região sul do Rio Grande do Sul, através da difusão dos princípios e práticas do comércio justo e do consumo solidário, da construção de estruturas de comercialização compartilhadas entre os empreendimentos e da realização de projetos e programas de formação e assessoramento para os coletivos de produção. Ela nasceu em Pelotas, em outubro de 2007, com a participação de 14 empreendimentos (urbanos e rurais) e com o apoio do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Católica de Pelotas, do Fórum Micro-regional de Economia Solidária e da Associação Cultural Rádio Com. Em 2009 os empreendimentos formalizaram a criação da Associação Bem da Terra, que representa oficialmente a rede. Hoje, Bem da Terra reúne 22 empreendimentos (de Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas e Piratini) e várias entidades apoiadoras, incluindo duas universidades (UCPel e UFPel); comercializa produtos de empreendimentos de economia solidária de várias regiões do RS, bem como de outros estados do Brasil; é reconhecida pela Secretaria Estadual de Economia Solidária do RS e conta com o apoio de várias prefeituras da micro-região. Os empreendimentos associados (afora os

empreendimentos fornecedores não-associados), em seu conjunto, representam cerca de 850 produtores/trabalhadores.

Atualmente a comercialização é feita nas feiras que ocorrem no saguão da Universidade Católica de Pelotas e, também, no saguão do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Para atingir um público ainda maior, a feira virtual entrará em funcionamento em breve.

Fonte: Site Bem da Terra. Disponível em: <http://bemdaterra.org/content/bem-da-terra/>
Acessado em: 10 dez. 2014.

Foi a partir deste universo de interlocução que o resultado da dissertação se constituiu. Após a apresentação breve do trajeto da pesquisa e seus interlocutores, passarei, nos capítulos seguintes, a dialogar com o universo teórico e empírico a fim de consolidar vias para qualificar o ecológico e sua rede de ação. Além disso, procurarei também dimensionar os aparatos históricos que constituem a rede, a partir dos atores entrevistados e bibliografias consultadas.

3 ARTICULANDO CONTEXTOS, APROXIMANDO TEORIAS.

Antes das explanações referentes à rede local, entendo que se faz necessário articular o contexto da rede ampla em torno da modernização da agricultura. Sendo este um tema extremamente complexo, dificilmente conseguiríamos transpor a amplitude das transformações geradas no meio rural nas páginas que seguem. Assim, para dar conta de questões que parecem ser relevantes na rede local, este capítulo teórico está dividido da seguinte forma: na primeira parte, apresento um breve panorama histórico e contextual de questões que dão suporte à construção da rede local. Pretende-se abordar os impasses e contradições do modelo de modernização agrícola além de discutir brevemente as dicotomias opostas propostas pelo projeto da modernidade ocidental. Há ainda, neste capítulo, delineamentos em relação às questões ligadas ao campo ambiental no Brasil enquanto movimento ideológico e militante. Pretendo aproximar as questões ambientais às lutas camponesas, enquanto possibilidade de fortalecer as fundamentações das lutas da época. Por fim, na segunda parte deste capítulo, direcionam-se as atenções para a rede local, a partir de uma abordagem histórica. Pretendo situar o leitor no cenário rural da região e apontar relações do campesinato local com a inserção da modernização agrícola.

3.1 AGRICULTURA E MODERNIDADE: OS IMPASSES DO MODELO DE “MODERNIZAÇÃO” AGRÍCOLA.

Antes de esboçar sobre os imbrólios do processo de modernização da agricultura, faz-se necessário delinear acepções em torno do estilo de vida ponderado pela ideia de moderno⁷. Apesar dos apontamentos de Latour (1994)

⁷ Quanto ao conceito de moderno segue definição de Latour (2004, p.380): “não designa um período mas uma forma de passagem do tempo; modo para interpretar um jogo de situações, tentando dele extrair a distinção entre fatos e valores, estados do mundo e representações,

de que jamais fomos modernos, foram as possibilidades de mudanças no plano das ideias que permitiram transformações nas compreensões do mundo e nos limites possíveis para a sociedade moderna. Merleau-Ponty (2006, p.10) ao analisar o processo histórico de mudanças em torno das concepções de natureza aponta que “não foram as descobertas científicas que provocaram a mudança da ideia de Natureza. Foi a mudança da ideia de Natureza que permitiu essas descobertas”.

A modernidade pode ser compreendida, então, enquanto uma metáfora, a qual orienta a sociedade em torno das materialidades, fronteiras, relações possíveis com o outro e, principalmente, com a noção de espaço-tempo. Latour (1994) questiona de onde nos vem a ideia de um tempo que passa? Com bem aponta o autor, a antropologia, ao estudar o “não-moderno”, está aí para nos lembrar que a passagem do tempo pode ser interpretada de diferentes formas, a ideia de um tempo progressivo é próprio da constituição moderna. Seja para Latour (1994), seja para Giddens (1991) a noção de uma passagem do tempo (linear) e a separação entre tempo e espaço assinalam um regime social específico, uma forma de *habitar o mundo* próprio ao adjetivo moderno.

A separação entre o tempo e o espaço não deve ser vista como um desenvolvimento unilinear, no qual não há reversões ou que é todo abrangente. Pelo contrário, como todas as tendências de desenvolvimento, ela tem traços dialéticos provocando características opostas. Além do mais, o rompimento entre tempo e espaço fornece uma base para sua recombinação em relação à atividade social. A separação entre tempo e espaço e sua formação em dimensões padronizadas, "vazias", penetram as conexões entre a atividade social e seus "encaixes" nas particularidades dos contextos de presença. As instituições desencaixadas dilatam amplamente o escopo do distanciamento tempo-espaço e, para ter este efeito, dependem da coordenação através do tempo e do espaço. Este fenômeno serve para abrir múltiplas possibilidades de mudança liberando das restrições dos hábitos e das práticas locais. (GIDDENS, 1991, p.22-23).

Além disso, a separação entre tempo e espaço possibilita operacionalizar outras separações como: sociedade e natureza, humano e não-humano, Nós e Eles. Nesse sentido, como aponta Marques (2009, p.49) tanto o distanciamento entre espaço e tempo como os esforços para o afastamento da

racional e irracional, Ciência e sociedade, qualidades primeiras e qualidades segundas, de maneira a traçar entre o passado e o futuro uma diferença radical que permita exteriorizar definitivamente o que não se levou em conta.”

sociedade da natureza, podem ser considerados mais como consequências do que causas desta modernidade.

Essa reflexão introduz outra questão importante da proposta teórica de Latour (1994) a qual dimensiona que o ponto essencial da constituição moderna é a proliferação dos híbridos. Ao mesmo tempo em que há a sua multiplicação há, também, uma necessidade de inviabilizar, de tornar impensável o trabalho que os constrói. Se quisermos ter a noção de que tudo está separado, a aparição dos híbridos tornaria ameaçado o conjunto da vida social.

A Constituição⁸ moderna permite, pelo contrário, a proliferação dos híbridos cuja existência – e mesmo a possibilidade – ela nega. Usando três vezes seguidas a mesma alternância entre transcendência e imanência, é possível mobilizar a natureza, coisificar o social, sentir a presença espiritual de Deus defendendo ferrenhamente, ao mesmo tempo, que a natureza nos escapa, que a sociedade é nossa obra e que Deus não interfere mais. (ibidem, 1994, p. 40).

Nesse sentido, a ciência universalizante e globalizadora, definidora de epistemologias do mundo objetivo, ao mesmo tempo em que direciona os esforços para acessar as coisas “tais como elas são” (sendo os cientistas os únicos que poderiam realizar este trabalho) buscam distingui-las absolutamente “da representação que os humanos fazem delas” (LATOURE, 2004). O conhecimento científico trata, então, de unificar a vida pública e impedir a possibilidade de realidades múltiplas a fim de alcançar um mundo comum⁹. Assim, ciência e tecnologia tornaram-se globalizadas e balizadoras das mais diversas relações sociais, que tanto patrocinam o afastamento do homem da natureza como desencaixes múltiplos, fazendo surgir aceleradamente “ambientes criados”. (MARQUES, 2009, p.49)

⁸ A noção de Constituição, essencial à compreensão deste assunto, trata-se de substituir a oposição do conhecimento e do poder, da natureza e da sociedade, por uma operação prévia de distribuição dos direitos e deveres dos humanos e dos não-humanos. É esta noção que permite a antropologia simétrica e que torna a modernidade comparável às outras formas de organização pública. (LATOURE, 2004, p. 32).

⁹ Ao final do livro Políticas da Natureza, Latour disponibiliza um breve glossário com definições importantes para o entendimento da teoria por ele construída. Sobre “Mundo comum” o autor define enquanto o resultado provisório da *unificação* progressiva das realidades exteriores; o mundo no singular não é exatamente o que é determinado, mas o que é necessário: obter formalmente.

No contexto de ideias modernizantes, as transformações industriais e científicas tratam de desarticular muitas relações ligadas ao trabalho na agricultura. Além de interferir nas relações sociais a partir da incorporação de práticas universalizantes, a noção de um progresso tecnológico reorganiza a produção primária e modifica as relações dos grupos com os ambientes. No que tange à agricultura, dos diversos setores econômicos, a atividade agrícola é, sem dúvida, a função que mais está intimamente ligada com os processos naturais.

Diferentemente do trabalho na indústria ou no escritório, o produtor agrícola tem restrições em suas tarefas dependendo do clima, do solo, da localização geográfica, das estações do ano, entre outras questões ambientais. Entretanto, são essas restrições ecológicas que a modernização conservadora busca, em certa medida, minimizar os seus efeitos através do *input* de processos tecnológicos e industriais. Além disso, são as próprias separações ponderadas pela modernidade que operacionalizam a possibilidade de dominar os tempos da natureza, uniformizar as paisagens e aplicar as mesmas técnicas de norte a sul.

Nesse contexto, a modernização conservadora surge, a partir da década de setenta, como prerrogativa de desenvolvimento do setor primário. Altieri (2004, p.8) a define a enquanto “um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização.” Esse modelo produtivista concebido dentro de uma visão cartesiana de mundo passa a desconsiderar as especificidades sócio-culturais, econômicas e ecológicas dos espaços rurais (MÜLLER et. al., 2002).

Este modelo de desenvolvimento implica em intervenções nos distintos universos culturais (definidos, grosso modo, enquanto rural e urbano), as quais vão desde mudanças nas técnicas dos sistemas de produção até as formas de organização das sociedades rurais. Em certa medida, houve também uma desvalorização dos conhecimentos gerados pelos agricultores durante séculos, sobrepondo o conhecimento científico ao empírico. Como aponta Assis e Romeiro (1995) certamente os primeiros agricultores já dispunham de

conhecimento sobre os vegetais, pressupondo uma relação entre seu plantio e os fatores ambientais e outras operações técnicas de manipulação. Sem levar em consideração os conhecimentos locais, a modernização conservadora concentra a produção de conhecimentos e tecnologias, principalmente, no âmbito da pesquisa especializada.

Marques (2009, p.68) ao ponderar diferenças entre a produção de conhecimento na indústria e na agricultura aponta que:

Na indústria, a produção de inovação está localizada, principalmente, no âmbito da pesquisa especializada, intensiva em capital e isolada em centros de pesquisa e desenvolvimento. A agricultura, entretanto, consiste em uma miríade de empreendimentos de relativa pequena escala (em especial nas agriculturas familiares), nos quais são gestadas as inovações.

No caráter local e diverso em que se são gestadas as “artes de fazer” da agricultura não há uma acepção direta e linear do modelo de modernização. Ao mesmo tempo em que foi internalizado por uma grande parte de agricultores, outros tratam de redesenhar e redescobrir técnicas e capacidades produtivas das localidades, a partir do arsenal conhecido e da incorporação de ‘novidades’. Nesse sentido, apesar das prerrogativas, da modernização conservadora, de homogeneização das paisagens agrícolas e saberes empíricos, há, sem dúvida, uma reinvenção¹⁰ e, conseqüentemente, uma diferenciação de fazeres agrícolas, principalmente no que tange ao universo da agricultura familiar.

Movimentos de agricultura alternativos ao convencional, contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos, têm tido um reconhecimento cada vez maior. Para estes movimentos a solução não está em alternativas parciais, mas no rompimento com a monocultura e o redesenho dos sistemas de produção, com o reconhecimento da importância de diferentes interações ecológicas para a produção agrícola de forma a minimizar a necessidade de insumos externos ao agroecossistema. (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p.68)

¹⁰ A noção de invenção é aproximada das ideias de Wagner (2012, p.27) o qual aponta que “o uso que aqui faço do termo “invenção” é, creio eu, bem mais tradicional do que os contemporâneos estereótipos do tipo “raio-em-céu-azul” de homens das cavernas sortudos e descobertas acidentais. Como no caso da invenção da música ela se refere a um componente positivo e esperado da vida humana”.

Começam, então, a surgir críticas ao modelo convencional demonstrando a possibilidade de agência dos diferentes atores ligados à produção e comercialização agrícola e desmistificando a noção de um modelo avassalador das estruturações locais. Em meio às consequências da modernização agrícola grupos de agricultores, atores sociais até então invisíveis na história brasileira, passam a se mobilizar em torno das questões ligadas à terra, à insustentabilidade do modelo (tanto social quanto ambiental) e à incoerência do processo produtivo ao modo de vida dos agricultores familiares. Dentre diversas ações sociais, destacaremos, em seguida, a luta do campesinato brasileiro organizados muito em função da luta pela terra, pela permanência nela e por direitos sociais.

Nesta época há também uma forte articulação dos movimentos em prol do meio ambiente, os quais, para Hetch (1989), foram os maiores contribuintes intelectual no surgimento da ciência agroecológica¹¹, a qual produz um estatuto legítimo às discussões técnicas dos diferentes modelos de agricultura alternativa. Nesse sentido, há um amplo cenário sendo constituído na contramão do modelo de desenvolvimento vigente. No trabalho que segue nas páginas seguintes, interessa-me relacionar elementos estruturantes das discussões que mobilizaram a rede local aos da rede mais ampla, principalmente no que diz respeito às questões ambientais.

3.1.1 Da luta pela terra aos paradigmas contemporâneos da questão ambiental.

Sem ter a pretensão de exaurir a discussão em torno das questões ligadas à luta pela terra se faz necessário, muito em função dos dados obtidos na rede local, apontar o contexto das lutas camponesas no Brasil como um contraponto ao modelo dominante da época. Entre as décadas de 50 e 60¹²

¹¹ “A agroecologia é uma ciência que surge na década de 1970 como forma de estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura alternativa que então ganhavam força com os sinais de esgotamento da agricultura moderna. No entanto, apesar de ser um termo que surgiu junto às diferentes correntes da agricultura alternativa, não deve ser entendida como uma prática agrícola. É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir auto-regulação e conseqüentemente sustentabilidade.” (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p.72)

¹² Sobre este contexto histórico Brumer (2009) aponta que a década de 1950 marca um intenso processo de industrialização, o qual se estende ao meio rural, a partir dos anos 60. De um lado,

surge com força no cenário nacional as Ligas Camponesas. Ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a liga tinha como finalidade auxiliar os camponeses nas lutas contra o domínio dos latifundiários. O crescimento das lutas pela terra dimensionava o problema da questão agrária brasileira, colocando o rural nas pautas políticas. Com a entrada do modelo industrial na agricultura, as lutas se intensificam e outras instituições se articulam às lutas dos camponeses, disputando a sua representação.

A Igreja Católica pode ser citada enquanto um dos principais atores neste processo. Dividida em dois setores, um conservador e outro progressista, forma-se o Movimento de Educação de Base liderado pela Confederação Nacional dos Bispos (CNBB), a qual trabalhava com a formação política de camponeses. Nesse sentido, os movimentos religiosos se vinculam às lutas populares, as quais buscam, conforme Neto (2007), nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas, o qual está na origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com o início da ditadura militar as ligas camponesas são extintas e surgem as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Em meados dos anos setenta, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade elas foram importantes espaços de organização popular de diferentes grupos sociais.

Ao articular as lutas sociais aos trabalhos de base da igreja católica, houve a irrupção de diferentes movimentos camponeses que surgiram na época da ditadura militar. Em nível de estado podemos citar, principalmente, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Dentre as diferentes iniciativas que mobilizaram cada movimento social, podemos situar, enquanto caráter essencial das lutas dos camponeses, as lutas pelas terras e as mobilizações por viabilidade na produção.

Nesse contexto de lutas e denúncias, os pequenos agricultores passam a requer um reconhecimento enquanto agricultores familiares, principalmente no que concerne às suas práticas, organização social, modos de vida, etc.

a industrialização toma corpo e o setor desenvolve-se rapidamente; do outro, o setor rural, paralelamente a sua modernização, expulsa uma parte considerável da população. Essas transformações, de modo geral, propiciam aos grupos de média e alta renda da população brasileira o acesso a bens de consumo e serviços de melhor qualidade, mas levam à marginalidade ou ao setor informal da economia uma quantidade impressionante de pessoas.

Além das lutas específicas aos problemas da terra, outras questões exógenas passam a serem incorporados, no intuito de fortalecer as fundamentações e visibilidade do coletivo de agricultores. Destacarei a questão ambiental como sendo uma destas questões que dá força e fundamenta as práticas agrícolas dos camponeses familiares.

O avanço da lógica industrial capitalista na época da ditadura militar causou, também, diversos entraves no meio urbano. Ao mesmo tempo em que a força de trabalho do campo e da indústria gerava riqueza para poucas famílias, muitas pessoas eram marginalizadas nos centros urbanos imersas na miséria. Com o crescimento das pressões provocadas pela indústria sobre o meio ambiente e a interferência direta na qualidade de vida, sobretudo a partir da década de 60 do século XX, cresce um movimento social de abrangência ambientalista. Segundo Leff (2013, p.15) a crise ambiental se torna evidente nos anos 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico.

Na segunda metade da década de 70 surgem diversos grupos ambientalistas, Nessa ocasião cresceram as acusações de alguns países desenvolvidos em relação à postura predominante em países em desenvolvimento a respeito da ausência de normas para controlar os graves problemas ambientais. O Brasil teve papel de destaque como organizador do bloco dos países em desenvolvimento que viam no aumento das restrições ambientais uma interferência nos planos nacionais de desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, as restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energéticos-minerais. É importante ressaltar que a postura brasileira coincide com o período de auge de crescimento econômico do país, atingindo 10% ao ano. (JACOBI, 2003, p.3).

Nesse sentido, o movimento ambiental, articulado em meio à ações e ideias difusas, liga-se fortemente aos preceitos do movimento da contracultura, estabelecendo fortes críticas às instituições da sociedade, se opondo não somente ao modo de produção capitalista industrial, como também ao modo de vida instituída pela lógica ocidental. Para Carvalho (2002), apesar da heterogeneidade de pautas ligadas ao campo ambiental, pode-se demarcar uma problemática eminentemente ética em torno do qual se organiza o campo, sendo ela a produção e reprodução da crença na natureza como um bem.

Esse parece ser o caso da construção social contemporânea do cuidado para com a natureza. Essa crença alimenta a utopia de uma relação simétrica entre os interesses das sociedades e os processos da natureza. Na perspectiva de uma ética ambiental, o respeito aos processos vitais e aos limites da capacidade de regeneração e suporte da natureza deveria ser balizador das decisões sociais e reorientador dos estilos de vida e hábitos coletivos e individuais [...] Assim, o campo ambiental se constitui necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal. Considerando o caráter criativo (ficcio) do sentido, poderíamos traduzir a organização desse campo social como um processo de invenção ambiental e de seu correlato, o sujeito ecológico. (ibidem, 2002, p.37).

Essa questão, atualmente, não aparece como um problema ambiental estritamente, mas, como aponta Beck (1997), ela denota uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial. Para este mesmo autor, há diferenças sistemáticas com outros momentos de revelação dos perigos na história da humanidade. O que até então era inofensivo acaba se revelando como perigoso. O chá, o macarrão, o tomate, o vinho, o pimentão e o morango, passam de simples alimentos para um elemento que evoca os perigos industriais. Fertilizantes passam a ser encarados como venenos, altamente nocivos à saúde humana e a saúde da terra.

A modernidade foi sempre concebida como um valor em si, subtraída toda historicidade de seus conteúdos particulares. As crises que abalam atualmente a sociedade e a agricultura brasileira colocam em evidência a fraqueza da ideia de moderno como sendo portador de valores ontológicos que corrigiriam naturalmente os desequilíbrios. A crise econômica do padrão de desenvolvimento proposto no Brasil nos últimos quarenta anos tem evidenciado a falência deste axioma. (ALMEIDA, 2009, p.29).

É na esfera da vida privada, e não somente nos grandes eventos, que os alertas quanto ao estilo de vida moderna são anunciados. Como aponta Latour (2004, p.12) agora que os movimentos ecológicos nos anunciam a irrupção da natureza na política, será preciso imaginar [...] o que poderia ser uma política enfim livre dessa espada de Dâmocles: a natureza. Neste cenário, articula-se um campo de preocupações ambientais o qual promove um estilo de vida que incorpora atitudes e hábitos em diferentes esferas do cotidiano.

Na esfera da alimentação, pode-se citar a produção agroecológica, orgânica, antroposófica, bem como movimentos que têm na alimentação e na produção do alimento limpo e justo seu foco, como

o Slow Food e a agroecologia. Na esfera da habitação, surgem as ecovilas, ecodesig, permacultura. Na esfera do vestuário, este estilo de vida se expressa na valorização de vestimentas étnicas, artesanais e tecidos naturais. As formas de medicinas alternativas, orientais, modos de vida saudáveis identificados a uma vida simples e com o contato com a natureza proliferam na esfera da saúde como um ideal buscado por muitos. A esfera da produção também se encontra permeada por cooperativas, vendas diretas, economias solidárias, que se apresentam como alternativas ao sistema de mercado capitalista hegemônico. Por fim, há que lembrar o campo religioso, cada vez mais atravessado pelas formas de espiritualidades como a nova era, onde as práticas e rituais tendem a associar de modo direto o sagrado à natureza e a valorizar as tradições pré-cristãs, orientais e indígenas. (CARVALHO; STEIL, 2009, p. 84)

Como consequência da crescente legitimação da temática ambiental diferentes segmentos da sociedade, incorporam e reelaboram, em diferentes ritmos e graus, o ideário ambientalista. Nos capítulos que seguem nesta dissertação, pretendo demonstrar, através da rede local, como há a incorporação destes ideários na agricultura ecológica, a ponto de fundamentar e viabilizar as lutas pela permanência no campo e pelo reconhecimento das lógicas locais.

3.2 A PAISAGEM AGRÍCOLA DA PESQUISA: O CASO DA REGIÃO DE PELOTAS.

A formação social da região da Serra dos Tapes se compõem num mosaico cultural resultante da instalação de colônias rurais de imigrantes europeus (CERQUEIRA, 2010). No final do século dezenove, por iniciativas do governo imperial, do município e de iniciativas privadas, se intensifica o processo de criação de colônias de imigrantes na região. O modelo que predominava na região era uma economia voltada para a produção de charque. Logo, as zonas costeiras eram a região de tomada de terra para implantação das charqueadas, as zonas de mata serrana, como a Serra dos Tapes, eram ainda terras sem uso agrícola. Era comum que os charqueadores fossem proprietários de uma *data* de mata na Serra dos Tapes, para onde seus escravos se deslocavam durante a entressafra, com a finalidade de obter lenha e, fortuitamente, desenvolverem o plantio de roças e pomares (CERQUEIRA, 2010).

No final do século XIX configura-se na região uma crise da produção de charque, o que força os estancieiros e charqueadores a diversificarem a

produção regional. Volta-se, então, aos produtos agrícolas em detrimento da pecuária. A criação de colônias nas zonas de mato surgem nesse contexto como uma forma de manter os rendimentos dos empresários da época. Como ressalta Cerqueira (2010) em 1850 surge uma nova frente de investimentos: a criação de colônias particulares.

Entre as primeiras colônias criadas em Pelotas, destacaram-se a Dom Pedro II (1849), Nova Cambridge (1850) e a colônia de Monte Bonito (1850), as duas primeiras formadas por colonos ingleses (entre os quais alguns provindos do País de Gales), a última por irlandeses e a primeira leva de alemães prussianos. (CERQUEIRA, 2010, p. 873).

Entretanto, a colônia de iniciativa particular que impulsionou a colonização na Serra dos Tapes foi a Colônia Rheingantz criada em 1858, situada na cidade atual de São Lourenço do Sul. Os principais imigrantes que ali se instalaram foram alemães, de diferentes regiões, e pomeranos. Como ressalta Salamoni (2001), as terras eram divididas em lotes com uma média de 48 hectares por área destinada a cada família que na colônia se estabeleciam. Por meio da pequena propriedade familiar e da produção de gêneros alimentícios diversificados, introduziu-se um novo padrão econômico e sociocultural no Sul do Império (SALAMONI, 2001). Conforme aponta a autora “o tipo de economia colonial implantada pelos imigrantes alemães, teve como característica marcante o estabelecimento da policultura a qual, segundo a tradição alemã, deveria solidificar o caráter independente dos colonos” (ibidem, 2001, p.8). Os cultivos plantados eram direcionados para o próprio consumo da família e também para a troca com outros agricultores. Os principais cultivos eram milho, feijão, batata e cebola, além disso, criavam animais cujos subprodutos eram comercializados.

No ano de 1881 o Governo Provincial instala a primeira colônia imperial na região de Pelotas denominada Colônia Maciel, de etnia italiana. O Governo Provincial criou em Pelotas os núcleos coloniais *Accioli*, *Affonso Penna* e *Maciel*, apenas a última tendo vingado, a qual recebeu os primeiros imigrantes em 1883 ou 1884 (CERQUEIRA, 2010). Os imigrantes italianos que vieram para a região rural de Pelotas eram provenientes, principalmente, da região de Vêneto. Nos primeiros anos os imigrantes tinha incentivo do governo, tanto em

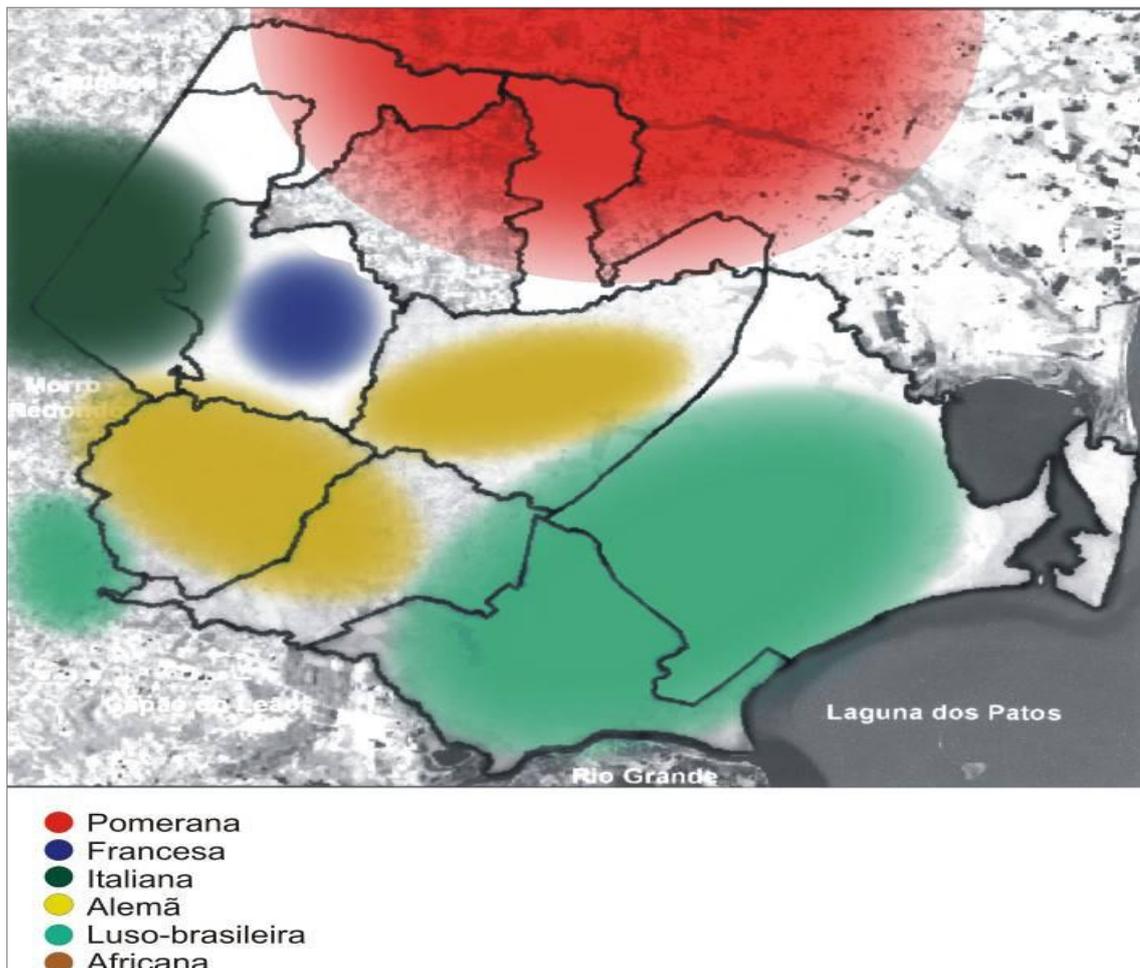
ferramenta como na alimentação. Conforme Anjos (2000) a Colônia Maciel, em 1900, possuía 65 lotes com 55 famílias e 343 pessoas.

Assim como a colônia de imigrantes alemães, a lógica econômica dos italianos era a pequena produção e a economia familiar. Conforme Ullrich (1999):

[...] à esquerda de Santa Helena situa-se paralelamente, Maciel, uma colônia do governo de 50 lotes de 360.000 m², habitada por 56 famílias italianas num mesmo número de casas. Há 5 casas comerciais, dois moinhos, uma escola da comunidade, uma escola do governo e uma igreja católica. A produção é de milho, feijão, tremoço, vinho, cevada, trigo, etc. (apud MACHADO, 2011, p.39).

Dessa forma, podemos perceber que o processo de ocupação da Serra dos Tapes denota algumas peculiaridades quanto à diversidade étnica dos grupos. Apesar de ter priorizado as principais etnias, alemães e italianos, a região rural de Pelotas contou com a inserção de franceses, pomeranos, africanos, indígenas, luso-brasileiros, entre outras colonizações europeias. Assim, a paisagem cultural desta região resulta de um mosaico étnico, composto a partir das memórias e tradições destes grupos, que constantemente sofreram processos de renovação e acomodação, em um permanente processo de diálogos culturais (CERQUEIRA, 2010, p. 874).

Figura 1 – Mapa das etnias predominantes em cada região da cidade de Pelotas e seu entorno.



Fonte: Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC *Produção de doces tradicionais pelotenses*.

Posterior ao processo de colonização houve outras iniciativas que alavancaram a economia agrícola na região colonial de Pelotas. A inserção de novas variedades agrícolas na primeira metade do século XX, principalmente na área da fruticultura, impulsiona os agricultores à produção de caqui, pêssigo, pêra, maçã, entre outras. Registros demonstram que as primeiras indústrias conserveiras da região eram de imigrantes franceses (Colônia de Santo Antônio¹³). Em seguida, a iniciativa se espalhou por várias colônias visto que a área era propícia ao cultivo de frutícolas. Entretanto, foi na primeira metade do século XX que o cultivo de espécies arbóreas recebeu mais atenção na região, muito em função dos esforços de pesquisas realizadas pela Estação Experimental de Vitivinicultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado de

¹³ Atualmente situada no 7º Distrito do Município de Pelotas.

Pelotas da EMBRAPA – Pelotas. Nesse sentido, o caráter da indústria conserveira se projeta para além de demandas internas das famílias de agricultores, estando atrelado à uma economia de comércio. Conforme aponta Grando (1989, p. 104) “essa indústria, ao contrário da vitivinicultura do Rio Grande do Sul, não teve o caráter inicial de uma atividade familiar para o auto-abastecimento, esteve, desde o princípio, integrada na estrutura de uma economia comercial”.

Interessante salientar que a produção de pêssego se manteve na região durante um longo período como sendo uma das culturas de maior importância econômica, substituindo a economia ligada ao charque após a dissolução das charqueadas. Como ressalta Salamoni (2001, p.9):

Em decorrência da instalação de indústrias conserveiras, por volta da década de 50, os agricultores foram incentivados a modificar seus sistemas de cultivo, passando a produzir, ao lado das culturas tradicionais de subsistência, matérias-primas como o pêssego, aspargo, milho-doce, morango e ervilha.

Logo, as agroindústrias que se estabeleceram na região de Pelotas passaram a exigir melhores produtos dos agricultores e, conseqüentemente, uma maior especialização técnica. Com isso, a relação com a terra passa de uma economia familiar voltada à subsistência para uma economia voltada ao modelo capitalista industrial. E ainda, criou relações diretas de exploração entre empresários industriais e produtores familiares, quando o trabalho excedente na zona rural foi canalizado para a indústria (SALAMONI, 2001, p. 14).

Logo, essa exploração empresarial provoca profundos desequilíbrios na estrutura agrária pelotense. Como coloca Grando (1989) a chamada revolução agrária provocou enorme concentração de renda e, conseqüentemente, de terras, aprofundando as contradições e conflitos do meio rural. Na década de sessenta, além do quadro nacional de exploração do meio rural, a falência das agroindústrias, aponta a decadência mais evidente do comércio local o qual estavam organizadas a maioria das famílias de agricultores da região. Nesta época há um intenso processo de expropriação de terras a que passa a afetar as colônias de Pelotas, muitas famílias entram nos cálculos do êxodo rural e outras se mantêm com a posse de suas terras baseadas, principalmente, na produção familiar.

4 “EM PELOTAS, TÊM MOVIMENTO ECOLÓGICO?”: UMA HISTÓRIA CONTADA PELOS PRÓPRIOS ATORES.

Este capítulo etnográfico tem como objetivo apresentar os dados de campo coletados ao longo da vivência da pesquisa. Foram acessados diversos universos de ação da rede ecológica e privilegiado a heterogeneidade de atores na composição dos relatos da narrativa. Será apresentada primeiramente uma descrição do cenário regional em torno da produção e consumo de alimentos ecológicos, sendo que a narrativa construída fará uso de dados etnográficos e, também, dados retirados de bibliografias locais. Em seguida, será descrita a trajetória de vida dos principais interlocutores da pesquisa, procurarei dimensionar, neste ponto, diferentes conexões ao longo da formação da rede ecológica na região de Pelotas. Na segunda seção, a tentativa é levar o leitor para perto da rede. A partir da trajetória de três interlocutores buscarei aproxima-lo das amarrações internas que constituem e dão sentido à rede. Nesse sentido, o trabalho de descrição do campo seguirá o mesmo percurso da pesquisa: através das trajetórias, alcançar dimensões mais gerais ligadas à constituição e organização da rede ecológica. Por fim, chegaremos ao processo de constituição da feira virtual, este último ponto será brevemente abordado – mas não menos importante – em função da efemeridade com a qual pude acompanhar o processo.

4.1 A DINÂMICA DE CONSTRUÇÃO DA REDE EM FORMAÇÃO: O CONTEXTO ETNOGRAFADO.

Discussões em torno de uma agricultura alternativa têm como pano de fundo, na região de Pelotas, um contexto de marginalização de agricultores familiares organizados na lógica produtiva da pequena escala e da mão de obra familiar. A partir da inserção da modernização conservadora no cenário da

política agrária oficial do estado, os modos de produção da agricultura familiar¹⁴ se tornaram, em certa medida, incompatíveis com a ordem dominante. Dificultando, assim, acessos a créditos e mercados em função da lógica de trabalho ponderado nos cultivos em larga escala, uniformização da paisagem rural e, mais incisivamente, a necessidade de utilização de insumos químicos nas culturas agrícolas.

Para Ivo, o *alto da revolução verde* aponta um cenário duvidoso. A partir de experiências de vizinhos e da própria família, o modelo de produção oficial passa a ser compreendido de maneira um tanto quanto negativa. O que apontava para “milagres” no quesito da possibilidade de grandes quantidades alcançadas nas safras parecia de qualidade nos produtos, na terra e, principalmente, no fazer agricultura.

[...] que ali pelos anos 70 então foi o alto ali da revolução verde, famosos adubos e defensivos, então isso tava chegando na agricultura, na agricultura familiar também né nos anos 80 que entrou mais essa questão dos adubos e defensivos e agente via que aquilo ali não era uma agricultura sustentável porque tu ficava dependendo dos recursos externos né [...] (IVO, agricultor)

Rosa dimensiona a entrada na agricultura ecológica enquanto uma *necessidade*. Tendo em vista a possibilidade de produção da pequena propriedade dos Jung, o modelo em larga escala não era pertinente para a família. Alguns entraves na venda e na produção foram surgindo ao longo do tempo e a família foi percebendo que havia necessidade de criar outras formas de organizar a produção e de vender os produtos.

[...] o trabalho com as feiras, com a produção orgânica, isso se deu de uma necessidade que a gente teve, porque no começo a gente plantava, tu plantava pequenas quantidade, porque é pequena a propriedade para tu conseguir colher horrores né, aí 50 100 sacos, a gente tinha dificuldade de vender a produção, porque era produção de pequena propriedade aí isso foi acontecendo e a gente começou a se organizar em famílias [...] porque até ali, a gente fazia com

¹⁴ “A agricultura camponesa sempre teve como característica básica a policultura, que inclui as roças de milho, feijão, arroz, mandioca e etc. e o cultivo de hortaliças e frutíferas perto da moradia [...] Nesse modelo a família ao mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Para Maria de Nazareth Wanderley “agricultura familiar” é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, constituindo o campesinato uma forma particular agricultura familiar, que se constitui enquanto modo específico de produzir e viver em sociedade.” (SANTILLI, 2009, p. 83)

veneno, porque se tu fazia financiamento no banco tu era obrigado a comprar o pacote, pacote de adubo, tudo tudo, tu ia pedir o dinheiro mas tu já tinha uma lista de tudo que tu tinha que comprar. (ROSA, agricultora)

Nesse contexto, os agricultores passam a mobilizar esforços no sentido de buscar mecanismos alternativos ao modelo convencional. O trabalho das eclesiais de base (CEB) é fundamental para a articulação das comunidades de agricultores familiares que buscavam mecanismos de resistência ao modelo de produção vigente na época. As entidades que aparecem com maior força no cenário etnografado são as eclesiais das igrejas católica e luterana. A CPT, ligada à Igreja Católica, fortalece o trabalho de assistência a agricultores familiares ligados às comunidades católicas da colônia de Pelotas e região. Já o CAPA, ligado à igreja Luterana, tem seu trabalho intensificado nas regiões de Canguçu e São Lourenço do Sul, principalmente no que se refere aos moradores de comunidades rurais praticantes do luteranismo.

No percurso do trabalho de base das duas entidades, há uma articulação entre elas com o intuito de intensificar e auxiliar o processo de organização dos agricultores que estava ocorrendo na época. No início do trabalho de base das eclesiais havia uma pauta comum entre as entidades: auxiliar na organização dos agricultores familiares em coletivos, a partir de demandas locais. Ivo coloca que em meio às pressões da agricultura convencional se organizar em grupo é a *única forma ainda* de sobreviver como agricultor familiar, ou nas palavras do interlocutor *agricultura familiar individual é muito difícil, mesmo assim organizado tu tens dificuldades, mas entendo que é a única forma ainda de ter agricultura familiar, com essa diversidade, tu conseguir sobreviver.*

Numa espécie de reconhecimento com a causa camponesa, as entidades religiosas reforçam questões ligadas a um “saber ecológico tradicional”¹⁵. Nessa perspectiva, há uma manutenção de certos hábitos ligados ao fazer agricultura e, em meio à procura por alternativas de manter-se na propriedade agrícola. O trabalho das eclesiais, fundamentado em assistências técnicas, visitas a experiências de agricultura ecológica, cursos de

¹⁵ Este conceito é utilizado em acordo ao explicitado por CARNEIRO (2009, p.306): “Costuma-se chamar de saber ecológico tradicional ao conhecimento que populações locais têm de cada detalhe do seu entorno, do ciclo anual, das espécies animais e vegetais, dos solos etc.”

formação e etc. parece levar os agricultores locais à possibilidades de manutenção e permanência do/no trabalho na terra. Para o grupo familiar de Ivo, o acesso a rede em torno de uma agricultura ecológica se faz através dos trabalhos desenvolvidos pela ONG da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, o CAPA.

[...] foi lá nos anos 80, início de 82 83 foi quando o CAPA se inseriu na região... uma ONG da IECLB, que naquela época era bem pequena era dois técnicos só e foi um trabalho que eles começaram então em 82, 83 e pra resgatar um pouco assim como é que era a agricultura do passado como é que nossos antepassados produziam né e que era então produzir sem adubo e sem agrotóxico [...] (Ivo, agricultor)

De forma similar, o trabalho de assistência da pastoral é um ponto importante para a família Jung no reconhecimento e inserção no universo da rede ecológica:

[...] e aí foi foi foi que há 20 anos atrás surgiu a ideia de... da própria diocese (católica) de organizar uns grupos de famílias, e aí não tinha limite, para produzir orgânico e comercializar orgânico para ver o que ia acontecer, e aí a gente foi por aí, que a gente começou e está até hoje. (Rosa, agricultora)

Foi a partir de experiências como essas que em meados da década de 80 surge, através da ação conjunta de diferentes associações rurais, uma associação na qual se filiaram inúmeros grupos de agricultores familiares, cerca de cinquenta associações. Faz-se menção aqui à União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu e Região (UNAIC). Ela surge no cenário regional como uma entidade que tinha o intuito de fortalecer a mobilização dos grupos de agricultores familiares. No cenário da época, o associativismo caracterizou-se por demandas mais cotidianas e específicas das comunidades rurais como a obtenção de crédito agrícola e melhores condições para produzir e comercializar junto a novas formas de participação, ou seja, os envolvidos deveriam ser responsáveis em identificar suas prioridades e deliberar os rumos da intervenção no local e não se adaptarem a esquemas predefinidos de programas governamentais, por exemplo. (PINHEIRO, 2001).

No contexto local a referida entidade teve papel fundamental na articulação dos agricultores. Ainda, possibilitou o acesso a espaços de

decisões políticas nos quais a figura do agricultor não era visibilizada. Como apontam os estudos de Lima (2009), a fundação da UNAIC contou com o apoio de entidades religiosas e do poder público local, além de empresas de assistência técnica, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), e de pesquisa, como a EMBRAPA.

[...] a UNAIC por cerca de 20 e tantos anos atrás, a ARPA 20 anos atrás 18 anos atrás né depois a Sul Ecológica em 2001 eles tem esse nascedouro meio comum do discurso de resistência dos agricultores, do apoio de organizações não governamentais e alguns setores da Universidade e algum técnico na EMATER e na EMBRAPA né e essa necessidade então de apoiar esse discurso e essa prática de resistência organizativa com um sistema de produção um padrão tecnológico que fugisse da perspectiva da revolução verde e se contrapusesse inclusive dessa agricultura de base química né [...] (LÚCIO, técnico)

Nesse sentido, a coligação de diferentes pautas e reivindicações dos trabalhadores rurais familiares aponta para uma demanda em busca de alternativas de como produzir, organizar e vender os produtos da agricultura familiar. Lúcio aponta que o trabalho da entidade se configurou como um catalisador da *resistência dos agricultores* em torno da lógica da *modernização conservadora* da época.

[...] a gente começou a trabalhar mais amiúde com grupos de agricultores, muito organizados a partir das comunidades eclesiais de base e já tendo constituído a UNAIC que era uma articulação de associações comunitárias no interior de Canguçu e um movimento assim de resistência dos agricultores, tanto daquela política da época, da modernização conservadora, da revolução verde, tinha um discurso muito grande de resistência dos agricultores e de alguma forma esse discurso não ecoava nos sindicatos na época né e a UNAIC foi um espaço de organização/articulação que a gente ajudou os agricultores a construírem que tinha essa voz assim [...] (LÚCIO, técnico).

Em meio às ações locais ligadas as perspectivas de resistência dos agricultores familiares da região de Pelotas, a organização em associações e cooperativas começa a tomar corpo entre os grupos de agricultores. Diversas experiências embasaram a formação da associação ARPASUL (primeira associação de agricultores ecologistas na região de Pelotas) a qual viria a se consolidar nos anos seguintes e da organização de produtiva e comercial. Falando sobre o momento da formação da associação Ivo remete à

importância da ação conjunta das duas entidades religiosas. Como descreve o agricultor a ARPASUL foi formada por grupos que eram assistidos pelo CAPA e pela Pastoral da igreja católica, então era das duas igrejas, tinham trabalhos que eram voltados para a agricultura familiar.

O técnico da Pastoral na época, Lúcio, aponta que as ações iniciais das duas entidades caminhavam no sentido da *organização de base* dos grupos de agricultores. Era possibilitado, via entidades religiosas, acessos a visitas técnicas, reuniões entre grupos de agricultores e técnicos, entre outras ações pontuais. Entretanto, o modo de produção ainda se mantinha, *a gente continuava usando os mesmos métodos*. Foi a partir da década de 90, mais precisamente em 91, que os técnicos da Pastoral começam a se aproximar de experiências de produção ecológica como, por exemplo, a do Centro Ecológico Ipê¹⁶.

[...] partir de 91 a gente se aproximou do CAIPE hoje Centro Ecológico de Ipê, Maria José Guazé, Laércio, um grupo de técnicos lá que tinha uma proposta bem arrojada, interessante, baseada na teoria da trofobiose, da agricultura ecológica e até com o apoio da universidade federal acabamos levando um ônibus de agricultores lá, o pessoal viu e se interessou e tal e aí alguns começaram a experimentar nas suas áreas e isso foi o embrião da ARPA sul né [...] (LÚCIO, técnico).

A experiência no Centro Ecológico Ipê é descrito como um momento importante na trajetória dos agricultores. Em oportunidades de pesquisa¹⁷ anteriores, Nilo (agricultor ecológico associado da ARPASUL) relata o início de sua trajetória na agricultura ecológica a partir da visita realizada ao centro. Coberto por analogias de 'novos tempos', o relato do agricultor aponta que *foi como se abrisse uma janela num quarto escuro né, como se tivesse aberto uma porta tipo 'aqui é o caminho'*. Integrantes da família Jung também participaram do curso no centro ecológico, o qual, segundo Rosa, foram os *primeiros passos na formação na área da produção*.

¹⁶ Centro Ecológico Ipê é uma ONG que desde 1985, trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, mediante a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social. Através de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, o Centro Ecológico Ipê assessora organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/historico.php> [Acessado em 15 de dezembro de 2014].

Observando a necessidade de uma inserção mais pontual na organização da produção e venda de um produto diferenciado daquele proposto pela modernização agrícola, as entidades religiosas se unem e passam a fazer um convênio entre elas. Este convênio é denominado como projeto TEAR, tendo financiamento das duas entidades religiosas. O objetivo do projeto era proporcionar aos agricultores as ferramentas necessárias, no sentido de experiências de outras práticas na área da agricultura ecológica. Para Rosa as ações por dentro do projeto TEAR foram fundamentais na configuração de sua formação enquanto agricultora ecológica, *claro que o que a gente faz hoje a gente passou por um processo de formação a gente até tem os diplomas [...] era pela pastoral a gente fez tudo porque tinha acesso.*

As duas entidades dividem o trabalho de formação e de assistência técnica aos grupos de agricultores. O CAPA entrava principalmente com a parte da assistência técnica e a Pastoral Rural trazia elementos necessários para a logística do trabalho nas propriedades rurais, como, por exemplo, transporte e acessos à casa das famílias.

[...] a gente já em 92 a Pastoral da Igreja Católica fez um convênio com o CAPA e esse convênio a gente deu o nome lá de TEAR, basicamente o CAPA entrava com salário de um agrônomo que era o Marcelo Souza na época e a gente entrava com os recursos, carro, deslocamento, etc. e aí sim pode então dar um upgrade naquelas experiências pequenas assim que tinha um lá e outro cá e isso foi ganhando força e a necessidade de então achar um espaço de comercialização, aí a gente estimulou e apoio a fundação da ARPA Sul [...] (LÚCIO, técnico)

Nesse momento, as pautas iniciais, alicerçadas principalmente em questões sociais como a permanência na terra e manutenção do trabalho agrícola familiar, transbordam para questões ligadas ao como produzir, buscando uma maneira diferenciada ao que era até então realizado. Os grupos de agricultores familiares começam a direcionar os esforços para a formação das famílias em uma produção agrícola ecológica.

Nesse sentido, diversas experiências com a agricultura ecológica na região começam a demonstrar uma viabilidade nesta forma de produção de alimentos. Em meados de 94 e 95, há uma quantidade significativa de agricultores com experiências na produção de alimentos ecológicos. A partir daí, um novo entrave se coloca na formação da rede: quais os espaços para a

comercialização dos alimentos ecológicos? Como questiona Lúcio *não adianta produzir tomate ecológico se não tem quem vai comprar o tomate ecológico, então tem que ter um espaço para esse cara vender esse tomate como ecológico e não a 0,50 centavos o quilo como o convencional.*

Para efetivar a organização da venda da produção se formula a associação ARPASUL. Foi no ano de 1995 que se deu o nascedouro da primeira associação de produtores ecologistas da região Sul do estado do Rio Grande do Sul, através do empenho dos agricultores e das duas entidades religiosas atuantes no contexto local. *A ARPA começou com oito ou nove grupos de famílias, tendo cerca de 50 famílias cadastradas. A associação abrangia agricultores de diversas cidades da região sul do estado como, por exemplo, Pelotas, Canguçu, Piratini, Arroio do Padre, São Lourenço, entre outros municípios. Nesse sentido, o intuito em formar a associação era de organizar os agricultores ecologistas em grupos de famílias, a fim de reunir a venda e a comercialização dos alimentos produzidos. Com uma produção já avançada e com a associação formada, agricultores e técnicos concentram esforços na constituição da feira ecológica na cidade de Pelotas.*

É nesse contexto de novos rumos da formação da rede ecológica que iniciam as experiências em grupo para a construção de um espaço de comercialização do alimento produzido. *Assim, a partir da organização e da demanda dos agricultores, formula-se uma resposta mais ou menos articulada a partir das ONGs que atuavam naquele momento. A partir de vivências de outras experiências, como, por exemplo, aquela descrita no Centro Ecológico Ipê, os agricultores juntamente com os técnicos reconhecem o espaço das feiras como sendo uma proposta interessante de ser construída para a comercialização dos produtos.*

A proposta de formação da feira vai tomando corpo e atingindo outros grupos que simpatizavam com a causa. Reuniões entre agricultores, técnicos, professores e estudantes das universidades locais, figuras do poder público da cidade de Pelotas e região formularam as pretensões e os passos que a comercialização de um *produto saudável* poderia alcançar. Nesse sentido, conforme já exposto anteriormente, organizar uma feira de produtos ecológicos tinha o intuito de valorizar a produção e o próprio trabalho dos grupos de agricultores ecologistas.

[...] se nós iríamos fazer uma feira em outro lugar, caracterizar bem a mudança de produção e tipo de produto num outro lugar e daí também foi uma boa discussão que levou algum tempo e aonde chegamos à conclusão num lugar onde a gente também pudesse construir esse lugar, porque senão ficaria muito no senso comum e os consumidores não teriam condições de diferenciar esse processo [...] (HELGA, professora/técnica)

Neste momento, insere-se na formação da rede ecológica atuantes/militantes¹⁸ do cenário urbano de Pelotas e, também, da cidade de Porto Alegre ligados à cooperativa COOLMÉIA. A ideia inicial era realizar a feira em Porto Alegre, *a gente por outro lado tinha a ideia de que Pelotas com mais de 300 mil habitantes que aqui também poderia ser pensado, mas como Porto Alegre já tinha a COOLMÉIA e vinha de todo o estado para fazer a feira lá, no início se pensou isso em ir pra Porto Alegre.* (HELGA, professora/técnica). Entretanto, em uma visita (de agricultores, estudantes e professores da Universidade Federal) à Feira Ecológica na EMATER, observou-se que com a quantidade de produção local seria possível efetivar a organização da feira na cidade de Pelotas. Como denota Lúcio, *teve um envolvimento muito grande de vários apoiadores e colaboradores até a feira se efetivar.*

Decidir pela comercialização no formato da feira foi um processo em que houve uma receptividade pelos agricultores, em função de que, como aponta Lúcio, *a feira é o espaço de comercialização que eles mais conhecem.* Nesse sentido, a maioria das experiências de comercialização na época eram estruturadas no formato de feiras, como a feira da COOLMÉIA, na cidade de Torres/RS., do Centro Ecológico Ipê e as próprias feiras de produtores da EMATER.

Apesar da estrutura da comercialização em feira ser uma das formas mais simples de gerir a comercialização, diversos entraves foram aparecendo ao longo da construção dos espaços. Rosa aponta *que foi bem difícil conseguir os espaços*, houve diversas reuniões da associação com a prefeitura de Pelotas, os quais investigaram quais os locais que poderia ser recebida a feira na cidade. Entretanto, tentar convencer a prefeitura de que os produtos

¹⁸ Termo utilizado em função da autoatribuição dos próprios interlocutores ao papel desempenhado no contexto em questão.

ecológicos mereceriam um local de comercialização diferenciado das feiras convencionais, já estabelecidas na cidade, foi um processo um tanto quanto demorado. Em certa medida, o secretariado da prefeitura reconhece os esforços do grupo em buscar um local específico para a venda dos produtos e definiu-se então que a feira ecológica ocorreria na cidade de Pelotas, na Avenida Dom Joaquim.

[...] cada um fez o que pode, vai negociar com o pessoal do ICMS para poder liberar a feira, negocia com a prefeitura para achar um espaço lá, a prefeitura tem que entender qual é a proposta porque senão as feiras já estão mapeadas todas e ninguém quer um concorrente do seu lado, aliás, tem que dizer isso, na época era o secretário de desenvolvimento econômico [...] e ele foi extremamente receptivo, acho que ele garantiu a existência da feira em conta da receptividade dele, ele disse não: o espaço é aquele na Dom Joaquim vocês vão para lá e eu banco e tal, então teve isso assim de várias articulações é claro [...] (LÚCIO, técnico).

A lona amarela se ergueu pela primeira vez em novembro de 1995 pelas mãos de agricultores(as) e técnicos em meio aos muros da região de zona nobre de Pelotas. Além de um alimento e de um local diferente das feiras que já estavam instituídas, o cenário da rede ecológica é montado nas ruas da cidade dimensionando o trabalho em grupo. A lona única para todas as bancas quebrava uma das lógicas das feiras tradicionais, retratando aqui a lógica de organização da comercialização em grupos de famílias, tal como era ponderado pela proposta inicial da associação ARPASUL. *Aquela feira comprou uma lona única né, nas feiras convencionais tu percebe que cada vendedor tem a sua lona né, aquela lona única foi um pau danado para a gente entender que era um grupo só.* (LÚCIO, técnico)

Figura 2: Feira Ecológica na Avenida Dom Joaquim em Pelotas/RS.



Fonte: Foto acervo pessoal (2012).

No início da feira as duas entidades religiosas *pegaram junto* com os agricultores. Ainda articuladas através do convênio TEAR, a Pastoral Rural e o CAPA dividem o trabalho de logística e organização da feira, conjuntamente com os agricultores. Para Rosa o trabalho da Pastoral foi muito importante, pois facilitou o acesso dos agricultores à feira. Uma das dificuldades que se colocava na organização da feira era o transporte dos produtos até a cidade. Técnicos das entidades tinham carros disponíveis para auxiliar o deslocamento da produção das propriedades agrícolas até o centro de Pelotas.

[...] então teve isso assim de várias articulações é claro, organizar a produção, organizar a logística de vinda desses produtos quem traz quanto é que paga para o cara trazer, os custos iniciais, porque a gente também não tinha certeza se a feira ia cobrir ou não ia cobrir custo de transporte, o cara sair arrumar as coisas sair às 4 da manhã de Canguçu e tal [...] (LÚCIO, técnico).

Sendo definido como um *processo muito criativo* por Helga, ou como *uma confusão linda um processo multicolor* por Lúcio, a criação da feira

ecológica trouxe para o universo da rede articulação com uma heterogeneidade de atores e entidades. Integrantes da associação de consumidores de Porto Alegre, a COOLMEIA, passam a participar ativamente das feiras na cidade de Pelotas. Com um grupo de consumidores timidamente organizados localmente, a vinda de integrantes da associação para a cidade deu um *upgrade na organização das bancas*.

Figura 3: Reportagem no jornal local referente às feiras na cidade de Pelotas e a parceria com os outros grupos na formação da rede de comercialização local.



Fonte: Acervo pessoal Liomar de Souza.

O grupo de consumidores, formado por alunos e professores da universidade federal e integrantes da COOLMÉIA, fica responsável pelo processo de mobilização do centro urbano em relação ao consumo de alimentos ecológicos.

[...] *E com os consumidores nós a partir disso organizamos um seminário, aí nós fomos procurar as parcerias urbanas, o sindicato da alimentação foi um parceiro assim fundamental para nós e o sindicato dos bancários, foram os dois que ficaram mais efetivos e, além disso, também o sindicato dos professores do estado, ali a associação do servidor da prefeitura foram assim aqueles que se integraram como entidades para gente poder construir essa relação urbana e daí nós construímos esse seminário que foi daí um seminário que aconteceu na cidade, foi ali na odonto inclusive na sala 54, essa era a nossa*

sala de discussões onde participou representante dos agricultores, dos técnicos, das feiras de POA, dos consumidores de POA vieram também e a partir disso foi desencadeado um processo de divulgação e já marcando o dia de abertura da feira, aí a feira abriu em novembro [...] (HELGA, professora/técnica).

Para Liomar mais do que organizar os consumidores da cidade se tinha a necessidade de orientar e informar sobre temas relacionados a *esse tipo de consumo e de consumidor*, como, por exemplo, *sobre a alimentação saudável, sobre meio ambiente, reaproveitamento de alimentos essas coisas assim*. O intuito do grupo da cidade era realizar um trabalho com os consumidores para eles irem se *envolvendo com esse consumo, a gente achava que estava fazendo educação*.

Sobre o processo de construção da feira Ivo descreve que o grupo de consumidores teve um papel muito importante na divulgação do trabalho dos agricultores ecologistas. *O consumidor fala para o outro: não olha, nesse produto nós podemos confiar*. Nesse processo de cativar o consumidor, os estudantes realizaram diversos folders e cartazes com informações referentes à agricultura ecológica e o trabalho desenvolvido nas propriedades agrícolas. Em 1996 os militantes montam uma banca na feira, conjuntamente com a associação de Porto Alegre.

[...] montaram a banquinha lá na feira daí junto com a coolméia que daí a COOLMEÉIA veio também para dar apoio. Aí cada sábado a gente pegava na rodoviária de manha bem cedo eles vinham, aí a gente pegava com umas sacolas e a gente ia para a feira fazer nossa banquinha lá. Então os consumidores tinham a banquinha na feira, tinha a banca dos agricultores e dos consumidores e militantes... que na verdade era dos militantes né. E os militantes estavam ali fazendo o que, até televisão nós levamos botando aqueles vídeos, aquelas coisas, porque falava do alimento ecológico né, fitas nós enfeitava as próprias banca dos agricultores com conteúdo o que aquele alimento representava, tudo foi um processo muito criativo, por parte dos alunos, eles ficavam encarregados cada um, eles pegavam uma banca e sábado eles enfeitavam lá [...] (HELGA, professora/técnica).

Além do trabalho de *educação com os consumidores*, a banca oferecia produtos trazidos de Porto Alegre e que não eram comercializados até então pelos agricultores locais. Eram disponibilizados para a venda alguns produtos processados como, por exemplo, massa de tomate, erva mate, café, suco de uva, entre outros, *então eles davam um jeito de feira*. A iniciativa de comercializar alimentos fora da produção local surgiu em função de que havia

pouca diversidade de alimentos e pequenas iniciativas de produção de alimentos processados. *A gente tinha sei lá, vou exagerar aqui, feijão, batata, abóbora, alguma coisa de verdes e isso era uma feira modesta né*, descreve Lúcio.

Além disso, a COOLMÉIA, constituída desde 1985, trazia para a feira uma experiência de organização. Nas reuniões que ocorriam todos os dias após o término da feira, integrantes da associação apontavam a dimensão de organização dos produtos da feira com certo cuidado, tanto na apresentação dos produtos quanto na organização da própria banca. Os diálogos entre diferentes experiências de *fazer feira* foram ocasionando trocas, aprendizagens e *muitas brigas no meio disso tudo*.

Entre os dois grupos, de consumidores e agricultores, a interlocução se deu no sentido de trocas entre eles. Cada local de fala agia e via a construção da feira de maneiras distintas. Nesse sentido, os diferentes pontos trazidos e discutidos em reuniões incrementava a proposta da feira ecológica e reorganizava a sua estrutura inicial. Como podemos perceber a criação de um espaço específico para a comercialização do alimento ecológico transcende a lógica do estrito comércio e insere uma dinâmica de aprendizagem para os diferentes grupos que ali se propunham a construir os sentidos da rede ecológica na região de Pelotas.

Nesta ocasião, definir o que seria considerado como ecológico, para poder ser vendido na feira, era uma disputa de qual o significado o ecológico iria incorporar na rede que estava sendo formada naquele momento (este ponto será ampliado no capítulo IV). Segundo o técnico da Pastoral havia diferentes concepções em relação ao que deveria ser vendido na feira, uns queriam vender linguiça, outros diziam que linguiça não era ecológica, mas aí poderia, pois ela era considerada colonial. Nesse sentido, a invenção da feira e de seu ator 'principal', o alimento ecológico, articulou agricultores, instituições, consumidores, técnicos e *foi um perrengue danado até decidir como ficaria então*.

Para o agricultor Ivo, as experiências com o grupo de consumidores deu uma compreensão importante sobre a venda dos alimentos ecológicos na feira, *aquele espaço ali foi super importante, a gente começou a compreender melhor o que era*. Para os consumidores, as trocas diárias com os diferentes

atores da rede apontaram para universos até então invisibilizados nos mercados convencionais de alimentos. Um deles, que talvez tenha sido o que mais mobilizou o grupo da cidade, era a sobra de alimentos ao final da feira. Muitos agricultores estavam se desestimulando em função do não aproveitamento de toda a produção e de grandes quantias que sobravam de determinados alimentos. A proposta começou a ser formulada no sentido de dar outro destino a esses alimentos, afinal, *começou de observar que isso tava criando um desestímulo naqueles agricultores* (HELGA).

Nesse momento, o grupo de *militantes* percebe que seria mais eficiente procurar mecanismos para escoar as sobras da produção do que seguir com o trabalho de banca nas feiras (visto que neste momento já havia uma rede sólida de consumidores dos alimentos ecológicos e algumas agricultoras já estavam se aventurando em processar alimentos como chimias, bolachas, massa de tomate, etc.). Após *um ano e pouco* com a atividade da banca nas feiras, começam a levantar a hipótese da abertura de um entreposto no centro de Pelotas.

[...] aí com essa participação de educação lá né, porque a gente achava que estava fazendo educação, a gente começou a ver muita sobra de alimento na feira sempre final de feira a gente ajudava a montar barraca e desmontar barraca aquela função da feira, então a gente começou a achar que esse alimento deveria ser todo aproveitado [...] bom, aí com isso a gente começou meio a levantar a ideia de abrir um entreposto, porque a gente ia lá na COOLMÉIA e se encantava com aquela organização que tinha lá em Porto Alegre, que eles tinham a feira, aquele restaurante, tinham o entreposto era uma maravilha aquilo, era uma cooperativa aquilo né [...] Então em junho de 96 foi que a gente começou um armazém, um pequeno armazém numa sala lá na frente do Guanabara¹⁹ [...] (LIOMAR, operador do comércio)

A sala era um local cedido por um amigo de Liomar. O espaço pequeno e pouco estruturado abrigou durante alguns meses o entreposto. Neste momento tem-se o nascedouro da Teia Ecológica, ainda organizada em forma de empresa e com poucos produtos para comercialização. Iniciaram, então, produzindo cestas com os produtos que sobravam da feira e com processados trazidos pela COOLMÉIA. Ofereciam, principalmente, aos professores da universidade e amigos mais próximos do grupo. Em seguida, alguns

¹⁹ Rede de supermercado local.

integrantes do grupo de consumidores deixam de participar da proposta. Segundo Liomar, o entreposto naquele local *não foi para frente, os amigos que tinham entrado no negócio saíram porque não viram muito futuro.*

Figura 4 - Reportagem no jornal local sobre a criação do primeiro entreposto de produtos ecológicos na cidade de Pelotas.



Fonte: Arquivo pessoal de Liomar de Souza.

Segundo Liomar, com o passar do tempo muitas pessoas desistem de continuar com a iniciativa. Liomar, Helga e Regina, seguem no trabalho. Mudam a *lojinha* para uma casa na Rua Sete de Setembro intitulada *Ponto Verde*, ali continuam com as hortaliças e, além disso, produzem pão, biscoito, granolas para sustentar o espaço. Contavam também com o auxílio da cooperativa COOLMÉIA para distribuição de outros produtos que ainda não tinham na região como arroz, suco de uva, entre outros.

Com o tempo a demanda de consumidores começa a aumentar e se mudam novamente para uma casa um pouco maior na Rua Piratinino de Almeida. Ali, além do entreposto, os *militantes* passam a oferecer sopas no local e é assim que inicia a ideia de construir um restaurante somente com produtos ecológicos. Passado um período de um pouco mais de um ano, a casa já não comportava mais tanto consumidor.

Mudam-se novamente, agora para a Praça Coronel Pedro Osório (local onde a cooperativa atua até os dias atuais) e formam o Restaurante Teia Ecológica. Ali inicia um espaço mais amplo com mais opções de comercialização tanto no entreposto quanto na comida servida no restaurante. A organização do trabalho também se modifica, o que antes era uma microempresa passa a ser uma cooperativa. Liomar aponta que a proposta era realizar um trabalho de cooperação entre os *operadores do comércio*²⁰. Na cooperativa a proposta, além da venda de alimentos ecológicos, era realizar cursos de formação de consumidores. Uma integrante da Coolméia, a Cléu, realizou uma série de cursos através da Teia. Como aponta Helga, *ela dava cursos para cozinhar arroz integral, essas coisas de um alimentação vegetariana*.

No mesmo movimento que andava o comércio local, as feiras ecológicas também aumentavam suas vendas e conquistavam novos espaços. Foi assim que iniciou as feiras da Av. Bento Gonçalves, do bairro Fragata e do Largo do Mercado Público. Apesar dos grupos de famílias irem diminuindo ao longo do processo de consolidação do movimento, a oferta de produtos foi aumentando. Em parceria com outras instituições e grupos, os agricultores começam a se especializar mais e expandir a variedade de alimentos produzidos nas propriedades. Alimentos processados como: extrato de tomate, sucos de uva, vinho, pães, cucas, rapaduras, bolachas, chimias, etc. começam a ser produzidos pelos (as) próprios agricultores (as) da associação.

A parceria entre as duas entidades religiosas, dura até final do ano de 1996 início do ano de 1997. Com a feira consolidada as duas entidades compreendem que a proposta inicial do convênio havia sido alcançada e deixam então de participar ativamente da organização da feira. No cenário da época, os católicos, assessorados pela Pastoral, ficam sem apoio técnico e de auxílio na organização. Como descreve Rosa em relação à saída da Pastoral, *aí não teve mais assistência, aí não teve mais aquele incentivo, o pessoal que continua trabalhando tá aí com as suas próprias pernas*. A entidade ligada à

²⁰Helga aponta os *operadores do comércio* como um terceiro ator nesse movimento. Para ela, a rede seria formado por três categorias de ação: a) agricultor; b) consumidor e c) operadores do comércio. Quando relata as controvérsias deste movimento, fica evidente que a categoria operadores do comércio não estariam organizados e/ou mobilizados tanto quanto os agricultores e consumidores. Tratarei melhor essas nuances no próximo ponto deste capítulo etnográfico.

igreja luterana se mantém no cenário com uma ação direcionada aos mercados institucionais de produtos orgânicos.

Além disso, com o crescimento da disponibilidade de alimentos produzidos entre os agricultores do grupo local, se decide explorar outros mercados de comercialização, dessa vez os institucionais²¹. Nesse momento da rede se formulam duas cooperativas de agricultores a partir dos associados da ARPASUL²² em duas cooperativas: a Sul Ecológica (assistida pelo CAPA²³) e a ARPASUL (assistida pela Pastoral Rural). Importante ressaltar que a associação continua atuando no cenário local e se mantém responsável pelas feiras ecológicas na cidade. Já a cooperativa Sul Ecológica se direciona aos mercados institucionais que começam a surgir no cenário regional no início dos anos 2001.

A partir dessas mudanças na organização dos grupos de agricultores e entidades de apoio muitas famílias desistem do trabalho por inviabilizar o transporte dos produtos até a feira. Nesse sentido, os grupos de trabalho reduzem, mas a capacidade de produção de cada família vai aumentando. Como relata Rosa, na época que tinha mais famílias no grupo sobrava alimento e havia pouca diversidade de produtos, hoje a demanda aumentou e o que é produzido tem a sua comercialização garantida.

Na saída da Pastoral, surge um protagonismo do CAPA na rede. Ainda organizados a partir da divisão dos grupos em suas definições religiosas, a ONG fortalece os projetos de comercialização para os mercados institucionais a partir da cooperativa Sul Ecológica. Como relata Ivo, os principais mercados que a Sul Ecológica se insere é a alimentação escolar - num projeto do governo federal, o PNAE²⁴ - e na fome zero – outro projeto do governo federal,

²¹ Por mercado institucional compreende-se como sendo “as compras com recursos governamentais para atendimento a programas tais como merenda escolar, restaurantes populares, hospitais, exército, compra e doação de sementes dentre outros.”

²² Nesse sentido, a associação da ARPASUL, atualmente, conta com associados tanto da cooperativa Sul Ecológica quanto da cooperativa ARPASUL.

²³ Ao longo da pesquisa procurei contatar interlocutores da referida cooperativa, entretanto, as entrevistas me foram negadas. Os dados referentes à cooperativa provêm de outros estudos como, por exemplo, BECKER (2010) e de um dos interlocutores da pesquisa, o agricultor Ivo, o qual faz parte das duas associações de comercialização da região e participou durante um período significativo da presidência da cooperativa.

²⁴ “A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo

o PAA²⁵. Segundo Ivo, *esse é um programa via Conab, a CONAB tem algum recurso do MDS que é o ministério da assistência social e algum recurso do MDA também e esse dinheiro passa via CONAB eles fazem todo o processo legal de pagamento de conferir dados e tal.*

Além disso, entre os anos 2001 e 2002, a cooperativa passa a contar com um espaço físico no centro da cidade de Pelotas. Além de sediar as reuniões da cooperativa e do próprio CAPA, o local abriga um novo ponto de comercialização de produtos ecológicos e de venda direta ao consumidor.

com o Artigo 14). A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre agricultores do território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade. A Lei é regulamentada pela **Resolução nº 26**, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras.” Disponível em:

<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>> Acessado em: 04 jun. 2014.

²⁵ “O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Instituído pelo art. 19 da Lei nº10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA promove a aquisição de alimentos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. Sua operacionalização é simples, pois a compra é feita diretamente pela Conab, sem intermediários ou licitações, e com preço recompensador. Em uma de suas modalidades, os alimentos adquiridos são destinados de imediato a programas sociais da região, com o que se movimenta a economia local a um custo menor, porque se evitam os "passeios" desnecessários.” Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>> Acessado em: 04 jun. 2014.

Figura 5 - Sede da Cooperativa Sul Ecológica, ponto fixo de venda de produtos ecológicos dos cooperativados.



Fonte: Disponível no site da cooperativa.

4.2 APROXIMANDO AS LENTES: TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTOS E OS INTERCRUZAMENTOS DA REDE.

Esta seção apresentará trajetórias de três interlocutores principais da pesquisa de campo. Pretende-se, com a abordagem utilizada neste ponto, levantar questões referentes às motivações de suas inserções na rede ecológica e, além disso, apontar os inter cruzamentos entre diferentes grupos e entidades que compõe a rede, desde sua trajetória 'inicial' até os dias atuais.

4.2.1 A REDE ECOLÓGICA PELA VIA DAS MULHERES CATÓLICAS

“A libertação das mulheres será obra das
próprias mulheres e fruto da ação organizada
e coletiva, ou não haverá libertação!”
(Trecho extraído da cartilha do MMC, 2007)

Rosa é agricultora *desde sempre*²⁶, filha de descendentes de alemães, nasceu e se criou no campo. *Quando eu comecei, que eu trabalhei? Mas eu toda vida, eu sempre fui agricultora né, eu toda vida trabalhei na terra, eu trabalho desde os oito anos.* Rosa, quando já estava casada com Claudino, conta que tinham na propriedade diversos pés de pessegueiros em função da comercialização para a indústria de conserva local.

Na propriedade localizada na colônia de Pelotas, Rio Grande do Sul (anexo 1), o casal exercia um trabalho baseado no modelo de produção convencional, plantavam com veneno e *faziam todas aquelas coisas que mata a terra, né.* Na época em que as empresas de conservas locais diminuíram a quantidade de absorção da produção local, a família teve dificuldades em escoar a produção baseada num único cultivo. Com dificuldades financeiras, em um contexto marcado pela expropriação de diversas famílias rurais, Rosa conta ter sido necessário pensar em outro projeto para o trabalho da família.

Nesse sentido, em função de sua inserção intensa nos espaços de ação da Igreja Católica e, também, do contexto da época no qual as lutas sociais dos trabalhadores do campo se intensificavam, Rosa acaba encontrando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)²⁷. Pautadas em novas proposições nas relações de gênero, na saúde da mulher, no modelo de produção agrícola, etc. a agricultora passa a acessar diferentes discussões através do movimento de mulheres.

[...] olha eu sempre me envolvi muito com os trabalhos sociais, com os trabalhos de Igreja, e eu sempre me envolvi muito com a diocese, a diocese uma época, sempre se preocupou muito com a população,

²⁶ Nesta seção, todos os trechos em itálico correspondem às falas dos atores que estão sendo descritas suas trajetórias.

²⁷ “O MMTR-RS foi fundado em 1989, quando, no Rio Grande do Sul, três grupos regionais dois das Mulheres da Roça, ativas desde 1986, transformaram-se num movimento estadual e autônomo de agricultoras e para as agricultoras, com vistas à sua participação. A organização estava nas mãos de mulheres rurais e tinha como objetivo a sua emancipação. A estrutura baseava-se nos princípios da participação direta, da vida cotidiana e do pragmatismo das agricultoras rurais. Foi criada uma estrutura que o movimento chama de democrática. A inovação principal do movimento foi o estabelecimento da igualdade social e política na vida das agricultoras para que pudessem realizar a sua emancipação através da conscientização adquirida pelo convívio com o conjunto das outras mulheres. Com a aspiração de ser uma organização igualitária, antiautoritária e democrática, que aposta nas mudanças nos valores e estilos de vida, na vida política e social, no que se refere às pequenas agricultoras, o movimento apresenta grande semelhança com os surgidos no período da abertura política, os chamados “novos movimentos sociais”. (SHAAF, 2003)

com o problema da terra, com o problema das famílias carentes, então sempre teve uma preocupação com esse tipo de [...] nessa linha aí. Então eu sempre trabalhei com movimento de mulheres, eu sempre trabalhei, não foi de graça que eu trabalhei com movimento de mulheres camponesas em nível de estado do Rio Grande do Sul por 18 anos [...] (ROSA, agricultora).

Em uma comemoração do oito de março²⁸ realizada na cidade de Porto Alegre, o sindicato rural de Pelotas organizou um grupo de mulheres para comparecer ao evento. *E foi muito engraçado porque sempre teve as caravanas eles lotavam os ônibus para fazer número de mulheres e quem falava era sempre eles.* Em um dado momento as mulheres discutem a legitimidade do seu local de fala no qual *quem sabia da vida das mulheres da roça era nós que trabalhávamos e não eles.*

Entre diálogos informais *da mulherada*, lideranças do MMTR da regional sul convidaram Rosa e Jurema²⁹ para participar de reuniões do movimento que aconteceriam na cidade de Passo Fundo. Com todas as despesas pagas pelo movimento as duas agricultoras da região participaram durante três dias do seminário de formação. Após a vivência com o MMTR, as duas agricultoras resolvem *somar e integrar junto* as ações do movimento com a formação de um grupo de mulheres em Pelotas.

[...] e daí começou, era mulherada de todo o Brasil, de toda a parte. Começamos a trabalhar saúde da mulher, os seus direitos, alimentação, agricultura das pequenas propriedades, porque a mulher nunca tinha direito financiamento, fazer crediário, a comprar uma semente à prestação, seja lá pro que fosse [...] (ROSA, agricultora).

No final da década de 80 as duas agricultoras resolvem *pegar junto* no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Nos seis primeiros anos Rosa desenvolve um trabalho voluntário na regional local, nos anos seguintes a agricultora passa a ser contratada pelo movimento.

[...] aí eu trabalhei uns seis anos fiz um trabalho voluntário e depois trabalhei uns doze anos liberada [...] Isso era década de 80, porque a constituição foi em 88 então a gente já lutava bem antes disso, acho lá por 78 para que quando entrasse a constituição se colocasse os direitos das mulheres, daí se batalhava muito firme, com muitos seminários, muita formação e discussão em cima dos direitos das

²⁸ Referente ao dia Internacional da Mulher.

²⁹ Jurema é agricultora da região de Pelotas, associada da ARPASUL e atualmente é presidente da associação.

mulheres e os homens também, queriam um salário integral, uma coisa justa né [...] então se teve um salário muito em cima disso e aí depois sim pegamos mais o trabalho com a alimentação e as plantas [...] (ROSA, agricultora).

Assim, o movimento de mulheres reforça, inicialmente, questões de cunho social e das dificuldades enfrentadas na vida das mulheres do campo. Com o tempo, a prioridade se volta para o direito e saúde das mulheres, além disso, se tinha um trabalho forte no trabalho com as ervas medicinais e alimentação.

Com propostas parecidas e com a inserção de Rosa na diocese local, a Pastoral Rural, ao formular um projeto de trabalho em torno da agricultura *sem veneno*, se articula com o trabalho do movimento de mulheres. *Assim que surgiu a pastoral, já existia o movimento, daí a gente encaixou junto, eles nos convidaram para sair junto, trabalhar com eles e a própria proposta do movimento que é levar o conhecimento, a discussão que o movimento tinha na época enquanto trabalhadoras rurais, então somou, uma coisa enriquecia a outra.*

Aliadas à proposta de trabalho da Pastoral, o movimento extravasa o campo de ação direcionado, até então, para as mulheres do campo e passa a auxiliar na conscientização em relação ao trabalho na terra de famílias camponesas. *Então a pastoral conseguiu liberar um funcionário que fizesse um trabalho como pastoral rural nas famílias e foi aí então que atingiu toda a região Arroio do Padre, Pelotas, Morro Redondo Canguçu, Piratini, Pedro Osório.*

Com a parceria instituída entre os dois coletivos, o trabalho foi sendo desenvolvido através de visitas nas casas das famílias. A diocese disponibilizava um carro e integrantes dos coletivos iam até as casas de agricultores familiares, *conversar com as pessoas, discutindo solo, semente, saúde, água e assim por diante.*

Rosa conta que com o tempo de trabalho nas duas entidades ela percebeu que as questões que motivavam os diferentes trabalhos *estavam tudo ligados, que uma coisa completava a outra.* Ao ter uma alimentação saudável/natural estaria então se preocupando com a saúde no mesmo passo em que se produz um alimento *sem veneno*, assim *tu já estava te tratando porque tem plantas que são medicamentos e também alimentos.* Nesse

sentido, o trabalho com as ervas medicinais realizado no grupo de mulheres começou a ser trabalhado *pari passo* com a proposta de uma agricultura isenta de aditivos químicos.

[...] *sim, a diocese católica. Ela se preocupava muito nessa linha e nesse período eu estava ainda no movimento, aí eles lançaram uma pessoa que fazia um trabalho de pastoral rural, então aí entrou o movimento junto, aí a gente saiu, conversando com as pessoas, discutindo solo, semente, saúde, água e assim por diante, e aí foi indo indo indo e aí tudo que se trazia das famílias se levava para a diocese se levava pro movimento, e aí foi foi foi que há vinte anos atrás surgiu a ideia de, da própria diocese, de organizar uns grupos de famílias, e aí não tinha limite, para produzir orgânico e comercializar orgânico para ver o que ia acontecer, e aí a gente foi por aí, que a gente começou e está até hoje [...]* (ROSA, agricultora)

Entre os diversos processos de mudança que ocorria na época, inicia-se um trabalho de base para a transição da produção ecológica na região de Pelotas. A pastoral e o movimento das mulheres passaram a fortalecer as discussões nas comunidades católicas e intensificar as visitas às famílias de agricultores familiares. *Onde a gente sabia que tinha problema, pessoas preocupadas com o autossustento da família, aí a gente ia.*

[...] *então a gente conseguiu fazer todo esse resgate né, de uma cultura lá do começo da história da humanidade né. Porque lá no COMEÇO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE³⁰, não existia semente híbrida, adubo, calcário, veneno de espécie alguma né, então as COISAS ERAM TUDO BEM NATURAL, então a gente começou a fazer esse trabalho, utilizando bastante a bíblia né, utilizando como exemplo ela né, o livro de Genesis da construção e assim por diante [...]* (ROSA, agricultora).

Nesse momento a agricultora além de militar e trabalhar pela causa de uma agricultura sem veneno experencia em sua própria casa o processo de transição de uma agricultura convencional para o trabalho sem veneno. Para ela a transição *não foi difícil, foi muito fácil, mas foi como tu mudar da água pro vinho.* A proposta que veio da própria diocese, a partir da demanda de agricultores familiares, é vista com certo reconhecimento pelos agricultores principalmente em função da forma de fazer agricultura, a qual era muito próxima da dinâmica utilizada até então pelos agricultores familiares.

³⁰ Grifo da autora

Ao falar sobre o processo de transição, Rosa aponta que não houve maiores dificuldades em produzir de forma ecológica. Entretanto, convencer seu companheiro de mudar para a agricultura ecológica *não foi muito fácil até porque no geral a comunidade como um todo enxergava a gente como as mulheres do MST, inclusive a igreja, o padre até me rejeitou uma vez. Por sorte o coordenador do projeto da Pastoral Rural era irmão dele, daí ele foi vendo e foi fazendo*. No contexto da época as mulheres da família contam que os *homens meio que se mesquinhavam, que isso era coisa de mulher, essa coisa de vender verdura, homem vende mesmo é carga de batata, carga de feijão essas coisas assim né*. Entretanto, o empenho dos diferentes coletivos na construção de uma *conscientização* sobre a agricultura ecológica fez com o tempo de trabalho que os homens percebessem a importância de tal transição e, além disso, a viabilidade econômica de tal empreendimento. Nesse mesmo sentido, Lúcio aponta que:

[...] a principal barreira era cultural: "não não isso não dá, isso é ruim, a gente vai morrer de fome, sem veneno eu não consigo produzir", porque eu aprendi isso na faculdade do mesmo jeito: "ai a questão do pêssego, nem vamos discutir isso dizia os meus professores porque isso aí sem tu aplicar fungicida isso aí, tu não colhe", o mesmo diziam os técnicos agrônomos formados na minha faculdade para os agricultores. Claro os caras numa pressão enorme, tem o crédito que eles tem que pagar, aí o cara do banco vem e diz: "ah, tu não aplicou fungicida, mas daí se a seca te matou, mas aí não te dou o seguro". Isso aí claro mudou hoje por conta dessa nova perspectiva, mas isso aí eles tinham na época porque eles tinham essa pressão assim de serem transgressores, o que para um agricultor é uma coisa meio dura né, ele estar transgredindo com alguma coisa, ele que é sempre tão correto tão né [...] paga as contas, aquela coisa toda, e eu acho que essa barreira cultural talvez tenha sido a primeira coisa mais difícil, uma vez vencida essa, a gente apanhou ali, apanhou lá, mas foi se ajustando e foi produzindo [...].

O processo de transição de uma agricultura convencional para ecológica é marcado na história do casal como um momento em que houve a possibilidade de aprender coisas novas, mas, também, manter o *que a gente sempre soube fazer*. Nesse sentido, fazer a transição para um trabalho ponderado na agricultura ecológica *foi, para Rosa, a melhor coisa que aconteceu*. Apesar de o trabalho dar *muita mão de obra*, a agricultora vê no processo de transição a possibilidade de fazer e continuar fazendo as coisas que fazia antigamente.

[...] *Dá muita mão de obra né, muita responsabilidade né, muito tudo, o processamento precisa ser muito bem feito, como não leva conservantes corantes essa imundiciama toda, tu tem que ter muita higiene, muito capricho, muita responsabilidade mesmo do que tu tá fazendo, porque essa história de tu ter que colocar conservante para que o produto dure, isso é história, isso é porque o mercado tem todas as Iná, as licetina, as pictina, isso tudo que eles dizem que mantém o produto, história, isso todo a vida eu criei meus filhos fazendo doce que eu colocava em lata, as lata de 20 litros, fazia uma lata de chimia de pêssego, uma lata de chimia de uva, aquilo nada se perdia, ficava tudo perfeito, isso é história [...]* (ROSA, agricultora).

Agricultura ecológica e o trabalho das mulheres rurais se entrelaçam em meio aos diálogos e às práticas cotidianas da agricultura. Ao iniciarem o trabalho com mulheres rurais através das farmácias vivas, Rosa conta que desde o início se reconheceu nas propostas do movimento, *sempre defendi a agricultura natural*. Nesse sentido, a proposta da agricultura ecológica surge na família enquanto um espaço de ação possível para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Rosa tem fortemente marcado em sua trajetória de agricultora ecologista a questão das ervas medicinais, prática trabalhada através de experiências com o movimento de mulheres. Atualmente, é a única agricultora da feira ecológica da cidade de Pelotas que produz remédios a partir de ervas medicinais, aromáticas e outras plantas.

Figura 6 – Mulheres do MMTR e o trabalho com os remédios caseiros a base de plantas medicinais. A interlocutora se encontra a direita ao fundo da imagem.



Fonte: Acervo pessoal de Rosa Jung.

A experiência de vinte anos de atividades e formações pelo movimento de mulheres camponesas não mudou somente a forma com que a agricultora compreendia o *fazer* agricultura, na verdade *mudou como um todo, a vida toda*. Em função de problemas familiares, Rosa se retira do trabalho no movimento de mulheres camponesas, na década de 90, e intensifica o trabalho com as feiras ecológicas.

Com um trabalho consolidado na agricultura familiar, cerca de vinte anos de experiência na produção ecológica, as tarefas na propriedade dos Jung é dividido entre os dois casais da família: Rosa e Claudino e seu filho Fábio e a mulher Angélica. A maioria dos produtos vendidos na feira são produtos processados como bolachas, chimias, geleias, compotas de pêssegos, entre outros.

Todo mundo pega no trabalho, a gente organiza a semente, a gente paga um rapaz pra ajudar o Fábio a trabalhar na lavoura, a gente vai lá na horta e lá de vez em quando porque estamos processando tudo [...] todas as segundas e terças se faz biscoito, quarta se faz pão, cuca e bolo, então não sobra muito tempo, mas é uma função boa né, aonde tu tem retorno [...] (ROSA, agricultora).

Figura 7 – Produção dos produtos processados para a feira ecológica da família Jung.



Fonte: Acervo pessoal de Rosa Jung.

Atualmente a organização da produção e trabalho na propriedade da família está direcionada para a comercialização nas feiras ecológicas da associação ARPASUL. A agricultora participa, ainda, do grupo de mulheres da economia solidária ligada a Cáritas³¹, onde participa de outros espaços de comercialização como, por exemplo, na feira da associação Bem da Terra da Universidade Católica de Pelotas.

³¹ Entidade ligada à Igreja Católica.

Figura 8 – Banca do grupo de agricultores da ARPASUL ao qual participa a família Jung na feira ecológica na cidade de Pelotas. À frente Daphini (neta de Rosa), no meio Nilo Schiavon e ao fundo Fábio (filho de Rosa e Claudino).



Fonte: Arquivo pessoal Camila Hein (2015).

4.2.2 O TRABALHO NA TERRA E AS VIAS DE ACESSO DE UM CASAL AGRICULTORES LUTERANOS.

Ivo Scheunemann e sua família começaram a trabalhar *por conta no ano de 74* em uma pequena propriedade rural na comunidade do Remanso pertencente à cidade de Canguçu, Rio Grande do Sul (anexo 2). *Nos altos da Revolução Verde*, o casal de descendente de alemães, produzia de forma convencional o alimento. A lavoura, organizada a partir do cultivo de diferentes espécies, tinha como *principais culturas a soja, o milho, o feijão e a batata*. Nesse sentido, no início da trajetória do casal, Ivo conta que praticavam *uma agricultura diferente da que se faz hoje, onde não podia ter o mato tinha que estar tudo limpo apareceu uma doença ali vamos colocar veneno*.

Com incentivo de financiamentos dos bancos para a compra de insumos químicos na produção agrícola, facilitava o acesso a estes produtos e estimulava a sua utilização *afinal naquela época o agricultor era seduzido pelo governo né*. Entretanto, o casal conta que *nunca foi assim de usar muito*

veneno, utilizavam mais adubo químico era o que a gente usava, alguma coisa de veneno também mas pouca coisa e depois a gente foi vendo que o veneno tava fazendo mal já.

Para Ivo o modelo proposto de uma agricultura convencional *não era nada sustentável, porque tu tem sempre que comprar de novo e eles te vendem e te oferecem sempre coisas novas e diferentes, é ali que a gente fica dependente deles, das grandes multinacionais.* A esposa conta que nunca foi muito a favor do veneno, apesar de utilizarem na produção na época *sempre* tiveram certa desconfiança com os resultados do produto *além do que ele faz na lavoura.* Como aponta Ivo *a gente via que aquilo ali não era uma agricultura sustentável porque tu ficava dependendo dos recursos externos né, aí se trabalhou isso então, pequenas iniciativas né isso se foi aumentando.*

Nesse sentido, podemos perceber que dois elementos parecem ter sido decisivos para promover a entrada na transição ecológica na família Scheunemann: a) o modelo de produção da Revolução Verde *não era nada sustentável*, o agricultor ficava dependente das multinacionais e seus pacotes tecnológicos, criando um mecanismo de endividamento progressivo das famílias que ainda preconizavam a organização do trabalho entre os integrantes familiares e b) *a gente via que aquilo já tava começando a dar problema* tanto com a saúde da terra quanto com a saúde das pessoas.

O casal sempre foi muito ativo nas atividades da comunidade religiosa local ligada à Igreja Luterana. Quando iniciou o trabalho de base do CAPA na região, as famílias de agricultores participaram ativamente, delineando as necessidades e demandas a partir das realidades das famílias. *Foi lá nos anos 80 quando o CAPA se inseriu na região* que o casal inicia o trabalho mais voltado a uma agricultura ecológica.

[...] Isso foi meio que uma demanda até [...] então ali começou a se pensar num sindicato, também começar a formar chapas de oposição nos sindicatos (rurais), questão de organização dos agricultores em associações comunitárias depois cooperativas, era bem aberto isso na igreja, porque tinha que acontecer isso né [...] (IVO, agricultor).

Na trajetória da família a entidade religiosa aparece como um espaço de formação importante. O trabalho realizado por ela não delimita apenas a

organização de grupos de agricultores e suas pautas de reivindicações sociais, mas facilita o acesso às propostas que até então eram invisibilizadas para estes agricultores familiares. Ivo foi um dos agricultores que participou do curso no Centro Ecológico Ipê, *as duas igrejas conseguiram transporte e levavam grupos de agricultores de diversas localidades.*

Segundo o agricultor todos os cursos de formação foram importantes, *porque para gente era tudo novidade. O trabalho de base da igreja despertou para a realidade que nós tínhamos que fazer alguma coisa diferente.* Nesse sentido, quando optaram em produzir alimentos ecológicos *não sabiam muito bem aonde isso ia dar*, havia diversas incertezas em relação ao mercado, viabilidade econômica e produtiva, etc.

A transição na propriedade começou aos poucos lá por volta dos anos 83, 84. Segundo o agricultor, *não adianta tu hoje ter uma lavoura convencional com química com adubo e dizer: vou parar com esse negócio hoje e vou ter a minha lavoura orgânica.* Enquanto um processo que exige *paciência e vontade*, a transição demorou alguns anos para acontecer, mas *deu certo, o difícil mesmo é começar.*

[...] tu tem que começar, mas ela vai levar três anos mais ou menos para o solo se adequar [...] aí no terceiro ano tu já vai ter uma produção razoável né, porque o solo tá acostumado com aquela camada de adubo, largado, jogado ali, o ambiente ali tá desequilibrado também né, aos poucos os inimigos naturais vão voltando e então é um processo assim que tu tem que ter um pouco de paciência e vontade, não pode desistir no primeiro ano, mas que dá certo né... nós podemos dizer isso e vários outros agricultores também [...] (IVO, agricultor)

Com um processo de transição mais avançado, a dificuldade das famílias se volta aos locais de comercialização do alimento ecológico. Neste momento, Ivo participa da construção da associação ARPASUL, da organização do grupo de agricultores ecologistas do Remanso e das discussões em torno da comercialização em locais específicos para a produção ecológica. *A feira começou em novembro de 95 e nós já fazia parte de um grupo então desde os anos 80.* O grupo de famílias do Remanso, ao qual os Scheunemann se associaram na época, e se mantém até hoje, *era um grupo de oito famílias, um grupo de oito ou nove que depois ate aumentou ainda, mas hoje tem isso, uns saíram outros estão no grupo até hoje.*

Com o aumento na produção *começou a se pensar de formar cooperativas que iriam então comercializar um volume maior né*. Surge então a cooperativa Sul Ecológica. Intensamente articulado com o processo de formação das associações, Ivo se torna presidente da associação por três mandatos. Em função do exercício da presidência na cooperativa, a família, já composta pelo casal e pelos dois filhos, se muda do Remanso para o interior de Pelotas. Segundo o agricultor, *foi um momento assim importante com muita dificuldade e tal, imagina nós mesmo lá no Remanso, interior de Canguçu onde nós morava dava cerca de 100km até o centro*.

Trabalhar na cooperativa, após seis anos de comercialização apenas nos pontos de feiras, trouxe para o agricultor experiência em universos diferentes. Ao falar da cooperativa, Ivo sempre menciona as dificuldades e a complexidade que a comercialização se tornou em função da burocracia do estado. Enquanto nas feiras se tinha a possibilidade de gerir e organizar a comercialização entre os próprios agricultores, comercializar no formato de cooperativa exigia um trabalho mais denso *e acabou precisando de mais gente no administrativo*.

Como já relatado anteriormente o CAPA, ao se desligar do projeto em parceria com a Pastoral Rural, forma a cooperativa Sul Ecológica para atender as demandas dos mercados institucionais. Para o agricultor, há dificuldades em manter a produção ecológica nos projetos dos mercados institucionais. Uma das questões que o agricultor levanta é a rigidez com que os prazos devem ser atendidos, independente de possíveis problemas nos tempos de plantio e colheita, *se no projeto tá que a entrega é no dia 16 não pode ser no dia 14 nem no dia 21*. Nesses casos se ocorrer problemas na produção e não tiver o produto para entregar na data definida no projeto o agricultor não pode remanejar a entrega tampouco fornecer o produto de outro agricultor.

Além disso, o agricultor conta que há de se priorizar de dois a três cultivos para atender a demanda de grandes quantidades para os projetos do PAA e PNAE. Assim, ele percebe que investir apenas nos mercados institucionais como espaço de comercialização da produção acabaria não priorizando uma das características mais importantes da agricultura familiar ecológica: a diversidade de alimentos produzidos na propriedade.

[...] a feira ela é um pouco diferente né, hoje eu entrego nós aqui entregam os produtos para a cooperativa e faço a feira da ARPA também né, mas as feiras te necessitam de tu ter uma diversidade maior né, então é bom tu ter desde o tempero até a batata inglesa, feijão e por aí por diante né, hoje aqui em casa mesmo a gente tem doze treze variedades né, enquanto que o, esses programas então a gente pegava dois três produtos no máximo então eram mais planejados e divididos entre os grupos né que em determinados locais tem solo mais adequado ou questão de irrigação tem essas diferenças de até de um município para o outro e isso foi bom [...] (IVO, agricultor).

Nessa perspectiva, a família se mantém com produção para a feira e para os mercados institucionais. Os espaços de comercialização acabam absorvendo demandas diferentes. *Ali, na feira, o agricultor conversa com o consumidor né também, hoje assim uma boa parte do pessoal chega lá de manhã já te cumprimenta tu começa a conhecer as pessoas e tu também começa a ouvir o que eles querem.* Já os projetos com a CONAB são mais burocráticos, mas são mais certos né e a cooperativa vem buscar os produtos em casa.

Com espaços de comercialização estruturados e uma produção bem avançada, as dificuldades da família já são outras. Os filhos já adultos, a filha com 27 e o filho com 22, nenhum permaneceu no campo. *A guria sempre dizia, ela aprendeu a fazer tudo, ela ia com nós pra lavoura, mas eu vou estudar mãe, não quero trabalhar na lavoura.* Já o filho do casal não gostava muito de estudar, aos 18 anos entrou para o quartel, *ainda tava meio em dúvida do quartel, se ele iria plantar ou não, mas ele tinha mais uma visão também pra coisa maior para grãos, essa coisa pequena aí não.* Nos momentos de folga dos filhos, a mulher do casal conta que eles ajudam na lavoura, mas *quando ela tá aí ela vai também.* Hoje a filha, professora, mora em Canguçu e o filho, contratado como motorista de uma empresa local, mora em Pelotas.

Em conversas informais, o casal questiona a continuidade deste tipo de trabalho. Em meio às suas experiências, eles compreendem que nenhum jovem quer continuar no campo, *principalmente da agricultura familiar que exige a mão de obra.*

[...] *eu tenho certa preocupação com isso, daqui a dez, vinte anos que tipo de comida as pessoas vão consumir né, eu acho que não vai faltar comida, mas provavelmente terá alguma coisa dentro de uma*

caixa bonitinha que eu não me arriscaria dizer o que que é né, mas eu to me imaginando né [...] (IVO, agricultor)

Além disso, sobre o momento atual da associação o agricultor percebe que há uma dificuldade por parte dos integrantes de *abrir para novos associados. Uma boa parte do pessoal que ta comercializando são pessoas de uma certa idade, da minha idade né, onde a força de trabalho é a cada ano menor né*. Dessa forma, absorver novos associados, *de preferência pessoas mais jovens*, é compreendida pelo agricultor como uma das formas de viabilizar a continuidade deste trabalho e, também, da associação.

Além disso, Ivo aponta que as dificuldades na permanência dos jovens na terra enquanto uma possível barreira para a continuidade deste trabalho a questão do clima. O agricultor compreende que, apesar do momento ser mais favorável para o produtor ecológico muito em função do cenário político³² atual, *hoje em dia está muito difícil plantar em função do clima*.

A preocupação grande de hoje são as temperaturas alta, muito preocupante, que a tendência é todo ano a temperatura aumentar. Ao lembrar-se da safra de verão do ano passado, as plantas grandes pareciam que tinha pegado fogo, mas era do sol. Para isso, o casal organizou, em meio à lavoura, diversos sombrites para diminuir a intensidade da luz solar diretamente nas plantas, o que é um recurso a mais para as plantas aguentarem o calor, *a cenoura tem que tá toda tapada senão não aguenta*.

³² Faz-se menção a inserção de pautas da agricultura familiar e ecológica em políticas públicas e também do incremento de pesquisa e assistência técnica por parte de órgãos competentes.

Figura 9 – Sistema de sombrite na propriedade dos Scheunemann e o casal de agricultores.



Fonte: Acervo pessoal, 2014.

4.2.3 OUTROS GRUPOS, NOVAS ARTICULAÇÕES: O ACESSO À REDE ECOLÓGICA PELA ESFERA DO CONSUMO CONSCIENTE.

Liomar de Souza é atualmente proprietário de um restaurante de alimentos ecológicos no centro da cidade de Pelotas. Filho de agricultor, saiu do meio rural em função do ingresso na Universidade Federal da cidade. Ao longo do curso de Ciências Domésticas, especificamente *em uma disciplina que chamavam educação do consumidor, a gente começou a se perguntar se não haveria outra forma de trabalhar a consciência do consumidor.*

Nesta época as feiras estavam iniciando na cidade, *eles começaram em novembro de 95, aí em 96, com esse olhar mais ecológico, a gente começou a se questionar dessa questão do lixo*, por exemplo. Orientado pela professora Helga, Leomar começa a fazer parte do projeto de extensão que ela coordenava. Em parceria com as entidades religiosas e os grupos de agricultores, o projeto tinha como foco de trabalho de conscientização dos consumidores. Para isso, o grupo de alunos, ou *militantes* como Helga os

denomina, se aproximam do trabalho realizado pela cooperativa COOLMÉIA. Em visitas a lojas e feiras da cooperativa o grupo realiza diversos cursos de formação. Da experiência com a cooperativa de Porto Alegre, o grupo de estudantes e consumidores projetam as ações para desenvolverem o trabalho na cidade de Pelotas.

Liomar participa ativamente da construção do espaço dos consumidores nas feiras ecológicas na cidade de Pelotas. Na parceria com integrantes da cooperativa COOLMÉIA, Liomar e outros colegas montam a banca dos consumidores na feira.

[...] aí tu começa entra nesse meio de vivência essas coisas com o pessoal que vinham de Porto Alegre os da COOLMEIA que eles vinham uma vez por semana para ajudar a fazer a feira ecológica e aí nós começamos a fazer a feira ecológica também com o mural do consumidor a gente fez um mural de junco e PVC e colava os cartazes tipo orientação sobre alimentação sobre meio ambiente essas coisas assim que achava que interessava pra esse tipo de consumidor para essas pessoas que estavam se envolvendo com esse consumo [...] (LIOMAR, operador do comércio).

Com a experiência nas feiras, *após um ano, um ano e meio* de trabalho, o grupo de consumidores percebem a necessidade de *dar um melhor aproveitamento para esse alimento, porque a gente começou a ver muita sobra de alimento na feira*. Segundo Liomar, o processo de compreensão do significado e da importância desta produção o sensibilizou a *ter certo compromisso com esse produto*.

Liomar e um grupo de amigos abrem, então, um entreposto de produtos ecológicos no centro de Pelotas. Tem-se, neste momento, o nascedouro da cooperativa de consumidores Teia Ecológica. Entre os anos de 97 e 98, o grupo inicia no entreposto, além da venda de produtos ecológicos, um pequeno restaurante com produtos dos agricultores locais.

[...] e aí começou essa função com o restaurante, com essa relação com os agricultores e cada vez a gente vai se comprometendo mais não sei também se é porque eu sou filho de agricultor, aí meus pais são pequenos agricultores né, a minha irmã ainda é, ela vive no campo, aí a gente vai se sensibilizando assim com esse trabalho, porque ele é um trabalho muito de comprometimento né depois que tu entra assim é difícil de tu dar pra trás, porque é um trabalho que [...] precisa fazer e tu tem que ter uma visão, um sentimento de compromisso pra tu fazer esse trabalho, porque esses produtos são... tem as épocas, são produtos de épocas então tem épocas que não

tem o produto, tem época que vem o produto com problema de bicho aí tu tem que tá tirando o bicho, tem que tá tirando a parte estragada tem que sempre assim, tu não pode discriminar o produto, assim ó, porque tá feio não pega na feira, porque o agricultor ele sempre traz o melhor que ele pode, obvio que é um produto que ele quer vender né, e esse comprometimento ele cada vez vai aumentando mais né [...] (LIOMAR, operador do comércio).

A organização da Cooperativa de Consumo, Trabalho e Produção Teia Ecológica LTDA. se formou a partir do modelo da cooperativa de Porto Alegre, sendo que *o associado poderá ser trabalhador, produtor ou consumidor na Cooperativa*³³. A cooperativa foi fundada com quarenta e três associados. Um dos objetivos que se colocou na formação da cooperativa é a *defesa, divulgação e aplicação dos princípios cooperativistas, trabalhando a cultura ecológica, visando a defesa e bem estar econômico, social e de saúde de seus associados, comunidade e da natureza como um todo.*

Neste modelo de organização o estatuto frisava a participação dos três tipos de associados da cooperativa em todas as instâncias de ação. Enquanto proposta de ser um espaço de formação além de comercialização, os associados tinham enquanto deveres auxiliar nos cursos ofertados pela cooperativa e propor ações educativas em outras instâncias além da cooperativa. Além disso, havia reuniões da cooperativa nas quais os associados deveriam participar. Nesse sentido, associar-se à cooperativa exigia um *estar junto, um estar presente* ao trabalho cotidiano. Unir as diferentes pontas da rede era, para o grupo de consumidores/*militantes*, a possibilidade de colocar em prática o projeto de um trabalho coletivo, *mas a prática cooperativa é bem diferente de uma estrutura que tem o nome cooperativa a prática é diferente a questão da cooperação e da multiajuda.*

[...] O trabalho de cooperativa eu adorava assim as relações que a gente constrói nesse tipo de trabalho e tal, mas a cooperativa é uma estrutura alternativa dentro de um sistema convencional, então isso é uma dificuldade muito grande que a gente encontrou. Então, enquanto é uma coisa mais artesanal fica tranquilo, mas aí quando começa a ficar mais sério que começa a circular mais dinheiro, mais nota e mais compra começa a ficar mais complexa a organização [...] (LIOMAR, operador do comércio).

³³ Trecho sobre a organização e estrutura da cooperativa foi retirado do Estatuto da referida Cooperativa.

Liomar conta que a intenção do grupo era aproximar os diferentes trabalhos e atores da rede ecológica através do cooperativismo. Nesse sentido, era necessário ter um comprometimento dos diferentes tipos de associados com as atividades da cooperativa. Além disso, ao passo que o trabalho da cooperativa foi aumentando, a burocracia do gerir o negócio aumentou também.

Em meio aos entraves de organizar-se na forma de cooperativados, uma das dificuldades que Liomar aponta era a resistência de conseguir incorporar o consumidor nas ações da cooperativa. Em inserções pontuais, poucos consumidores participavam ativamente das reuniões, cursos e oficinas de formação por dentro da cooperativa.

[...] depois houve uma série de conflitos ali nesse trabalho de cooperativa, porque a gente sempre se empenhou muito na questão de fazer o trabalho e essa parte burocrática a gente sempre deixou muito pra trás, aí isso foi virando um rolo tão grande que pra mim virou um estorvo assim na sequência [...] (LIOMAR, operador do comércio).

Ainda pautado na perspectiva de trabalhar com a agricultura ecológica, Liomar monta seu próprio negócio. Após, aproximadamente, dez anos de trabalho na cooperativa, exercendo funções principalmente na cozinha do restaurante, Lili decide abrir outro restaurante ecológico no centro da cidade de Pelotas. Além dos alimentos utilizados no cardápio serem da produção local, há a inserção de carnes e peixes no cardápio além das hortaliças e verduras.

[...] *mas bueno, aí houveram os conflitos e aí isso fez com que eu decidisse de montar o meu negócio, eu consegui essa casa aqui, aluguei, aí eu tinha uma outra casa minha que eu vendi comprei o material todo e botei o restaurante faz três anos, aí aqui a gente abriu com essa opção de carne e peixe. Então acabou dobrando o consumo com esses alimentos né, porque agora tem dois espaços, então eu acho que a gente cresceu nesse aspecto do comércio né [...]* (LIOMAR, operador do comércio).

Nesse sentido, apesar das dificuldades enfrentadas na forma de cooperativa, Liomar continuou acreditando na proposta do restaurante, *afinal eles só plantam se tiver quem consuma*. Apesar de parte de sua trajetória se constituir no meio rural, Liomar conta que foi o trabalho no restaurante e a proximidade com a produção ecológica que o sensibilizou em relação ao

alimento. Apesar de serem poucos produtos ofertados e, às vezes, o alimento não ter uma compatibilidade estética com o convencional, a importância que se dá a este alimento está no *valor que tu dá para ele*.

[...] tem uma garota que planta três hectares de pera orgânica, ela bem jovem assim, e as peras dela tudo cheia de problema num olhar convencional, mas num olhar assim ecologista, para um ecologista, aí aquilo ali tem valor né [...] então isso que eu acho que é um processo de conscientização [...] (LIOMAR, operador do comércio)

A partir de um cardápio desenvolvido *com aquilo que tem*, o restaurante ecológico configura uma proposta de organizar-se em torno dos alimentos das estações do ano. *Não é desses tipos de cardápio que tu decide o que quer vai ao supermercado e deu, o que orienta a gente não é o que quer fazer é o que tem na feira, a gente sempre parte do que tem*. Definindo-a enquanto uma *cozinha mais artesanal*, o restaurante ecológico *dá muito mais mão de obra, exige muito trabalho* daqueles que preparam o alimento. Entretanto, Liomar conta que é um trabalho prazeroso, *a gente tá sempre aprendendo, de vez em quando vem uns alimentos com bicho, se fosse em outro restaurante ia acabar colocando fora*.

[...] então tudo que tem que envolver concentração assim de estar presente parece que é mais difícil, tu se tu não tem necessidade de comprar esse tipo de comida, tu pode comprar comida em qualquer lugar em qualquer horário, agora se tu tem consciência de comprar alimentos ecológicos, tu vai ter que ir nas feiras, tem o dia certo, tem a hora certa, se tu quer determinado produto na época da escassez tu tem que ir bem cedo então acho que tudo isso aí envolve um estar presente e acho que isso que é difícil na nossa mudança, isso aí envolve um trabalho, aqui tudo é mais trabalhoso, nessas coisas, esse alimento para preparar, é tudo mais trabalhoso, para comprar, para plantar, olha aí a trabalhadeira que é, mas é o preço né, é a vida, mas vale a pena, isso aí é uma coisa maravilhosa. [...] (LIOMAR, operador do comércio).

Na trajetória de Lili, este processo de reeducação em relação ao alimento se formula a partir da experiência cotidiana com o seu beneficiamento e também através dos cursos ministrados no tempo em que esteve presente na Cooperativa Teia Ecológica. Para o interlocutor, a relação com o alimento ecológico transforma as escolhas no sentido de que ao invés de consumir a partir da aparência do produto ela se transfere para o conteúdo dos alimentos.

Numa relação intermediária entre consumo e produção, o trabalho de Liomar no restaurante aciona a possibilidade de troca entre os diferentes componentes da rede, principalmente no que se refere a definição da produção dos alimentos. *Então acho assim, tem esse feedback no trabalho do restaurante, tu prepara serve se a pessoa vai comendo eles vão produzindo.* Além disso, Liomar compreende o trabalho na cozinha como a possibilidade de ser um tipo de vitrine dos alimentos da agricultura ecológica. *Vai dando um corpo assim para o trabalho, visibilidade né, que se eles venderem tudo de atacado não vão enxergar né e aqui as pessoas vem experimentam, comem.*

Com cerca de quatro anos de funcionamento, o trabalho no restaurante *vai bem*. Liomar compreende que nesse tipo de trabalho *se tu não te doar de coração tu não vai para frente*. Assim, apesar de sua saída da cooperativa, o cozinheiro e também proprietário do restaurante decidiu seguir trabalhando com a alimentação ecológica, afinal *depois que tu entra e te compromete aí tu não sai mais*. Além disso, esse é um *trabalho em movimento, ele já é uma coisa tão estruturada tão enraizada que se eu sair entra outro e parar, ah não vai parar mais, a tendência é só crescer mesmo*.

4.3 E A REDE (CONTINUA) EM AÇÃO: ENTIDADES, CONTROVÉRSIAS E A IMERSÃO NA WEB.

Neste subcapítulo pretendo apontar os caminhos atuais que a rede percorre. Neste sentido, abordarei *o estado da arte* das duas associações, como se encontram organizadas e quais as suas esferas de ação no cenário local e global da rede. Em seguida, buscarei descrever um dos pontos (inesperados) que cheguei ao longo da pesquisa de campo. Nos tempos de pesquisa, a rede me fez chegar até a construção de uma rede virtual, mobilizada a partir da articulação entre Universidades locais e grupos de consumidores organizados.

Quanto à organização dos grupos de agricultores, há ainda marcas das fronteiras a partir das definições religiosas de cada grupo. A ARPASUL muito organizada em torno dos agricultores antigamente assistidos pela Igreja Católica e a Cooperativa Sul Ecológica atualmente gerida e organizada pela entidade de assistência técnica da Igreja Luterana, o CAPA. Nas relações

atuais, as duas entidades fixaram seus pontos de comercialização, a ARPASUL com as feiras livres e a Sul Ecológica com os mercados institucionais e o ponto de comercialização fixo no centro da cidade.

Apesar das falas dos integrantes de cada grupo se referir ao outro de maneira que denota uma possível cisão entre eles, há uma nítida circulação de atores dentro da rede. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os atores se aproximam de cada grupo a partir das definições religiosas das comunidades rurais a que pertencem há agência dos grupos familiares em relação aos acessos aos mercados. No contexto atual, transitar entre mercados institucionais e feiras livres são decisões que ultrapassam o universo religioso e apontam novos rumos para os agricultores ecológicos – tratarei mais deste ponto no capítulo seguinte.

Nesse sentido, dos sete grupos de famílias que participam ativamente das feiras ecológicas na cidade de Pelotas, apenas três grupos são apenas associados da ARPASUL. Conforme relata Angélica, outros agricultores que participavam da feira como o *Guilherme, Germano, Nestor, Orlando, Alvino e todo aquele pessoal do Remanso, eles são tudo da Sul também*. A ARPASUL conta com poucos associados atualmente se comparada com a quantidade de famílias anteriores. Com cerca de 30 famílias associadas, nem todas atuantes, os integrantes da associação definem o tempo atual enquanto um *momento em que estamos com pouca mobilização*.

[...] *No começo quando surgiram as duas associações a Arpa Sul tinha um bom número de sócios como eu te falei o nosso grupo tinha umas oito famílias, tinha um bom numero de sócios a Arpa Sul só que depois a Arpa sul foi ficando sem incentivo sem apoio sem recursos e aí as famílias foram sendo, foram saindo porque já não estava sendo viável né, e como a Sul tem incentivo, tem recurso e tem assessoria os deles se mantiveram então por isso hoje na feira tá predominando os sócios da Sul. [...]* (ROSA, agricultora).

Além disso, ingressaram poucos agricultores novos na associação. Em sua maioria, ainda estão vinculados à entidade *aqueles que começaram lá no início da ARPA*. Com uma dificuldade em absorver novos integrantes, Ivo tem certa preocupação em relação à continuidade do trabalho da associação, *a maioria dos agricultores ali são assim mais velhos que nem nós né, tinha que absorver gente jovem para continuar o trabalho*.

Entretanto, a demanda do consumo aumenta, diferentemente do quadro inicial, a dificuldade dos agricultores não é mais espaços de venda, mas sim uma produção suficiente para tanta demanda. Diversos pontos de comercialização inauguraram nos últimos anos na cidade. Um deles o qual a ARPASUL aceitou fazer a entrega de produtos é o Armazém Terra Sul, localizado no centro da cidade de Pelotas. Segundo Rosa *para o armazém lá, da feira de sábado, parece que entrou gente nova*. Uma família de agricultores conjuntamente com o grupo do agricultor Nestor ficaram responsáveis pela comercialização dos produtos no armazém.

Figura 10 – Folder de apresentação da feira ecológica no Armazém Terra Sul.

FEIRA ECOLÓGICA
Armazém Terra Sul

Toda **TERÇA** e **SÁBADO**
a partir das 8h

SAÚDE com os
mais puros produtos
da nossa **Colônia!**

PRODUTOS ORGÂNICOS

Às terças,
entrega a domicílio
p/clientes cadastrados na Loja

Uma parceria:

Alimento Ecológico!
ARPA-SUL
Associação Regional de Produtores
Agroecológicos da Região Sul
Agricultura Familiar

Armazém
Terra Sul

Deodoro, 1238 B Fone: 53 3028.1200
(entre Antônio dos Anjos e Rafael Pinto Bandeira)



mercados
do ponto
p projeto

realizado em torno dos mercados institucionais que a cooperativa participou foi a alimentação escolar do município na gestão do governo petista em final de 2002 início de 2003. No ano de 2004 foi o primeiro ano em que a instituição participou do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e daí para frente foi o principal mercado que a cooperativa teve. Atualmente, há cerca de sessenta famílias cooperativadas, distribuídas por toda a região Sul do estado, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1 – Quadro atual dos municípios e seus respectivos grupos de agricultores familiares de base ecológica com atuação na Cooperativa Sul Ecológica.

MUNICIPIO	GRUPO
Arroio do Padre	Arroio do Padre
	Semeando a Vida
Canguçu	12 de julho
	Fazenda Boa Vista
	Iguatemi
	Melões
	Remanso
	Passo do Lourenço
Cerrito	Cerrito
Herval	São Roque
Morro Redondo	Morro Redondo
Pelotas	Francesa
	Gama
	La Quintinie
	Monte Bonito
	Municipal
	Rincão do Andrade
	Projeto Cerrito
	Py Crespo
São Lourenço do Sul	Boa Vista
	Faxinal
	Campos Quevedos
	Monjolo
	Prado Novo
	Quevedos

	Santa Inês
Turuçu	Turuçu

Fonte: Andersson et. al., 2012.

Apesar de haver uma continuidade do trabalho da cooperativa e da entidade de assistência técnica, Ivo aponta que o que dificulta o trabalho dos agricultores e a manutenção das famílias nos projetos institucionais é a inflexibilidade com a qual tratam os prazos de entregas dos produtos, além da demora no pagamento e na renovação dos projetos. *Mas acontece que foi um ano de projeto, daí terminou e demorava a renovar, aí o agricultor perde alguma da produção e vai se desestimulando* (IVO, agricultor).

Entretanto, apesar dos entraves burocráticos, os projetos com os mercados institucionais se mantêm, sendo que a organização dos projetos é feita pela entidade de Assistência técnica, o CAPA. Trabalhos relacionados com assistência técnica em campo ainda são realizados pela entidade, entretanto *é bem menos que lá no início, hoje ficou tão complexo essa coisa com os mercados institucionais que precisa de muita gente no escritório trabalhando para arrumar a papelada toda e fica menos gente no campo* (IVO, agricultor).

Com a expansão de mercados ligados à agricultura ecológica, novos atores passam a se inserir na rede local. Numa perspectiva de articular uma proposta de associação de economia solidária³⁴ aos empreendimentos da agricultura familiar, artesanato, panifícios, cria-se a Associação Bem da Terra no ano de 2007, com o intuito de articular empreendimentos da agricultura familiar, artesanatos e panificadoras. Um dos objetivos mais amplos era constituir unidades de comercialização dos empreendimentos parceiros da associação com sedes em diferentes municípios da região. Algumas iniciativas chegaram a iniciar o trabalho, *mas aquilo não foi para frente* (LIA, técnica da associação). Em meio à dificuldade de organizar espaços físicos de

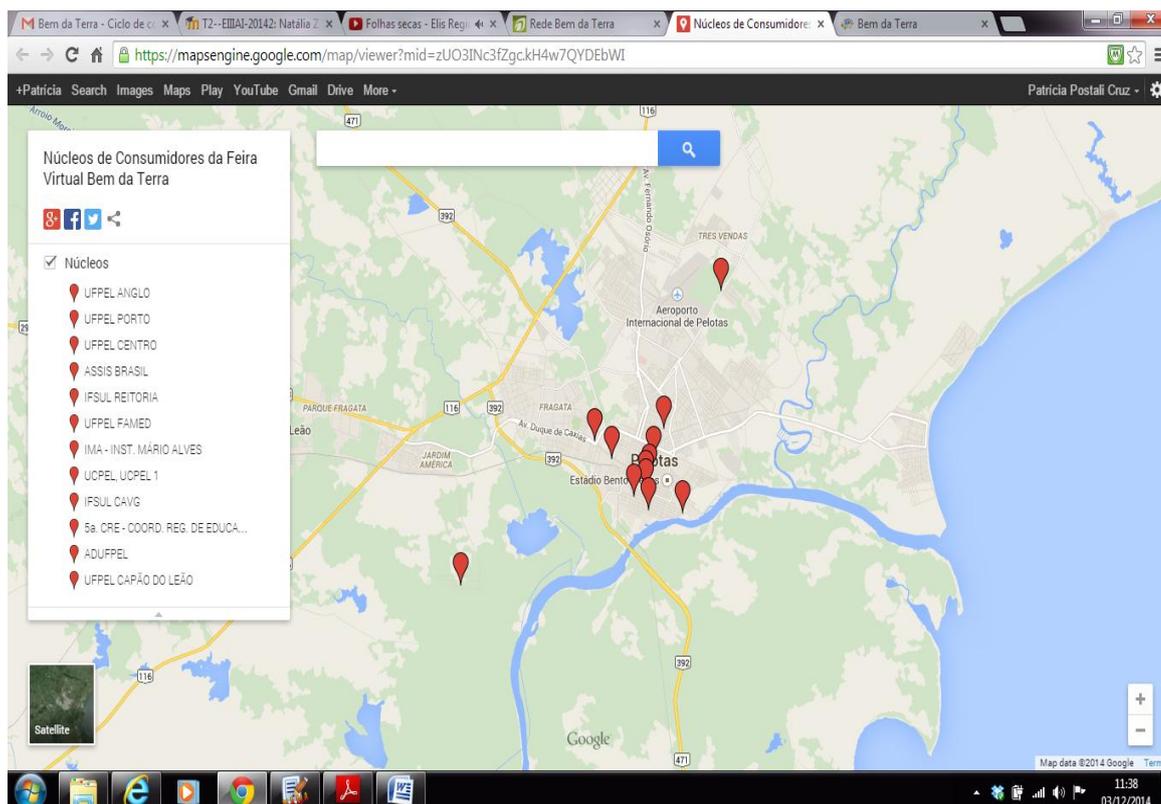
³⁴ Mercado Solidário é uma ferramenta econômica não-capitalista. Normalmente são atividades desenvolvidas por uma associação, sem fim lucrativo, que integra consumidores socialmente responsáveis com as comunidades sócio- economicamente desfavorecidas. A ferramenta dessa integração é uma rede virtual de comércio ético e justo.

comercialização, inicia-se a proposta de uma feira virtual, de intensificar esforços numa alternativa por meio da internet.

A partir de diversas reuniões com diferentes empreendimentos associados, na época ainda vinculados a Sul Ecológica e a ARPASUL, define-se então o feira virtual como um dos espaços possíveis para realizar a comercialização de produtos da associação Bem da Terra. Além das feiras presenciais e mensais em frente à Universidade Católica de Pelotas, a associação, então, gestiona mais este espaços de comercialização 'justa e solidária'.

A feira virtual, construída a partir de uma parceria entre o Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) da UFPEL e o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da UCPEL, inicia com a perspectiva de ser somente mais um espaço de comercialização. Entretanto, com o tempo percebeu-se a necessidade de incorporar todas as pontas da cadeia. Além dos produtores já associados, incorporaram-se na feira virtual consumidores organizados em grupos de no mínimo 15 integrantes, sendo atualmente cerca de cento e trinta consumidores cadastrados no site da associação.

Figura 11 – Mapa da distribuição dos núcleos de consumidores da feira virtual da associação Bem da Terra.



Fonte: Site da associação Bem da Terra. Disponível em: <www.bemdaterra.org.br>. Acessado em 3 dez. 2014.

A disponibilização e a compra dos produtos são realizadas pela plataforma Cirandas, um espaço destinado especificamente aos empreendimentos da economia solidária. É neste espaço virtual que os pedidos são realizados pelos consumidores.

[...] além das unidades de comercialização físicas, casas de comercialização da associação, a gente pensou nessa alternativa via internet e isso acabou se configurando na idéia hoje da feira virtual. Ela tá alocada lá no site do cirandas, na plataforma do cirandas, que é uma plataforma do fórum brasileiro de economia solidária que é uma rede social, que vai além da comercialização esse espaço, ele trabalha como se fosse uma rede social que [...] ele funciona como uma rede social e ali nessa, nesse espaço tem os empreendimentos da economia solidária podem estar, comercializar por ali fazer mostra dos produtos enfim ele só não é um site que possibilita a finalização de compra ele é um site, uma plataforma que possibilita a oferta mas não finaliza a comercialização, então nesse momento é o espaço que tem, é um espaço que é um pouco limitado, mas enfim, ele tá dentro da economia solidária da proposta da associação [...] (LIA, técnica da associação).

Os ciclos são semanais, iniciam sempre às segundas-feiras e finalizam nas quintas-feiras. Na plataforma estão disponíveis os produtos para a compra,

os valores de cada produto e é definida também a quantidade do produto que será encomendada pelo consumidor. No último dia do ciclo, um integrante do NESIC fica responsável por fazer contato com os produtores e informar os pedidos solicitados.

Figura 12 – Plataforma Cirandas, onde estão alocados os produtos e pedidos da feira virtual da Associação Bem da Terra.

The screenshot displays the Cirandas platform interface. On the left, there is a 'Filtro' (Filter) section with dropdown menus for 'Fornecedor' (Supplier) and 'Categoria' (Category), and a text input for 'Nome do produto' (Product name). Below the filter is a 'FILTRAR' button. The main area shows a table of products with columns for 'categoria', 'produtor', 'produto', and 'preço'. The table lists several items, including fish, chocolate, and organic sugar. On the right, there is a 'SEUS PEDIDOS NESTE CICLO' (Your orders in this cycle) section, which shows a '15.58 Em aberto' (15.58 Open) status and a 'MÉTODO DE ENTREGA' (Delivery method) section. The delivery method is 'Retirada no Local' (Pickup at the location). There is a 'CONFIRMAR PEDIDO' (Confirm order) button at the bottom right of the order details.

categoria	produtor	produto	preço
Pescado	APESEMI	Abrotea - Filé (1Kg)	R\$ 18,00 / quilogr...
Laticínios	UNICOOPER	Achocolatado em pó orgâ...	R\$ 14,00 / quilogr...
Laticínios	TERRA VIVA	ACHOCOLATADO - LONG...	R\$ 2,40 / unidade
Alimentos e bebidas ...	UNICOOPER	Apúcar Cristal orgânico kg	R\$ 5,26 / quilogr...
Alimentos e bebidas ...	UNICOOPER	Apúcar Demerara orgânic...	R\$ 6,50 / quilogr...
Alimentos e bebidas ...	UNICOOPER	Apúcar Mascavo kg	R\$ 8,50 / quilogr...

Fonte: Plataforma do Cirandas. Disponível em <cirandas.net/profile/bem-da-terra> Acessado em 04 dez. 2014.

Na forma como está organizada a feira virtual, todos os atores da feira têm deveres quanto ao seu funcionamento. Os grupos de consumidores são auto-gestionários, apesar de ter um estatuto mínimo para o trabalho dos consumidores há a possibilidade de gestão de suas tarefas conforme definição interna de cada núcleo. Os consumidores são responsáveis pela organização e separação de todas as encomendas realizadas por dentro do núcleo ao qual pertence. Aos sábados pela manhã um consumidor de cada núcleo se direciona ao Centro de Distribuição (CD) da feira virtual, para realizar a separação dos produtos.

Neste dia, além de um consumidor de cada núcleo, estão presentes no mínimo dois produtores da associação, sendo eles definidos através de um rodízio entre os grupos de associados. Os produtores ficam responsáveis da entrega do produto aos consumidores no período da tarde. Quanto à busca dos produtos nas propriedades rurais, esta é feita por um funcionário assalariado

da associação. Ele fica responsável de todos os sábados na primeira hora da manhã buscar os produtos hortifrutigranjeiros.

Tabela 2 - Números consolidados dos quatro primeiros ciclos da feira, referente ao mês de dezembro de 2014.

Indicador	06/12 (consolidado)	13/12 (consolidado)	20/12 (consolidado)	27/12 (consolidado)	DEZEMBRO
Número de pedidos	51	40	40	24	155
Número de núcleos em que houve pedidos	13	13	13	8	15
Número acumulado de consumidores que já pediram	51	63	78	83	83
Número de consumidores cadastrados BDT	173	182	192	192	192
Número de consumidores cadastrados Cirandas	102	111	128	131	131
% de cadastrados no BDT que estão no Cirandas	59%	61%	66%	68,23%	68,23%
% de cadastrados no Cirandas que já fizeram pedidos	50%	56%	61%	63%	63%
Empreendimentos que realizaram vendas	18	21	20	17	24
Empreendimentos locais	12	13	13	10	17
Valor total dos produtos pedidos	2.602,21	2.488,13	2.263,84	1.512,74	8.866,92
Valor médio dos pedidos	51,02	62,20	58,66	63,03	100,26*
Receita total do ciclo (pedidos entregues)	2.170,10	2.358,25	2.156,20	1.637,12	8321,67
Relação entre	83,39%	94,78%	95,24%	108,22%	93,85%

'receita arrecadada' e 'valor dos pedidos'					
Valor total transferido aos empreendimentos	1.781,83	1.859,00	1.861,66	1.119,17	6.621,66
Valor transferido aos empreendimentos locais	773,09	1.135,64	1.045,02	695,86	3.649,61**
Total para margem de contribuição operacional	250,00	448,03	200,00	249,29	1.147,32
Número de consumidores que não retiraram	3	1	2	1	6
Número dos que não receberam o seu pedido	0	0	2	1	3

Fonte: Associação Bem da Terra, informações compartilhadas com os integrantes dos grupos de consumidores.

Em relação aos produtores rurais da feira virtual, no início da associação Bem da Terra, as duas organizações, ARPASUL e Sul Ecológica, participavam dos espaços de comercialização. Entretanto, com dificuldades em suprir à demanda de mais este empreendimento, as duas entidades se retiraram dos espaços da associação Bem da Terra. Rosa conta que a associação entrou em contato para o grupo fizesse parte da proposta da feira. Apesar da disponibilidade de transporte das mercadorias através da associação, a agricultora aponta que seria difícil suprir mais essa demanda.

[...] poisé as gurias até me comentaram que viriam pegar em casa, que ia ter o transporte todas as semanas, como se organizavam, mas tu sabe né, nós aqui em casa, a gente é muito poucos, se o grupo fosse maior até dava para se dividir e fazer alguma coisa né, mas a gente é muito pouco mal dá para entender as demandas das feiras e da casa, todo o trabalho que a gente tem né, bah é um monte de coisa [...] (ROSA, agricultora)

Neste contexto, abre-se a possibilidade para outros grupos se organizarem em torno da comercialização de produtos ecológicos. Atualmente

são cerca de cinco grupos articulados em torno da produção de hortifrutigranjeiros, dentre eles podemos citar Sítio da Diversidade, Coxilha do Silveira, Colônia Maciel e Sítio Amoreza. Segundo Lúcio, hoje responsável por um projeto de extensão da UFPEL ligado à transição para a agricultura ecológica, o perfil destes agricultores são dos mais diversos.

[...] de qualquer forma temos hoje, de quatro para cinco grupos articulados assim né, mas que vão começar a produzir, alguns que já tiveram a experiência, alguns que já foram da feira da ArpaSul e que se afastaram por conta dessas histórias, alguns até que já foram da Sul ecológica e também se afastaram, alguns que ainda são, ainda fazem feira, mas acham que tem capacidade para colocar produtos em outros mercados, então a gente tá nesse processo de novo, de articulá-los e de novo dar algum suporte tecnológico embora hoje, essas tecnologias eles dominem mais do que a gente, mas mais no sentido de permitir essa transição e claro, no caso, no sentido, de dar um suporte para esses processos do Bem da Terra, da feira virtual em particular [...] (LÚCIO, técnico/professor)

Figura 13 - Verduras comercializadas pela associação Bem da Terra no ciclo de dezembro 2014.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 14 – Centro de Distribuição da Associação Bem da Terra.



Fonte: Acervo Pessoal.

5 ENTRE TRABALHO, ECONOMIA, RELIGIÃO, POLÍTICA(S), NATUREZAS E SABERES: O “FATO SOCIAL TOTAL” DESAJUSTADO.

O capítulo que segue tem a perspectiva de abordar os principais elementos e questões que parecem dar sentido à trajetória do ecológico na rede mapeada nesta dissertação. Na descrição realizada no capítulo anterior podemos perceber que a rede ecológica parece ultrapassar a dimensão ligada estritamente ao universo de comercialização de alimentos ecológicos. Assim, a constituição da rede se formula a partir de diversas questões, sejam elas no âmbito social, ambiental, religiosa, econômica, entre outras.

Apesar da complexidade observada na narrativa etnográfica, neste capítulo fiz a escolha de tratar analiticamente dois pontos que parecem ser fundamentais para compreender a dinâmica de organização e a estruturação de significados em torno da rede. O primeiro ponto faz referência ao encontro entre diferentes noções em relação ao que seria o ecológico. Para tratar deste assunto, mobilizarei dois conceitos importantes na formação da rede: as noções de agricultura alternativa e de agricultura ecológica. Espero ponderar ao leitor, como a transição da noção de alternativo para ecológico, modifica as relações dentro da rede, mobiliza outros significados para ela e, mais do que isso, articula entidades e conceitos até então distantes do universo de ação local. Pretendo então demonstrar como o ecológico, enquanto um ator desta rede, articula e transforma diferentes concepções que aqui são mobilizadas.

Nesta rede em movimento pretendo traçar, na segunda seção deste capítulo, a dinâmica de ação de duas entidades que parecem ser estruturantes na organização da rede. Primeiramente a esfera de ação das entidades religiosas, as quais partem de demandas locais para auxiliar na organização dos grupos e, em seguida, a transferência deste papel para o Estado, o qual atribui ao universo dos agricultores familiares demandas e definições em relação ao *fazer* agricultura ecológica.

Importante ressaltar ainda que, em se tratando de um coletivo que está sendo agregado, os pontos de análise levantados neste capítulo são propostas

reflexivas em torno do objeto de pesquisa, a partir de análise dos dados de campo e de questões teóricas. Nesse sentido, não se trata então de uma definição generalista do que é o coletivo, mas sim uma definição provisória do que se entende por ele. Entretanto, esta descrição é indispensável para que seja possível uma discussão em torno dos sentidos do objeto de estudo.

5.1 QUANDO O *ALTERNATIVO* ENCONTRA O *ECOLÓGICO*³⁵: NOS INTERSTÍCIOS DAS AGRICULTURAS.

A proposição de uma agricultura alternativa ao modelo de desenvolvimento da agricultura de tipo convencional ou “moderna” surge no cenário nacional a partir da ação de diversos movimentos sociais. Em suma, ponderavam mudanças na forma de organização produtiva, econômica e social. Nesse sentido, podemos citar algumas características essenciais destes ideários: contraposição ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos (ASSIS E ROMEIRO, 2002).

Entretanto, o sentido de “alternativo³⁶” tem uma conotação mais ampla que o universo da agricultura. O termo se aproximava, também, de questões ligadas ao movimento de contracultura³⁷.

Quando as ideias alternativas chegam ao Brasil, no início dos anos setenta, estão carregadas deste anticapitalismo e se exprimem

³⁵ A distinção entre alternativo e ecológico enquanto momentos diferentes na constituição da rede ecológica são formulados no sentido de auxiliar a discussão neste trabalho. Entretanto, esses momentos e suas características são muito mais fluidos e entrelaçados do que o texto produzido conseguiria dimensionar. Além disso, é importante deixar claro que a noção de alternativo se constitui em oposição a outro modelo, no caso o da modernização conservadora. Já a noção de ecológico é formulada enquanto uma categoria positiva, propõe e fundamenta possibilidades ao campo de ação dos agricultores ecologistas. Seus princípios mais generalistas serão tratados na próxima seção.

³⁶ “O sentido da palavra “alternativo”, que exprime “uma escolha entre duas (ou várias) vias possíveis”, começa a aparecer nos discursos em 1960, na Europa, substituindo o sentido inglês que prevalecia até então de “solução de substituição”. Convém lembrar que esses sentidos estavam, no início, circunscritos à economia, portanto às alternativas econômicas. O termo somente recebeu conotação política a partir da eclosão do movimento estudantil, em 1968, quando foi proposta uma conjugação de contestações reunindo a ecologia, a desobediência civil e as lutas anticapitalistas e se dirigindo contra as ideias que, segundo esses grupos de contestação, negavam a natureza e pregavam um capitalismo regido por um princípio de centralidade política.” (ALMEIDA, 2009)

³⁷ A contracultura é tomada aqui a partir da definição básica: “cultura minoritária caracterizada por um conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que contradizem diretamente os da sociedade contemporânea”. (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996 apud CARVALHO, 2002, p.55).

através de um discurso claramente ideológico visando a quebrar o consenso segundo o qual não haveria outro tipo de agricultura possível, outro modelo de desenvolvimento que não o capitalista. Essa crítica deixava transparecer um ecologismo que, durante os anos oitenta, ganhou amplitude. (ALMEIDA, 2009).

Na rede mapeada a noção de uma agricultura alternativa surge em meio às articulações da rede. Em ações ainda muito tímidas e localizadas, imersas em um contexto ligado as fortes pressões da modernização conservadora e suas demandas tecnológicas, começam então a surgir, como aponta Ivo, *pequenas iniciativas* em busca de alternativas *que com o tempo isso foi aumentando*. Vejamos como descreve Lúcio (técnico e professor):

[...] na década de setenta meados da década de oitenta houve uma expulsão grande um êxodo rural e aquilo desperta nos agricultores isso que eu chamei de discurso de resistência: 'a gente não quer sair do campo, a gente não quer ir para a cidade' [...] Nesse momento tem os encontros de cultura alternativa e aí com aquelas figuras mais históricas né, o próprio Lutzemberg, Sebastião Pinheiro todo aquele movimento de negação desse modelo de modernização conservadora e da busca de alternativas, mas ainda muito distante dos agricultores por conta de que a assistência técnica oficial, a EMBRAPA que é a pesquisa oficial, as universidades, a política de crédito, enfim eles todos implementavam o pacote.

No universo da rede local, algumas questões centrais parecem mobilizar ações para práticas alternativas ao modelo convencional. Em seguida pretendo tratar dos seguintes pontos: permanência dos agricultores no campo, nas escolhas produtivas e manutenção de saberes e fazeres.

Os agricultores organizados, sejam em grupos religiosos, sindicais, comunitários e de mulheres camponesas, buscavam possibilidades de permanecerem em suas terras. Em meio às dificuldades de sustentarem o pacote tecnológico e os financiamentos da compra dos insumos, muitos agricultores deixam suas propriedades em busca de oportunidades nas cidades. Nesta perspectiva, Rosa e Ivo relatam o processo de evasão para a cidade de muitos de seus vizinhos. Vejamos um exemplo na fala de Rosa: *a gente tinha cinco mil pés [de pêssigo] aqui na propriedade, trabalhava para as indústrias aqui da região, muita gente já tinha saído, a gente via que aquela produção ali não ia ir pra frente*. Nilo, agricultor da mesma associação, vivenciou o processo entre os próprios familiares. Entre dificuldades de pagar

os financiamentos e de acesso à escola para os filhos, os irmãos de Nilo se retiram do campo e constituem suas vidas nos centros urbanos mais próximos.

Soma-se a isto, a questão da resistência em incorporar tecnologias “modernas” e de maquinário intensivo aos sistemas até então organizados em torno de uma agricultura familiar. Dependendo de insumos externos, vincular toda a produção em torno de um único cultivo e inserir uma lógica de trabalho de maquinário intensivo, em certa medida, significaria a perda de uma das características principais da agricultura familiar: a autonomia das famílias.

Nesse sentido, o trabalho na agricultura convencional coloca estes agricultores familiares numa relação de dependência com as empresas controladoras do mercado do agronegócio. Ivo compreende, em um dado momento de sua trajetória pessoal, que trabalhar com a agricultura convencional *não era um projeto sustentável, a gente fica dependente deles, das multinacionais*. Segundo Almeida (2009), uma das ideias principais do conjunto de concepções e de práticas em torno da agricultura alternativa é o conceito de “autonomia”. Essa ideia supõe que os adeptos de tal agricultura definem, eles próprios, as técnicas e os procedimentos que vão utilizar em função da disponibilidade dos recursos e necessidades locais (*ibidem*, 2009).

Essa característica estaria intimamente ligada com a própria noção do que é *ser agricultor*, a qual está incumbida das dimensões de criação e decisão em torno do seu principal ofício: a agricultura. Há uma nítida proposta de empoderamento destes agricultores em relação à construção de seus conhecimentos, à possibilidade de escolher suas técnicas e de definir os cultivos de sua propriedade. Como aponta Ploeg (2008, p.60) este enfoque reflete evidentemente a condição camponesa: os ambientes hostis são enfrentados através de renda *independente*, usando basicamente, embora não exclusivamente, recursos autocriados e automanejados. Neste sentido, liberdade e autonomia, tanto na técnica quanto na produção de conhecimento, são fatores relevantes na constituição destes agricultores familiares enquanto indivíduos e trabalhadores rurais.

Desde criança os agricultores, entrevistados ao longo desta pesquisa, foram iniciados no trabalho com a terra. O trabalho árduo e a demanda cotidiana no cuidado com as plantas e com os animais não parecem trazer aqui uma conotação negativa ao ofício desenvolvido. Ao contrário, as práticas

cotidianas tem agência sobre os indivíduos, os constituem enquanto agricultores na medida em que experimentam, observam e aprendem com os instrumentos de trabalho e com os diversos elementos da natureza com que interagem.

Nesse sentido, o trabalho na agricultura não se formula numa simples e direta reprodução de técnicas agrícolas num determinado espaço. Enquanto um ofício inventivo³⁸, ser agricultor exige estar atento aos recados de cada planta, aos tempos da natureza e às necessidades da terra, enfim, ao campo relacional (cf. INGOLD, 2013) em que está imerso o trabalho do agricultor. Os agricultores e os pastores, no que diz respeito a essa questão, se submetem a uma dinâmica produtiva que é imanente no mundo natural em si, ao invés de converter natureza em um instrumento para seu próprio propósito. (INGOLD, 2000, p. 101 apud PREISS, 2013, p.31).

O ofício do agricultor se reveste em uma experiência cotidiana de aprendizagem com e no ambiente, isso fica claro na fala do agricultor Ivo: *eu sempre gostei de ter uma diversidade maior, tanto foi que a gente foi mudando e aprendendo né, cada dia a gente aprende uma coisa nova*. Em trabalho realizado por PREISS (2013) em um assentamento da reforma agrária na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul, a autora também aponta a necessidade da observação e da interação com os elementos naturais no manejo da lavoura enquanto um dos fatores relevantes ressaltado pelos agricultores de sua pesquisa.

Sendo assim, as ideias em torno de uma agricultura alternativa parecem trazer a dimensão da manutenção do modo de vida camponês, do trato manual com a terra e, principalmente, do empoderamento de suas práticas e conhecimentos construídos cotidianamente.

Sobretudo indissociáveis, a cognição, prática, individualização e construção social estão por trás dos processos pelos quais os agricultores engendram seus “modos de fazer”, sejam eles pela observação, experimentação e/ou analogia. Tais procedimentos, embora altamente coerentes, não são sistematicamente organizados

³⁸ Utiliza-se a partir das ideias expostas por Wagner (2011) acerca da noção de “invenção criativa”. Para o autor, a invenção faz parte do fenômeno mais geral da criatividade humana. Entretanto, “invenção e convenção, mantêm entre si uma relação dialética, uma relação de interdependência e contradição”. Nesse sentido, a ideia de invenção não denota, neste trabalho, “atos ou ideias originais ou coisas criadas pela primeira vez” (ib., p.110), mas antes a possibilidade criativa de reconfigurar práticas a partir de elementos convencionados.

e codificados, assim, incrementam ou transformam o conhecimento tácito, o que significa que são parcialmente contribuintes para a geração de novidades. (MARQUES, 2009, p.139).

Importante frisar, que a escolha na preservação de formas de ver e habitar o mundo não significa uma manutenção estrita ao passado. Estaria então fortemente ligada com uma questão moral, a qual acomete a certo conjunto de regras já definidas em torno do fazer agricultura e ser agricultor. Ela é acionada, ao mesmo tempo, enquanto uma escolha, dentre outras possíveis, num processo de recriação e transformação de um contexto já convencionalizado. Vejamos o que aponta Wagner (2011, p. 127-128) com relação a este assunto:

*O efeito de mascarar, de restringir a intenção e a percepção consciente do ator dessa maneira, é o de envolvê-las não apenas na ação em si, mas também nos juízos e prioridades do mundo convencional [...] podemos compreender melhor como essa ilusão opera retornando ao fato de que toda invenção dotada de significado precisa envolver tanto um contexto convencional quanto um contexto não convencionalizado, um dos quais “controla” o outro, e explorando as implicações deste fato [...] mas é evidente que, na medida em que o **outro** (grifo do autor) contexto, aquele no qual ele age dessa maneira coletivizante, não é um contexto convencional, a construção resultante incluirá características tanto convencionais (morais) como não convencionalizadas (particulares) – ela será “parecida com” as intenções do ator em alguns aspectos e “diferentes de” tais intenções em outros. O ator, seguindo suas intenções, terá conseguido em certa medida “coletivizar” o contexto de sua ação, transformando o mato em uma roça ou um grupo de pessoas em uma família ou nação. Ele terá recriado e estendido algum contexto não convencionalizado (um certo mato, um certo punhado de indivíduos) sob uma forma convencional, transformando-o em “cultura” ou “moralidade”. Mas ele também terá em alguma medida recriando e estendendo um contexto convencional (as regras ou técnicas aceitas para fazer uma roça, ou uma família, ou uma nação) de forma particularista ou não convencional.*

Podemos inferir, então, que no contexto de criação de propostas alternativas ao convencional há um forte apelo social nas motivações iniciais da organização da rede ecológica pela via dos agricultores. Muito ainda na perspectiva das lutas sociais camponesas, os agricultores parecem colocar na perspectiva de organização em grupo a possibilidade de resistir e, mais do que isso, de serem ouvidos por outros coletivos ampliando a sua visibilidade e possibilidades de ação. Permanecer como pequeno agricultor familiar era

permanecer enquanto um agente de sua própria trajetória, de seu trabalho e de seu pedaço de chão.

Nesta rede em formação a noção de uma agricultura ecológica traz outras dimensões para as esferas de ações da rede local. Na possibilidade de inserção em outros coletivos e em outros locais de fala as duas proposições ideológicas (alternativa e ecológica) se articulam em função de seus pontos em comum.

Assim, para falar de questões ligadas a agricultura ecológica é necessário tratar, também, das questões ambientais que tomam força no final do século passado. A tendência ambientalista surge no Brasil no final dos anos setenta. Dentre as diferentes versões³⁹ que parecem compor o movimento ambientalista no país, podemos citar algumas características centrais, conforme o exposto por Almeida (2009): reformulação das relações entre homem e natureza; descentralização da economia, do poder e do espaço social, o que supõe a existência de uma democracia direta e de uma autonomia; organização dos mercados de maneira a tornar cada região mais autônoma e auto-suficiente.

Este complexo ecologismo⁴⁰ se articula em um dado momento com os movimentos ligados à preservação e conservação dos ambientes. Em busca de formas de organização da vida social contrárias às tendências destrutivas do modo de vida industrial, a conservação do meio natural encarna uma perspectiva de bem-estar e de sobrevivência humana. Em meio aos ideários ecologistas, tratar de meio ambiente é discutir perspectivas sobre o Bem e sobre o próprio homem.

No que diz respeito à problemática específica em torno da qual se organiza o campo ambiental, essa poderia ser caracterizada, de um

³⁹ De acordo com o exposto por Almeida (2009, p.91-93) “a versão científico-culturalista representa um projeto de reforma ou de transformação social “calcado nos princípios ecológicos e em um ideal de sociedade não opressiva e comunitária” [...] No Brasil, o ramo ecologista “humanista-naturalista” conta com uma figura importante e significativa, José Lutzemberger, que influenciou toda uma geração de ecologistas nas suas diferentes correntes de pensamento [...] Já a visão eco-libertária coloca como condição de mudança global das estruturas econômicas, sociais e culturais “a iniciativa, criatividade e a solidariedade dos homens.”

⁴⁰ Para situar os termos utilizados propõe-se defini-los a partir das noções expostas por Carvalho (2002, p.16) “o termo ecologismo é aplicado ao movimento ecológico propriamente dito, sendo associado a questionamentos e propostas de mudanças radicais quanto ao modelo de desenvolvimento e ao estilo de vida”.

modo geral, como a produção e reprodução da crença na natureza como um bem. Algo que se deveria respeitar, admirar e cuidar para além dos interesses imediatos da sociedade. Trata-se de uma problemática eminentemente ética e, uma vez que, na modernidade, se tornou impossível assegurar uma ideia única de bem viver, esse ideal ético busca legitimar-se sobre bens particulares. (CARVALHO, 2002, p. 36).

Apesar dos breves apontamentos, podemos perceber que os movimentos ambientalistas demarcam ideários de mudança e transformação social em função da questão ambiental. Encorajados pela visibilidade de riscos gerados pela política industrial e agrícola da época, o ambientalismo formula um campo de discussões em torno de proposições estéticas, científicas, econômicas e, até mesmo, humanitárias.

No Brasil, apesar de agressões à natureza relacionadas ao desmatamento e a problemas de conservação dos solos provocadas pelo sistema monocultural de produção serem observadas desde o período colonial, foi a modernização da agricultura iniciada na década de 1960, e intensificada na de 1970 no bojo da "Revolução Verde", que provocou conforme coloca Graziano Neto (1982), o surgimento de problemas ecológicos que até então, ou não tinham grande importância ou não tinham sido percebidos em toda sua extensão. (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p.70).

As agendas ligadas ao ambientalismo vão ganhando força nas políticas dos estados e, com isso:

Muitas maneiras diferentes de praticar a agricultura vão se ligar, de fato, a esses pontos de vista e preocupações precisas do ecologismo nascente: proteção do meio ambiente, crítica de poluição industrial e agrícola, busca de qualidade nos alimentos, maior autonomia das unidades de produção, etc. [...] a dimensão cultural do ecologismo vai servir de referência política para um certo número de lutas sociais importantes, exercendo influência em muitas experiências alternativas de produção agrícola. (ALMEIDA, 2009, p. 93).

Na rede local não foi diferente, como aponta Leomar em relação ao processo de constituição da rede *quando a gente começou esse trabalho ainda era muito assim de bicho grilo né, assim, podemos dizer, mas acho que essa questão de proteção do meio ambiente e de consumo mais consciente é cada vez uma coisa mais pública.*

Neste contexto, a rede pesquisada parece se articular com as premissas ambientalistas muito em função da expansão de seus universos de ação e,

também, das articulações com outros coletivos como, por exemplo, técnicos, centros ambientais, ONGs, universidades, entre outros. As discussões que antes eram muito organizadas em torno dos problemas sociais do campo começam a tomar corpo no sentido de formular propostas efetivas que dessem conta de contornar as demandas sociais e produtivas da época.

As idas aos cursos de formação no centro ecológico Ipê, as visitas às feiras da EMATER e à cooperativa COOLMÉIA, os trabalhos de formação nas comunidades a partir de diferentes iniciativas vão indicando os rumos e as novas articulações que a rede começa a mobilizar. Vejamos o que conta Helga (professora/técnica) em relação à visita à feira ecológica na EMATER organizado através do projeto de extensão por ela coordenado.

Então o que a gente fez, nós programamos uma aula prática, no sábado com os agricultores e os técnicos indo junto, os da Pastoral e do CAPA, e mais os alunos que estavam integrados no projeto e fomos para Porto Alegre no dia da abertura da feira ecológica dentro ali da EMATER, , ali na secretaria da agricultura [...] e nós fomos de madrugada, chegamos lá quando eles abriram, para acompanhar toda a experiência para acompanhar o dia da feira, o lugar da feira, então ali eles vivenciaram como é que montava a barraca, as banca... ficamos o dia inteiro lá, ficamos de manhã até a uma hora, ficamos junto na feira, então conversando fizemos reunião ali, com quem estava mais disponível, e depois nós fomos almoçar na COOLMEIA e nós ficamos acompanhando a COOLMEIA de tarde, fazendo uma discussão com o pessoal que estava ali disponível, com técnicos e operadores, e aí voltamos lá pelas 6 horas da tarde [...]

Como já observado no capítulo anterior o relato feito por Helga em relação a este evento reforça a constatação: neste momento da rede há conexões sendo articuladas e novas associações sendo formuladas em torno da construção da rede local. A articulação com outros universos visava efetivar enquanto um discurso e, conseqüentemente, uma prática que pudesse construir, entre uma pluralidade de perspectivas, algumas ideias para orientar formas *alternativas* e *ecológicas* de organização da sociedade.

Na rede local essas ideias parecem se formular entorno de algumas perspectivas: organização em grupo, relação no comércio (produtor-consumidor) sem intermediários, autonomia no trabalho e mão de obra, principalmente, familiar, produção sem uso de aditivos químicos e elementos relacionados à preservação da natureza. Vejamos estas proposições a partir de alguns interlocutores:

Então esse foi o grande desafio, como é que nós vamos sair dessa visão tradicional, sair do senso comum e ter uma visão coletiva, porque na produção ecológica a gente tinha isso bem claro que ia ser uma produção de grupo, não ia ser um individual que ia ir para a feira. (Helga, professora/técnica).

O porquê né de nós apostar ou acreditar na forma de cooperação, associação ou cooperativa? Eu para mim tenho isso muito claro que a agricultura familiar individual é muito difícil [...] entendo que é a única forma ainda da agricultura familiar com essa diversidade, tu conseguir sobreviver. (Ivo, agricultor).

Da conscientização do trabalho ecológico, de tirar o veneno e de tirar o atravessador, isso sempre foi muito importante para eles [CEB's], por isso que a gente constitui a feira e para nós também né, isso era uma preocupação. (Rosa, agricultora)

Tinha muito essa preocupação com o meio ambiente né, mas as pessoas achavam que era mentira, que não tinha como produzir, mas hoje em dia ainda tem gente que acha que é impossível produzir sem agrotóxico. (Liomar, operador do comércio).

Apesar das ligações da rede local com proposições de redes mais amplas em torno da comercialização e produção do alimento ecológico, a construção da noção do *ecológico* atravessa um campo de possibilidades⁴¹ e, conseqüentemente, de disputas até formar-se na configuração atual. Em certa medida, os atores locais disputam o que seria o ecológico ao efetivar-se a feira na cidade de Pelotas. Em relação ao evento Lúcio, técnico da Pastoral na época, descreve o seguinte:

[...] então teve um envolvimento muito grande de vários apoiadores, colaboradores até a feira se efetivar, muita briga no meio disso tudo né, aí aquela história institucional que eu já te disse, cada um tem uma perspectiva diferente, lembro na véspera da feira: "o que é que nós vamos vender? ah vamos vender lingüiça, mas olha lingüiça não é agroecológico, ah, mas é produto colonial, não não, mas tem nas feiras, ah mas então vocês são verdes [...] ah, mas então vocês são da coolmeia, são uns verdinho, não é isso gente, a gente tá preocupado em dar uma garantia ao consumidor que vai começar a comprar, um produto orgânico" "ah, mas ainda não é, ainda tá em um processo de transição; tá é verdade né, os solos ainda estão contaminados e tudo isso, mas eu ainda posso garantir para o cara que nesse produto não foi usado nada de agroquímico, isso eu posso dizer né? ah, pode, então tá então é isso" ah, mas enfim, nas

⁴¹ Sobre "campo de possibilidades" utiliza-se a definição abordada por Velho (1997, p. 29): "De qualquer forma, o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um *campo de possibilidades*, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduos, como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Em qualquer cultura há um repertório limitado de preocupações e problemas centrais ou dominantes. Há uma linguagem, um código através dos quais os projetos podem ser verbalizados com maior ou menor potencial de comunicação".

diferentes concepções aparecem os conflitos né. (LÚCIO, técnico/professor).

Nesse contexto, podemos inferir que a dinâmica de estruturação da rede perpassa variadas perspectivas. No diálogo descrito por Lúcio podemos perceber que enquanto para um coletivo a origem do produto já daria a dimensão de confiável a esta produção, outros coletivos vão incorporar a esta rede em formação elementos que são, em certa medida, “fabricados no centro e exportados para o resto do mundo” (CUNHA, 2009, p. 312). A estética de apresentação dos produtos e as técnicas que definem o que é um alimento ecológico são elementos importantes que a rede ecológica passa a incorporar a partir da sua entrada no mercado.

Neste movimento de incorporação de elementos exógenos, a noção de ecológico assume um novo papel como argumento político e serve de apoio e fundamentação das lutas de agricultores. Nesse sentido, há uma incorporação da categoria *ecológico* entre o grupo de agricultores. Ao passo em que ela proporciona uma visibilidade deste coletivo, até então marginalizado no processo de desenvolvimento econômico da época e, também, projeta caminhos possíveis para uma viabilidade econômica das propriedades rurais. Entretanto, como aponta Cunha (2009, p.313) a incorporação de conceitos exógenos é uma faca de dois gumes, já que obriga seus possuidores a demonstrar performaticamente a “sua cultura”.

Ao mesmo tempo em que as proposições do movimento ambientalista encontram nos agricultores práticas que se aproximam de suas ideias, os grupos de agricultores introduzem no seu universo local os discursos e, também, algumas práticas ligada a outros coletivos como, por exemplo, dos técnicos, da universidade, dos militantes, entre outros. De certa forma, podemos inferir que é no *ecológico* que os agricultores encontram um espaço semântico lógico para aplicação de conhecimentos já adquiridos, mas, ao mesmo tempo, há a incorporação de outros conhecimentos.

Evidenciando a proximidade das perspectivas em tensão na rede, os interlocutores da pesquisa apontam que as dificuldades nas articulações entre estas perspectivas se deram muito mais num sentido *cultural* da aceitação de

seus vizinhos e familiares do que da própria incorporação de técnicas ligadas à noção de *ecológico*. Vejamos o que aponta Lucio sobre este processo:

Acho que os entraves técnicos eles não foram tão grandes, porque muito dos conhecimentos que a gente trazia, na verdade eram conhecimentos que eles detinham e que simplesmente não achavam espaço lógico, para aplicar né, porque o sistema dizia o seguinte né: não tu lavra, bota adubo, planta, acapina, bota veneno e colhe, aí ele tinha todo uma história do pai dele e do avô que fazia diferente, mas nesse sistema não funciona, aí quando a gente vem e diz... não não não faz nada disso vamo pensa aqui como é que a gente vai melhorar a qualidade do solo, adubação verde, esterco, ele já aciona: meu pai fazia assim, meu avô fazia assim, eu aprendi assim, só que depois mudou então na verdade tu incorpora... claro, tem coisas novas não é só uma volta ao passado, nada disso, há sem dúvida um aporte tecnológico novo, mas cai num processo em que há um domínio, um controle do e pro agricultor, tem dificuldades? tem, tem um período de aprendizagem? tem, tem um custo de aprendizagem? Tem. Ainda acho que a questão pior é uma questão cultural né, a pressão que esses agricultores sofrem dos próprios vizinhos, às vezes da família, na época da assistência técnica oficial que ia lá e dizia 'não, bah isso aí tu vai morrer de fome e tal, vai quebrar tudo vai perder tudo...' então né, é um processo assim de o cara tá sozinho e bah o quê que eu vou fazer né, eu vou me esconder? Mas agora, quando ele tá em um grupo, ele discute com o grupo, 'não, mas eu fiz e deu certo, não mas eu to fazendo assim e também deu, e por aí vai. (LÚCIO, técnico/professor).

A formação da rede ecológica se configurou, e continua se configurando até hoje, a partir da articulação de elementos dos diferentes coletivos que ela agrega. Em certa medida, podemos aproximar esse trabalho da rede com o processo de bricolage descrito por Lévi-Strauss o qual é dimensionado por Silva (1999) enquanto “o deslocamento de termos de um sistema classificatório para outro construindo significados diversos em função dos novos arranjos obtidos, o qual engloba uma dimensão artística que lhe é inerente”. Nesse sentido, deslocam-se termos de um universo a outro e, neste processo, há uma reformulação de seus significados por parte dos atores da rede.

Ao se agregarem, há um processo de aprendizagem entre os coletivos, numa constituição relacional contínua. Não podemos dimensionar aqui que incorporar elementos na rede signifique a sua simples transposição. Ao passo que essa rede vai sendo inventada por coletivos que se agregam em um dado momento histórico, as significações⁴² destes elementos vão sendo formuladas

⁴² O significado é, pois produto das relações, e as propriedades significativas de uma definição são resultados do ato de relacionar tanto quanto as de qualquer outro constructo expressivo. Mas o significado seria sempre completamente relativo não fosse a mediação da convenção –

“por meio da experiência e criação da realidade da qual extrai suas características objetivas”. (WAGNER, 2012, p.156).

Talvez o universo atual da feira dimensione este processo: enquanto um espaço constituído a partir da comercialização do alimento ecológico, podemos observar diferentes trocas entre os atores ali presentes. Na esfera do consumo há uma significativa rearticulação do valor atribuído ao alimento. Na perspectiva de transferência do valor estético atribuído a um alimento para o valor a partir da *consciência* em relação ao produto e à produção, os consumidores reformulam significados em torno das práticas de consumo. Conforme aponta alguns interlocutores em relação às mudanças na esfera do consumo:

Numa lógica convencional essas feiras aí são mirradas e são muito, tipo assim o pessoal fala “goiaba dá no mato, butiá dá no mato”, mas quem é que cuida do mato para colher então, né? É que esses produtos não são valorizados, a maioria não tem valor de mercado desses produtos e do jeito que vem, é as berinjela bichada é sei La, então o valor é tu que dá com o teu olhar, o valor tu cria pela consciência né, porque saber o que aquilo ali significa então ai tu começa a dar valor para aquilo mas se tu for com uma visão só de mercado tu chega lá e tu volta da feira e tu não vê nada. (Liomar, operador do comércio).

No começo era bem mais difícil, o consumidor não acreditava, não enxergava as vantagens, dizia que tudo era a mesma coisa, poucos acreditavam que o veneno fazia mal [...] hoje tu ouve da maioria dos consumidores que pena que não consegue comprar todos os alimentos todos os produtos ecológicos. Então isso é uma coisa que mudou bastante nos consumidores, há vinte anos atrás não era assim, as pessoas iam muito pela aparência do produto. (Ivo, agricultor).

Neste universo de relações em torno da feira, os agricultores aprendem e trocam cotidianamente com os consumidores sobre o que produzir, como apresentar o produto, etc. Quanto ao processo de produção, Ivo aponta que com o tempo *fomos mudando e aprendendo, porque é um jeito diferente e ainda temos mais coisas para aprender.*

Além de trocas que vão ao sentido da incorporação de elementos de um coletivo ao outro, há também disputas e definições do que fica e do que sai das fronteiras da rede. Na rede ampla, podemos observar que tem um conjunto de

a ilusão de que algumas associações de um elemento simbólico são “primárias” e autoevidentes. (WAGNER, 2012, p. 115).

princípios que dimensionam o que é essa agricultura ecológica a partir de suas práticas agrícolas, configurando o que Almeida (2009) define enquanto uma ética orgânica. Vejamos alguns destes princípios segundo o autor (2009, p. 95-96):

A preocupação com os recursos naturais não-renováveis, em particular para os alimentos no que se refere a sua reciclagem; a perspectiva do solo como “fonte de vida” e, portanto, a necessidade de sua preservação (ou seu melhoramento) através de práticas orgânicas de fertilização; a diversificação da produção agrícola; a tomada de consciência da finitude dos recursos naturais e das limitações da natureza.

Entretanto, com relação à rede local percebemos que há uma forte agência dos atores na constituição do ecológico, extravasando uma “ética orgânica”. Se é que poderíamos determinar princípios para a rede local, usaria descrever os seguintes: a) diversificação da produção agrícola; b) trabalho ponderado em coletivos familiares, da propriedade familiar aos grupos de famílias; c) venda em mercados específicos para o alimento ecológico; d) produto acessível.

A gente sempre teve a ideia de produzir sem veneno e vamos tentar fazer ele ser um alimento barato, não é porque é ecológico que tem que ser caro. Outros grupos tentaram fazer parte na comercialização de produtos na feira, entretanto, compreensões diferentes em torno do ecológico inviabilizaram a permanência destes grupos.

Rosa conta a experiência com um grupo que levou produtos veganos para comercialização nos espaços da feira, a continuidade se tornou difícil em função da pouca quantidade com que eram vendidos os produtos e os altos valores agregados. *Uma coisa mais nas linhas das cruas, tu te lembra das cruas que iam fazer aqueles produtos lá? É que a gente chamava elas de cru, a Daphini que colocou o nome delas de crua, acho que é uma coisa assim, uma coisa muito pequena, muito pouca para vender na feira.*

Nesse sentido, podemos observar que tratar de rede ecológica é tratar de ideias que extravasam concepções ligadas à esfera ambiental. Em um amplo circuito de questões e discussões os atores da rede acionam elementos ligados às diferentes concepções de natureza ao mesmo tempo em que

redimensionam as relações econômicas, sociais e políticas do coletivo em questão.

5.2 RELIGIÃO, ESTADO E POLÍTICA: AS ENTIDADES E A ORGANIZAÇÃO DA REDE LOCAL.

Na narrativa etnográfica, podemos observar uma forte articulação entre diferentes entidades na busca por uma organização social e econômica do grupo de agricultores. Apesar de haverem iniciativas dos próprios agricultores, a entrada das entidades religiosas, no caso CPT e CAPA, impulsiona a efetivação das demandas locais. Antes de adentrar nas questões referentes às conexões da rede, formuladas muito em função da articulação entre entidades de base religiosa e os agricultores, é conveniente tratar brevemente das premissas que embasam o trabalho das duas entidades em questão. Sem a pretensão de tratar a temática com a profundidade que merece, pretendo focalizar, nos limites deste texto, a abordagem em torno dos conjuntos de ações das entidades de base religiosa e das entidades ligadas ao Estado no que concerne ao universo da agricultura familiar e, mais especificamente, da rede ecológica local.

Quadro 4 – História da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e premissas do seu trabalho.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista. Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas da crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. Na verdade, a instituição eclesial não havia sido molestada. No período da ditadura, o reconhecimento do vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e se manter. Mas já nos primeiros anos, a entidade adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os lavradores, onde quer que estivessem, enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra. Terra garantida ou conquistada, o

desafio era o de nela sobreviver. Por isso, a Agricultura Familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização. A CPT junto com seus parceiros foi descobrindo que esta produção precisava ser saudável, que o meio ambiente tinha que ser respeitado, que a água é um bem finito. As atenções, então, se voltaram para a ecologia. A CPT também atua junto aos trabalhadores assalariados e os boias-frias, que conseguiram, por algum tempo, ganhar a cena, mas que enfrentam dificuldade de organização e articulação. Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava; sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. O homem do campo é que define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. A CPT acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. É por isso que a CPT, conseguiu, desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas desta história são os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Finalmente, os direitos humanos, defendidos pela CPT, permeiam todo o seu trabalho. Em sua ação, explícita e implicitamente, o que sempre esteve em jogo foi o direito do trabalhador em suas diferentes realidades. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

Fonte: Site da CPT. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>>. Acessado em: 20 jan. 15.

Conforme já descrito anteriormente, as questões ligadas à permanência na terra e à viabilidade econômica das famílias de agricultores parecem ser pontos importantes na mobilização destes grupos. Ao passo que a CPT começa a organizar, na década de setenta e oitenta do século passado, algumas ações direcionadas aos grupos de trabalhadores rurais marginalizados no processo de trabalho da lógica capitalista, os agricultores encontram, então, lacunas e possibilidades para a construção de si e de seus ofícios. Segundo Silva (2005, p.2):

Diferentemente do que fizera até o início dos anos 1960, a parcela do clero comprometida com a causa das camadas populares rurais assume uma posição anticapitalista, chegando a defender a propriedade social da terra e a total autonomia das organizações dos trabalhadores frente ao Estado e ao patronato. Essa mudança de postura criou as condições internas que possibilitaram o surgimento da CPT.

Nesse sentido, podemos observar uma íntima ligação entre religião e práticas sociais de combate à pobreza e evasão do campo a partir das ações da CPT. Como aponta Balduino (2001) a densa e perigosa experiência dos primeiros cinco anos da CPT tornou-se uma espécie de doutrina social da terra assumida pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB)⁴³.

⁴³ Segundo Silva e Cereda (2011, p.91) “historicamente a missão da Igreja, tem sua ação condicionada a força carismática de seus pastores. Em certos momentos da história a atuação da Igreja popular é mais progressiva, em outras ocorre uma retração nessa atuação. Sua

Na rede local, podemos perceber que a inserção da CPT nas localidades rurais, a partir do trabalho de Pastoral Rural, conseguiu efetivar diversas dimensões das premissas do trabalho da entidade. Na parceria com o MMTR, a Pastoral desenvolve um trabalho próximo às famílias de agricultores. Segundo o que conta Rosa, a famílias de agricultores acessavam essas discussões a partir de visitas das duas organizações às casas das famílias: *A gente ia nas casas e a secretária do movimento de mulheres enviava lideranças para vir para cá também.*

Além disso, as missas e reuniões das comunidades locais na igreja católica eram espaços importantes para a mobilização dos agricultores e disseminação do trabalho de pastoral rural que começava a ser desenvolvido pela entidade. Com uma perspectiva dos agricultores serem agentes neste processo, a pastoral e o movimento de mulheres iam nas casas dos agricultores(as), *a gente via quais eram as demandas e levava para a diocese local* (ROSA, agricultora). Nesse sentido, o trabalho de pastoral tinha como perspectiva que a entidade fosse uma mediadora em relação às demandas locais e que os agricultores fossem os agentes de sua própria história. Vejamos o que aponta o bispo Dom Tomás Balduino, um dos precursores do trabalho de pastoral, em relação às premissas da entidade:

Lembrei-me da parábola de Jesus sobre o bom Samaritano. Em resumo, o Samaritano levantou um caído no caminho, vítima de uma agressão, e a lição evangélica é que este caído, uma vez de pé, tornou-se capaz de fazer o mesmo, levantar outros caídos. Nossa ação pastoral tem sua razão de ser, como disse anteriormente, no apoio solidário aos homens e mulheres da terra, sujeitos de sua própria história. Não diria que este apoio explica tudo o que aconteceu com as diversas organizações de camponeses, especialmente o MST, mas é boa parte da nossa pastoral. Talvez seja por isso que esta organização camponesa conserva uma mística que lhe dá grande energia na luta de resistência e de conquista. De qualquer forma, nos enchamos de esperança pelo fato de existir hoje

influência é grande na sociedade brasileira, pois o país esta inserido em uma cultura fortemente marcada pelo pensamento cristão. Alguns setores da Igreja [...] estão presente na luta campesina de forma notória. Petras (1997) atribui à Igreja Católica, entre outros, a formação ideológica do movimento dos trabalhadores sem terra - MST, através da Comissão da Pastoral da Terra - CPT. Para o autor a presença dos diversos seguimentos da Igreja, ligados ao movimento, contribuiu para atrair o apoio de classes não ligadas ao trabalho rural, tais como os progressistas e favelados urbanos, setores da Igreja e sindicalistas. Essa união gerou uma grande contribuição política, unindo leigos e religiosos, realizando uma síntese dinâmica nos conceitos de solidariedade e comunidade, reflexão crítica e fé, na libertação humana.”

em nosso país uma notável organização do povo da terra, já com 16 anos de existência.

As ações da pastoral direcionam-se para um empoderamento e uma modificação da compreensão do sujeito “pobre⁴⁴” – e neste caso, se transfere para a figura do trabalhador rural – o qual passa a ser percebido não mais como um objeto da ação de caridade da igreja, mas como um autor de sua própria história. Nesse sentido, as vias de acesso seriam, então, ponderadas pela entidade, no caso a Pastoral Rural, mas as demandas delineadas pelos próprios atores do campo.

Quadro 5 – Histórico do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e o trabalho da entidade.

O CAPA trabalha com agricultores ecológicos familiares em geral, de todos os credos e raças, sem distinção político-ideológica. Sua origem, no entanto, está diretamente ligada à história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) cuja trajetória acompanhou o mesmo movimento que trouxe os imigrantes alemães para as "colônias velhas", ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1824 na Região do Vale dos Sinos (próximo de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul). A necessidade de expandir a fronteira agrícola criou um novo fluxo de deslocamentos para outras regiões do País e a IECLB também foi ampliando a sua área de intervenção. Primeiramente em direção às "novas colônias" e mais tarde para o Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina, para onde foram deslocados os descendentes dos colonos alemães. Os latifúndios instalados nas terras planas do Sul se impunham como uma barreira intransponível, impedindo que a nova corrente migratória se dirigisse para lá. O processo de ocupação do solo através da atividade agropecuária moldou o perfil da base social da IECLB e, até 1972, 70% dos membros se constituíam de pequenos agricultores descendentes dos colonos alemães. No final dos anos 70, a chamada *Revolução Verde* já mostrava as consequências deste modelo tecnológico, como o desaparecimento de muitas espécies de seres vivos, o desgaste dos solos, a contaminação do meio ambiente e principalmente a expulsão do homem do campo. Preocupada com a significativa redução do número dos membros e com o crescente empobrecimento daqueles que permaneciam, a IECLB decidiu organizar um serviço específico para os agricultores familiares. Na Conferência dos Pastores Regionais, realizada nos dias 17 e 18 de maio de 1978, foi então criado o CAPA, com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor. Suas atividades tiveram início no dia 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa (RS), atendendo uma área que na época abrangia 112 municípios do Noroeste do RS e Oeste de SC (74 municípios no RS e 38 em Santa Catarina). Nos dois primeiros anos, as atividades ficaram limitadas à 3ª Região Eclesiástica da IECLB (3ª RE da IECLB), que idealizou o projeto em 1975; a ideia era estender o trabalho a nível nacional, através das estruturas existentes na IECLB. Em 1982, a Região IV da IECLB criou o CAPA em São Lourenço do Sul (RS); mais tarde foi criado o CAPA da Região VI em Santa Cruz do Sul/RS. Em 1997 foram criados mais dois núcleos do CAPA na Região V da IECLB, em Verê e Marechal Cândido Rondon, no estado do Paraná. Em fevereiro de 1988, o CAPA de Santa Rosa foi transferido para Erechim; em dezembro deste mesmo ano foi criado um segundo núcleo em Três de Maio, extinto em 1994 por uma questão de reformulação

⁴⁴ Esta perspectiva foi amplamente discutida na conferência de Medellín que ocorreu em agosto de 1968 na Colômbia. Segundo Balduino (2001, p.10-11) “até Medellín a Igreja entre nós reproduzia e refletia simplesmente o modelo da Igreja européia. A Igreja do nosso Continente não tinha identidade própria, apenas fazia as adaptações do que era decidido no centro da catolicidade. Há um ponto fundamental nesta abertura para o nosso Continente de maioria pobre, de índios, negros e camponeses. Aconteceu a famosa “opção preferencial pelos pobres”. Ora, a Igreja sempre se relacionou com os mais pobres mediante as obras de misericórdia. Aqui, porém, ocorreu uma profunda virada. Pobre não é mais entendido como objeto de nossa ação caritativa. Pobre é sujeito, autor e destinatário de sua própria história”.

estrutural. O CAPA nasceu com propostas alternativas de produção e consumo no mesmo momento em que explodiam, na região, as lutas sociais e políticas que se constituíram nos quatro principais movimentos de trabalhadores rurais (Movimento Sindical Combativo, Movimento dos Sem Terra, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais). Suas orientações se fundamentavam na disseminação de práticas alternativas, econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos pacotes da modernização e os vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos. Inicialmente, o projeto previa a implantação das "Propriedades Modelo Nova Paisagem", em propriedades com áreas entre 10 a 25 hectares. Nestas propriedades haveria a reconstrução das benfeitorias de uma maneira funcional (Galpão Modelo CAPA), a reestruturação na produção, utilização de técnicas de conservação do solo, rotação de culturas e diversificação na produção, além da instalação de hortas, pomares, pastagens cultivadas e área para reflorestamento. Também o aproveitamento de novas fontes de energia nas propriedades, entre elas, o sol, os ventos, os cursos naturais de água e a construção de biodigestores. Ainda em 1988, por uma questão de linguagem comum entre diversos projetos, programas e atividades afins dentro da IECLB, mudou-se o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor para Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. O nome mudou, mas a sigla permaneceu a mesma - CAPA. Desde então a atuação dos cinco núcleos do CAPA tem acumulado experiência e resultados, não apenas enquanto consórcio CAPA, mas também através das redes em que participa, como é o caso da Rede Ecovida de Agroecologia e da Articulação Nacional de Agroecologia.

Fonte: Site do CAPA. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/site/content/capa/historia.php>>. Acessado em: 20 jan. 15.

O CAPA é uma entidade filantrópica ligada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Criada em 1978, a entidade de base inicia as atividades em 1979 na cidade de Santa Rosa/RS. Já na região sul do Rio Grande do Sul, o trabalho de base para um desenvolvimento rural começou a ser implementado em 1982. Inicialmente a sede do CAPA-Sul se mantinha na cidade de São Lourenço do Sul, com o tempo sentiu-se a necessidade de congregar mais municípios e, com isso, a sede passa a ser a cidade de Pelotas, a partir do ano de 2001.

Conforme aponta o documento Histórico do CAPA (2003) “ [...] desde a sua fundação, passa a desenvolver iniciativas para auxiliar os agricultores diante do contexto de exclusão no campo que se foi instalando”. Nesse sentido, a entidade buscava alternativas para viabilizar a permanência do agricultor nas pequenas propriedades. Muito organizados em função do seu “público alvo”, os quais eram em sua maioria agricultores familiares descendentes de alemães, a história do CAPA se vincula intensamente às lutas dos pequenos agricultores. Relacionado o seu trabalho, no início, à uma “agricultura libertadora” a entidade buscava, através do conhecimento vias para permitir que o agricultor permanecesse em suas terras.

É nesse sentido, que a entidade passa a embasar as suas premissas de ação entre as comunidades rurais focados na via técnica e na disseminação do conhecimento da ciência Agroecológica⁴⁵. Além das ações comunitárias o trabalho desenvolvido pela entidade passa então a incorporar os ideais da agroecologia e dimensionar um projeto de extensão rural por dentro da instituição.

No ícone que representa o Capa, a cruz que aparece no símbolo da Igreja Luterana “transforma-se” numa cruz ecológica e lembra uma semente brotando, “ressuscitando”. É uma cruz viva que pode representar vida. O globo do qual “brota” a “nova cruz” ou uma “nova semente” assenta-se sobre o ícone de um livro que pode indicar os novos conhecimentos agroecológicos mediados pelo Capa, mas que se adequam também aos ensinamentos de Lutero e ao que está escrito na Bíblia. A “nova cruz” do Capa pode ser entendida como um símbolo de libertação. (VANDERLINDE, 2005, p.50).

Na rede local, conforme relato do agricultor Ivo, o trabalho do CAPA iniciou na década de 80 muito em função de duas linhas de pensamento que existia na igreja. Como aponta o interlocutor:

[...] tem uma linha que se envolve mais com as questões sociais, divisão de renda e outra que é mais na parte da “alma”, uma metade foi fazer um trabalho e a outra metade outro trabalho, aí dentro da igreja viram uma necessidade que teria que ter algo mais, principalmente, em termos dos agricultores, aí começou o trabalho do CAPA que era um órgão que ia prestar assistência técnica e assessoria.

Nesta época começa a se pensar, em meio aos cultos e organizações das comunidades da IECLB, na necessidade da criação de chapas de oposição ao sindicato rural da época, a fim de direcionar políticas específicas para os agricultores familiares. A preocupação da entidade religiosa era, então, de organizar os agricultores em *associações comunitárias e depois cooperativas* (Ivo, agricultor). Como aponta o interlocutor essas prerrogativas ficavam bem

⁴⁵ “Para nós, a agroecologia promove a gestão ambiental dos sistemas biológicos por formas coletivas de ação social, redirecionando o curso da coevolução entre a natureza e a sociedade, a fim de lidar com a “crise da modernidade”. Ela pretende atingir este objetivo através de estratégias sistêmicas para alterar os modos de produção e consumo humano que produziram esta crise. Para estas estratégias, é essencial a dimensão local, em que nós nos encontramos com potencial endógeno codificados em sistemas de conhecimento, que mostram e promovem a diversidade cultural e ecológica. Essa diversidade deve constituir o ponto de partida das agriculturas alternativas e o estabelecimento de sociedades rurais dinâmicas e sustentáveis” (SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 2013, p.27-28).

claras nas reuniões das comunidades, *isso era uma coisa bem aberta na igreja, que isso tinha que acontecer.*

Neste cenário local, podemos inferir, que o trabalho precursor da rede ecológica na região teve êxito no sentido de que agregou diferentes entidades em torno de pautas em comum. Por um lado, a perspectiva das duas entidades em auxiliar as lutas dos trabalhadores do campo e, por outro, a necessidade de encontrar mecanismos de ação, tanto produtiva quanto de comercialização, que extravase as possibilidades conhecidas pelos agricultores até então.

Além disso, há nitidamente um reconhecimento dos agricultores nos projetos propostos pelas entidades religiosas. Em função da proximidade com os universos religiosos e, conseqüentemente, um reconhecimento destes locais de fala, se possibilita vias de comunicação com os agricultores. Há, no início da formulação da rede, uma espécie de convenções compartilhadas, muito ligadas às religiosidades que permeavam o campo na época, o que, em certa medida, permite uma comunicação efetiva entre estes atores. Como aponta Wagner (2010, p.109) toda expressão dotada de significados e, portanto, toda experiência e todo entendimento é uma espécie de invenção e requer uma base de comunicação compartilhada. A agricultora Rosa, ao relatar sobre o trabalho da Pastoral e do MMTR, aciona os ensinamentos bíblicos como um dos conhecimentos que embasam o trabalho de assistência às famílias na época.

Onde a gente sabia que tinha problema, pessoas preocupadas com o auto sustento da família aí a gente ia, claro ele ganhava pela pastoral e eu no momento eu ganhava pelo movimento então a gente conseguiu fazer todo esse resgate né, de uma cultura lá do começo da história da humanidade né, porque lá no começo da história da humanidade, não existia semente híbrida, adubo, calcário, veneno de espécie alguma né, então as coisas eram tudo bem natural então a gente começou a fazer esse trabalho, utilizando bastante a Bíblia né, utilizando como exemplo ela né, o livro de Gênesis da construção e assim por diante, isso fez um trabalho muito bonito. (ROSA, agricultora).

Nesse sentido, a CPT e o CAPA se colocam neste contexto enquanto mediadores entre as demandas dos agricultores locais e o “campo de possibilidades” que estes grupos poderiam acessar. Mediados pela noção do sagrado e dos ensinamentos bíblicos, a fundamentação religiosa parece

impulsionar as lutas e conquistas destes agricultores. No trabalho realizado entre trabalhadores rurais luteranos da região sul Vanderlinde (2005) aponta que um dos aspectos relevantes nos processos de mediação entre os trabalhadores rurais e formas alternativas ao *fazer* agricultura se refere à construção do sagrado. Podemos afirmar que há nos ensinamentos bíblicos uma espécie de conexão com a proposta de uma agricultura ecológica.

A fundamentação religiosa dos discursos de mediação é entendida como uma força motivadora e propulsora das lutas dos agricultores. A construção da mística faz parte do discurso de mediação em que se envolvem entidades religiosas, procurando motivar o agricultor nos objetivos que se pretendem alcançar. Trata-se de criar referenciais e visões de mundo, nos quais o sagrado indica um caminho viável a ser seguido [...] O camponês tem uma religiosidade que nem sempre coincide com aquela que lhe chega mediada por entidades religiosas. Por meio de sua religiosidade, assim como nos “silêncios” e seus significados, o camponês também resiste e avança. É o contato com a natureza e a percepção da seqüência dos dias e estações que formulam uma experiência “espiritual” própria ao camponês. Este sentimento fundamentado numa concepção de vida pode entrar em sintonia com outros discursos mais “refinados” mediados pelos agentes religiosos. (VANDERLINDE, 2005, p.54).

É neste contexto de reconhecimento da proposta de uma agricultura ecológica com o sagrado que as ações das entidades encontram uma lógica de ação. Podemos observar estes ideais no próprio histórico do CAPA, o qual define que “todo o processo de conscientização, de sinais de apoio, reivindicações e propostas concretas no trabalho do campo deve ser marcado à luz do Evangelho, por um espírito de amor, diálogo e persistência luterana”

Nesse sentido, há uma forte relação de confiança com as ações das entidades religiosas por parte do grupo de agricultores. As falas exitosas dos trabalhadores rurais em relação ao desenvolvimento dos projetos, principalmente o projeto TEAR, denotam a importância das ações desenvolvidas pela igreja e o trabalho efetivo de assistência técnica da época. Os agricultores acionam constantemente a noção de fidelidade das atividades desenvolvidas pelos técnicos, muito em função de que era um trabalho constante e próximo da realidade dos trabalhadores rurais. Vejamos nas falas dos interlocutores.

Eles eram preocupados com a gente, andavam por tudo, eles tinham uma Toyota e aquela Toyota andava por tudo que era lugar, iam nas

casas das famílias, conversavam com a gente e até colocavam a “mão na massa” né, naquela época a gente tinha assistência técnica, da pastoral era um técnico se eu não me engano. (ROSA, agricultora).

No começo eles tiveram mais essa finalidade de buscar mais pessoas, mais famílias [...] ai depois que entrou essa assistência técnica, de técnicos, o CAPA tinha uns quantos que iam para campo, fazer trabalho de campo mesmo, visitar as famílias. (IVO, agricultor).

Numa pesquisa realizada entre as Irmãs Catequistas Franciscanas do Mato Grosso, Silva e Cereda (2011) apontam que “a confiança destacou-se como a atitude determinante do restabelecimento das frágeis ligações na comunidade estudada”. Enquanto trabalho de Pastoral, esta parece ser uma característica crucial para o desenvolvimento dos projetos das entidades. Uma vez que a desestabilidade social das comunidades locais fragiliza os laços e desmobiliza as lutas dos trabalhadores rurais, a entrada das entidades religiosas retoma uma perspectiva de ação local a partir daquilo que lhes é conhecido e confiável, o que se traduz em um empoderamento⁴⁶ dos agricultores e de suas práticas.

Com o término do financiamento dos projetos realizados pela CPT, a entidade passa a se retirar dos universos de ação local. O técnico da época, Lúcio, conta que na perspectiva da entidade, após a efetivação da feira, a proposta de trabalho de Pastoral da Terra estaria então concluída. Muito na perspectiva dos compromissos firmados pela CPT com relação aos problemas da terra⁴⁷, acompanhar a comercialização não era compreendido enquanto funções da entidade. Segundo Lúcio, *eles apontaram, olha aqui existe um*

⁴⁶ Por empoderamento compreende-se como “auto-confiança e auto-estima, o qual deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Tendo em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança”. (LEON, 2001, p.97).

⁴⁷ No documento “Igreja e os problemas da terra”, elaborado na Assembleia Geral do Episcopado Brasileiro de 1980 define os maiores compromissos dos bispos brasileiros com as questões ligadas aos trabalhadores rurais, vejamos alguns: “Nossa atuação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações e outras formas de cooperação, para que sejam realmente organismos autônomos e livres, defendendo os interesses e coordenando as reivindicações de seus membros e de toda sua classe. Reafirmamos o nosso apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores, colocando as nossas forças e os nossos meios a serviço de sua causa. Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária [...] Apoiamos igualmente a mobilização dos trabalhadores para exigirem a aplicação e/ou a reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária, trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população” (p. 34-35).

caminho que os agricultores querem e é possível, agora quem tem que assumir de fato é as instituições. Nesse sentido, a proposta dos atores se tornarem donos de sua própria história tinha de se efetivar dessa vez pela via da gestão do comércio local.

Com a saída das entidades religiosas há uma transferência deste conjunto de ações da igreja: por um lado a organização e gestão da comercialização passam a ser ordenadas pelos próprios agricultores e, por outro lado, o auxílio ao grupo de agricultores passa a ter outro agente neste processo, o Estado⁴⁸. A própria configuração do comércio no formato de feiras livres se ponderou muito em função da possibilidade dos agricultores poderem gerir a sua organização sem a necessidade de um mediador. Como aponta Lúcio, *é um espaço mais simples de tu organizar, apesar de todas as complicações, é um espaço mais fácil dos agricultores terem a gestão.*

Podemos percebermos que a transição de papéis entre religião e Estado é um ponto que dimensiona mudanças importantes nos planos político e econômico da rede local. Enquanto políticas de desenvolvimento, principalmente aquelas ligadas às questões agrárias, o Estado contemporâneo brasileiro é marcado, grosso modo, por duas épocas distintas.

A época desenvolvimentista foi o período no qual as políticas ligadas à modernização da agricultura se instalaram no país. Segundo Navarro (2001 apud Ferreira et. al. 2009, p.773) as décadas de 60 e 70 no Brasil constituíram o ápice do desenvolvimento rural, caracterizando-se como um dos grandes motores das políticas públicas federais, visto que a agricultura daquela época refletia um peso significativo para as contas nacionais. Marcado por um governo militar autoritário, houve um rompimento radical com as práticas agrícolas vigentes até então através da inserção massiva de créditos para aquisição de insumos, maquinários, sementes, entre outros produtos. Nesta época, o estado brasileiro é o maior facilitador para a implementação do modelo da modernização agrícola no país. Com um contexto favorável, há mudanças substanciais nas práticas do rural brasileiro, agora “modernizado”.

O segundo período é marcado pela crise do governo intervencionista e pelo estabelecimento de uma lógica democrática para o estado. Nesta época,

⁴⁸ Para maiores informações sobre a inserção do Estado no universo da agricultura familiar ver Becker e Sacco dos Anjos (2008), Becker (2010) e Ferreira et. al. (2009).

há uma forte diminuição da intervenção do poder público e uma transferência de tomadas de decisão para o mercado e organizações sociais. Nesse sentido, há uma diminuição do papel do poder estatal nos programas ligados ao desenvolvimento rural. Permeado por contradições, o Estado passa a caminhar em diferentes vias. Por um lado se isenta de intervenções mais diretas aos problemas de concentração de terra, ao modelo insustentável do agronegócio, à continuidade do trabalho escravo, entre outras questões. Por outro lado, há a possibilidade de inserção de grupos das sociedades civis na elaboração de políticas públicas. Como bem aponta Ferreira et. al. (2009, p.775) “a elaboração das políticas relacionadas ao meio rural deixaram de ser tarefas exclusivamente das instituições governamentais, incorporando a participação dos diversos atores sociais do campo, bem como as suas aspirações históricas, sociais, políticas e econômicas”.

Como resultado de reivindicações de organizações e movimentos ligados ao universo da agricultura familiar têm-se o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual é um programa de crédito rural específico para a agricultura familiar implementado no final da década de noventa. Neste contexto, há a formulação dos mercados institucionais baseado em dois programas principais⁴⁹: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em relação a este novo contexto do Estado contemporâneo brasileiro, Becker e Sacco dos Anjos (2008, p.1) afirmam que o quadro de crise econômica e produtiva acaba levando o Estado a tomar atitudes que venham a afirmar a agricultura familiar como uma das ferramentas estratégicas à promoção da soberania alimentar com produção diversificada de alimentos e matéria-prima.

Imerso nas contradições inerentes ao estado brasileiro⁵⁰ é que a rede local tende a se reconfigurar e formular novas conexões a partir das políticas

⁴⁹ Sobre implementação nos programas na Cooperativa Sul Ecológica ver Becker (2010).

⁵⁰ Como aponta Ferreira et. al. (2009, p.778) “compreender a formação do Estado contemporâneo brasileiro é uma tarefa complexa. Mesmo com todo o discurso social democrático instaurado nos últimos anos, o Estado brasileiro ainda é permeado por muitos traços tradicionalistas que elevam as práticas patrimonialistas, corporativistas clientelistas, dificultando, assim, o estabelecimento de uma real cidadania, especialmente no meio rural, apesar de algumas ações empreendidas por alguns mecanismos de participação social para a formação da democracia brasileira”.

públicas delineadas pelo estado. É nesse contexto que se têm o surgimento da Cooperativa Sul Ecológica, formulada muito no sentido de dar conta das demandas dos mercados institucionais da região.

Nesta inserção nos mercados institucionais, ocorrem mudanças na forma de organização da própria cooperativa. O que antes da entrada da máquina burocrática do estado estaria vinculada às demandas dos agricultores familiares, específicos da região sul do Rio Grande do Sul, passa a se articular com demandas e definições generalistas do que é agricultura familiar, quais universos acessam e que práticas devem realizar para se “encaixarem” nos editais propostos pelas entidades estatais. Segundo Buryti (2008, p.3) o movimento da reforma do Estado e os ajustes macroestruturais impuseram ao segmento organizado da sociedade civil o ônus de se redefinir para assumir funções de provisão e proteção social deixadas pelo Estado.

Nesse sentido, os interlocutores apontam que com a entrada do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência do país houve mudanças significativas nas políticas públicas para este setor, possibilitando a entrada dos grupos de agricultores em mercados até então não acessados. No trabalho realizado por Becker (2010) sobre mercados institucionais e agricultores familiares da região sul do Rio Grande do Sul, o autor aponta que este instrumento de política pública pode ser considerado como uma via de desenvolvimento rural interessante, pois tem como perspectiva o estabelecimento de novas relações com outros atores econômicos. Vejamos o que aponta Ivo em relação ao desenvolvimento destes projetos entre cooperados da Sul Ecológica.

Na época do PT (na prefeitura da cidade de Pelotas), a gente teve umas experiências muito boas, as escolas visitavam os agricultores, para as merenda compreender os processos né, os agricultores também visitaram as escolas, palestras, então foi assim um trabalho bem interessante, claro a gente tinha dificuldades, principalmente na questão das quantias dos produtos, porque tu tem muita coisa de entressafra então tu te planeja, aí vou ter tantos kilos de cenoura, beterraba, aí não chove ou chove demais, que também foi uma cruzada onde ainda os agricultores não tinham uma estrutura tão boa com água e plástico no inverno então isso dificultou um pouco o projeto, mas o projeto em si deu bons resultados.

Ao contrário das propostas de trabalho das entidades de base religiosa, o ingresso no universo dos projetos institucionais insere os agricultores em contextos distantes da realidade local e extremamente burocráticos. Apesar da inserção há mais de dez anos nos mercados institucionais locais, Ivo aponta que há uma dificuldade em manter o agricultor nestes projetos. Algumas das principais questões ligadas a estas dificuldades são: inflexibilidade nos prazos dos projetos, dificuldade em manter uma produção diversificada, burocracia em torno das prestações de contas e demora nos pagamentos.

Assim, a burocracia exigida para atender e desenvolver os projetos institucionais está, segundo Ivo, *cada dia mais difícil*. Com o desenvolvimento da pesquisa, percebo que há dois pontos que dificultam o trabalho com os mercados institucionais. Primeiramente a questão da necessidade de produção em grandes quantias direciona as propriedades para uma especialização *em dois ou três cultivos*. Este ponto resulta na negação de uma das características centrais das práticas da agricultura ecológica, a diversificação da paisagem agrícola. Como vimos no capítulo anterior esta é uma das questões que acionam a volta da família Scheunemann para o trabalho na feira.

Outra questão chave é o distanciamento dos projetos da realidade produtiva das famílias de agricultores familiares. Diferentemente daqueles conjuntos de ações das entidades religiosas discutidos anteriormente, nas ações do Estado há uma definição *a priori* do que tem de ser produzido pelos agricultores a partir das demandas de mercados. Sem reconfigurações relacionadas ao consumo e à produção, as exigências dos editais requerem cumprimentos dentro dos prazos estipulados. O que pode ser produzido em cada estação do ano, em cada propriedade e os períodos de chuva e escassez não são levados em consideração, podendo levar a entraves nas prestações de conta com o Estado. Neste sentido, vejamos o que aponta Ivo:

[...] as escolas estaduais são bem mais flexíveis, porque aí é mais aquele contato direto com a escola né, a universidade é um baita espaço só que lá não existe essa flexibilidade, se eles marcaram pro dia dezesseis de novembro, quero tantos Kg de abóbora é dezesseis de novembro não dezessete ou vinte e um, então não sei como fazer isso, mas acho que é uma pena de não haver esse entendimento que até às vezes tu pode plantar e te organizar bom se eu plantar quarenta dias antes um determinado produto vai levar quarenta dias no ciclo normal, mas por questão de frio ou calor ele pode dar diferença ele pode dar antes ou depois, o que aconteceu com nós foi

essa abobora de tronco viu quantos dias levava pra produzir por isso que eu citei de novembro porque dezesseis, dezessete de novembro nossa abóbora não tava pronta ainda, não tinha ainda, começou agora mas o quê que foi, foi muita chuva os pezinhos não se desenvolveram, aí depois que parou a chuva ela veio e o dezesseis de novembro passou e não sei se vão pedir ainda, acho que não, então esses ainda são caminhos que tem que ser melhorados acho que tem que ser trabalhado.

Dificuldades similares em relação às demandas das políticas públicas para o trabalho na agricultura familiar também foram observados em outras pesquisas. Ferreira et. al. (2009), em pesquisa realizada entre agricultores familiares da região sul de Minas Gerais, apontam que as ações do Estado além de serem escassas não têm sido realizadas de forma eficaz. Conforme aponta os autores do trabalho, as políticas públicas, conduzidas após a reforma do Estado brasileiro, ainda estão muito distante das necessidades dos produtores familiares. Nesta mesma perspectiva, Silva e Cereda (2011, p.96), em estudo realizado entre assentados, apontam que apesar das vantagens financeiras de acesso ao PRONAF muitas vezes ocorre uma rejeição ao programa, pois:

Muitos agricultores se encontram endividados, por despreparo próprio, ou dos técnicos responsáveis em elaborar os projetos, o que os exclui automaticamente de tal programa. Há ainda as exigências de garantia para acesso ao crédito, e toda a burocracia necessária, o que faz com que o agricultor desanime. Há também o mito de que o banco vai “tomar” seus bens, caso tenha algum imprevisto e não consiga acertar a dívida.

Na contradição da máquina estatal, ao mesmo que tempo se trabalha na perspectiva de ‘ouvir’ e direcionar ações para os diversos segmentos da sociedade, os projetos e editais operam a partir das mesmas categorias para as diferentes demandas dos atores sociais. Ao tratar de questões inerentes ao universo da aplicação de políticas públicas direcionadas para os grupos indígenas, Cunha (2009) aponta que não há conceitos novos, apenas novas escolhas e novos protagonistas. No que tange ao universo da agricultura familiar há necessidade de reconfiguração das prerrogativas e compreensões em torno de como opera a produção e a organização da agricultura familiar. Conforme exposto pelos entrevistados, não se pode tratar o trabalho na

agricultura familiar diametralmente com o comércio convencional, há diferenças substanciais as quais devem ser levadas em consideração.

Por fim, fica nítido na perspectiva dos agricultores, que há uma relação assimétrica entre o trabalho das entidades religiosas e do Estado. Enquanto as definições em relação ao primeiro percorre o plano do conhecido e do acessível, as ações do Estado se direcionam a um trabalho *distante e complicado de se encaixar*. Em relação a este contexto, podemos inferir que essas noções são construídas muito em função de que a Igreja aciona elementos que fazem parte das estruturas sociais dos agricultores e constrói os espaços de ação conjuntamente com os atores sociais. Já o Estado, em contrapartida, se insere neste campo de ação com questões já definidas e formas de ação até então desconhecidas pelos agricultores. Ao mesmo tempo em que o Estado abre possibilidades de ação ele dificulta os seus acessos. No que tange à rede local, a saída de ações mais diretas das entidades religiosas, muito formuladas em função de demandas locais, desmobiliza, em certa medida, o grupo de agricultores. Segundo Rosa *no contexto atual tem muito dinheiro, mas poucos são beneficiados, quem continua no grupo, está caminhando com as suas próprias pernas*.

A TÍTULO DE FINALIZAÇÃO (DO TRABALHO ESCRITO)

A inversão se esboça no próprio trabalho de escrever cujas representações não são mais que o seu efeito e/ou os seus detritos. Eu me interrogo sobre o que fabrico, pois o “sentido” ali está, escondido no gesto, no ato de escrever. Por que escrever, senão a título de uma palavra impossível? No começo da escrita existe uma perda. O que não se pode dizer – impossível adequação entre a presença e o sinal – é o postulado do trabalho sempre recomeçando que tem como princípio um não-lugar da identidade e um sacrifício da coisa. A escritura repete essa falta com cada um de seus sinais gráficos, relíquias de uma caminhada através da linguagem. Ela soletra uma ausência que é o seu preâmbulo e o seu destino final. Ela procede por abandonos sucessivos dos lugares ocupados, e se articula numa exterioridade que lhe escapa, tendo o seu destinatário vindo de outro lugar, visitante esperado mas nunca ouvido nos caminhos escriturísticos traçados na página pelas viagens de um desejo.

(DE CERTAU, 1994, p. 298-299).

No que tange a tentativa de propor conclusões para este trabalho escrito compreendo ser necessário, primeiramente, direcionar os caminhos da pesquisa, a qual possibilitou uma agência intensa dos atores-rede na produção deste trabalho. Nos tempos de produção do projeto de pesquisa, intensificou-se o olhar para questões ligadas com as relações de humanos com ambientes e às diferentes concepções de natureza que permeavam a rede ecológica local. Entretanto, com o andamento da vivência em campo os atores, agora possibilitados de contar as suas realidades, transformam a proposta do projeto. Pois, como aponta Latour (2012, p. 68), a proposta teórico-metodológico “a ANT é simplesmente uma tentativa de dar tanto espaço aos membros da sociedade contemporânea para definirem a si próprios quanto o oferecido pelos etnógrafos”.

Assim, outros rumos, conexões e atores foram aparecendo nesta rede até então invisíveis para o pesquisador do social (no caso eu). Pela narrativa descrita no capítulo IV, podemos perceber uma rede extremamente diversa com uma heterogeneidade de pautas, diversas conexões entre redes e diferentes atores que pouco saem dos bastidores deste espetáculo.

Certamente que haveria a necessidade de intensificar estudos em pontos específicos. Entretanto, por tempo, ou até despreparo do pesquisador, preferi analisar a rede por dois pontos que pareciam ser, no momento em que a rede foi mapeada, os elementos mais importantes na construção de seus significados.

Assim, a relação entre religião e estado pareceu ser promissora para dimensionar as formas de ação das entidades e como os atores sociais se relacionam com essas diferentes perspectivas. Para fortificar essa análise aproximei das discussões de Manuela Carneiro da Cunha, a qual observa a operação de políticas públicas para indígenas a partir de categorias generalistas, sem levar em consideração outras possibilidades de operação de mundo.

Com relação ao processo de construção/invenção da rede local podemos inferir que o aspecto relacional que envolve homens, mulheres, animais, plantas, coisas, objetos, alimentos, paisagens, constituem os sujeitos e por sua vez as práticas locais que vão dando sentido a este universo cultural. Nesse sentido, na rede que segui, cujas conexões heterogêneas foram me mostrando os caminhos, encontrei homens e mulheres que lidam cotidianamente com novos contextos se apropriando dos diversos aparatos da modernidade e construindo-se através da experiência com os ambientes, as coisas e, também, na relação com outras redes, as quais extravazam o universo da rede local. Estes indivíduos multifacetados constroem uma rede heterogênea, a qual articula elementos morais, ligados ao trabalho na terra, e premissas de valoração da natureza enquanto um bem a partir da incorporação de demandas de redes amplas.

Num caráter relacional entre redes, homens e mulheres, humanos e não-humanos, velho e novo, encontramos os diferentes caminhos traçados em meio às continuidade/descontinuidades, articulando noções de sociedade e de ser agricultor. Por fim, as transformações contemporâneas parecem, muito mais do que exaurir práticas e inserir a uniformização, apontar possibilidades criativas do que se pretende enquanto sociedade, enquanto *ser humano*. Na rede, falar de alimento ecológico, de natureza, é falar de homem e do que se projeta ser enquanto coletivos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura:** tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 210p.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável 4. ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.
- ANDERSSON, Fabiane et. al. O trabalho cooperativo e a agricultura familiar de base ecológica: atuações para um desenvolvimento sustentável a partir da realidade local. **REDES - Revista Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 74 - 98, set/dez 2012.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização:** a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX. Pelotas: Ed. Universitária/UFPeL, 2000.
- ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- BALDUÍNO, Dom Tomas. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, 2001. ISSN versão online 1806-9592. Entrevista concedida aos editores da revista Estudos Avançados.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010. 384 p.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. pp. 11-69.
- BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. As novas possibilidades de comercialização na agricultura familiar: o fornecimento de alimentos aos mercados institucionais. In: XVII CIC e X ENPOS UFPeL, 2008. **Anais do XVII CIC E X ENPOS UFPeL**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2008. CD-ROM.
- BECKER, Cláudio. **Mercados institucionais e agricultura familiar:** análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul. 2010.128f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.10, n.1, 2007, p.11-27. ISSN eletrônico: 1980-8194.

BROLESE, Lisiane Gonçalves *et al.* O Grupo de Agroecologia (GAE-UFPEL) interagindo com a sociedade urbana. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, out. 2007. ISSN eletrônico: 1980-9735.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo do extremo sul do Brasil (1978-88). In: **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas, conquistas**, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.33-52.

BURITY, Joanildo A. **Identidade e cidadania**: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado. Biblioteca virtual, Consejo Latino Americano de Ciencia Sociales - CLACSO. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan5.rtf>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

CANUTO, João Carlos. Agricultura Ecológica Familiar, Mercados e Sustentabilidade Socioecológica Global. In: **Seminário Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade**. (sem ano). Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Canuto_AgriculturaEcologicaFamiliarSustentabilidade_000fdregbyf02wx5eo0a2ndxyscg57tz.pdf> Acesso em: 16 dez. 2014.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, São Paulo, v.2, n.1, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura: **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 2. ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; STEIL, Carlos Alberto. O Habitus Ecológico e a Educação da Percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 3, p. 81-94, 2009.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; PEIXOTO, Luciana da Silva; GEHRKE, Cristiano; FORNO, Rodrigo Dal. **Diversidade narrativa das memórias de italo-descendentes no Museu Etnográfico da Colônia Maciel, Pelotas, RS**. Anais do IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição, p. 872-890, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. ed. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2002.

CLIFFORD, James: **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. 282p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 440p.

DA MATTA, Roberto. O trabalho de campo como rito de passagem. IN: **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981, p.150-173.

FERREIRA et. al. Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, São Paulo, vol. 47, nº 03, p. 767-792, jul/set 2009 – Impressa em outubro 2009

FAVRET-SAADA, Jeanne. 'Ser afetado'. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, 2005.

GIDENNS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GOLDMAN, Márcio. Introdução: Antropologia da Política e Teoria Etnográfica da Democracia. In: **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p.23-35.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena Agricultura em Crise**: O Caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul. 1989. Tese. Porto Alegre: Fundação de Economia Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1989.

HISTÓRICO DO CAPA. Texto elaborado pelo Capa/Sul, fev.2003.

INGOLD, Tim. Repensando o animado, reanimando o pensamento. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 10-25, jul./dez. 2013.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: EDUFBA, 2012. 400p.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: Como fazer ciência na democracia. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. 412p.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora34, 1994. 152p.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 494p.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, n. 13, p.94-106, 2001.

LIMA, SANDRA APARECIDA KITAKAWA. Agricultura familiar, sustentabilidade e desenvolvimento: um estudo sobre os avanços, dilemas e perspectivas da UNAIC – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (RS). 2009. 141f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2009.

MACHADO, Carmen Janaína Batista. **Comida, Simbolismo e Identidade:** um olhar sobre a constituição da italianidade nas colônias Maciel e São Manoel – Pelotas (RS). 2011. 91f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencontrar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.) **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.127-140.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril, 1984.

MARQUES, Flávia Charão. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos:** transições no regime sociotécnico da agricultura: a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no sul do Brasil. 2009. 220f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A natureza.** Tradução Álvaro Cabral. 2. ed. – SP: Martin Fontes, 2006.

MÜLLER, J. M.; LOVATO, P. E.; MUSSOI, E. M. Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC). **Eisforia**, Florianópolis/SC, v. 1, n. 1, p. 98-121, 2002.

NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, Maio/Ago. 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. In: O Trabalho do Antropólogo. São Paulo: Ed. Unesp. 1996, p.17-35.

PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In.: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

PREISS, Potira Viegas. **Construção do conhecimento agroecológico:** o processo das famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé.

2013. 195f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der: **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 376p.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010. 255p.

SALAMONI, Giancarla. A Imigração Alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**. Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica, Ed. Universitária/Ufpel, 2001, p.25-42.

SANTILLI, Juliana: **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Pierópolis, 2009.

SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 412-442, jul/dez 2003.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; WOODGATE, Graham. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. **Revista de investigación en Agroecología**, Espanha, v.8, n.2, p. 27-34, 2013. ISSN electrónico: 1989-4686.

SILVA, Elizabete Maria da; CEREDA, Marney Pascoli. Contribuição da religião para com o desenvolvimento local: estudo de caso da organização “Dando as Mãos”. **REVISTA INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 89-99, jan./jun. 2011.

SILVA, José Santana da. A Comissão Pastoral da Terra como organizadora política dos trabalhadores rurais.In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz - ANPUH**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005. CD-ROM.

SILVA, Vagner Gonçalves da. O sentir das estruturas e as estruturas do sentir: a poesia que lévistrouxe. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.42, n.1-2, 1999.

STRATHERN, Marilyn: **Fora de contexto**: as ficções persuasivas da antropologia. Tradução e revisão técnica Tatiana Lotierzo e Luis Felipe Kojima Hirano. São Paulo : Terceiro nome, 2013. 160p.

VANDERLINDE, Tarcísio. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005. Editora UFPR.

VELHO, Gilberto: **Individualismo e cultura**: notas para a antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

WEBER, Max: **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução Márcio Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WAGNER, Roy: **A invenção da cultura**. Tradução Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2012. 384p.

YOUNG, A. **Agroforestry for soil management**. 2. ed. Edition. UK: CABI, 1997

Pranchas Fotoetnográfica

Prancha 1

Narrativa visual produzida na propriedade da família Jung. As imagens aqui apresentadas foram fotografadas, principalmente, pela neta de Rosa, a pequena Daphiny e, também, pela autora desta dissertação. Pretende-se apresentar nas imagens os moradores da propriedade, a paisagem local e o trabalho realizado pela família.



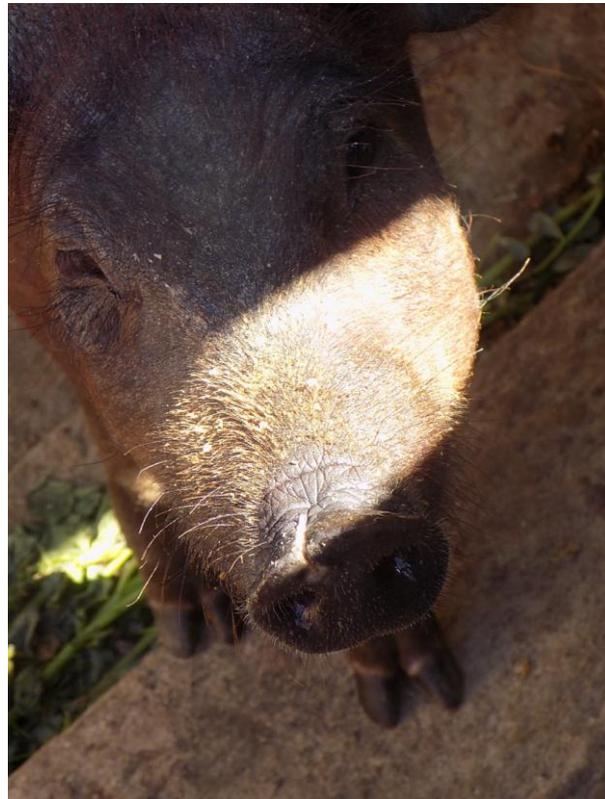










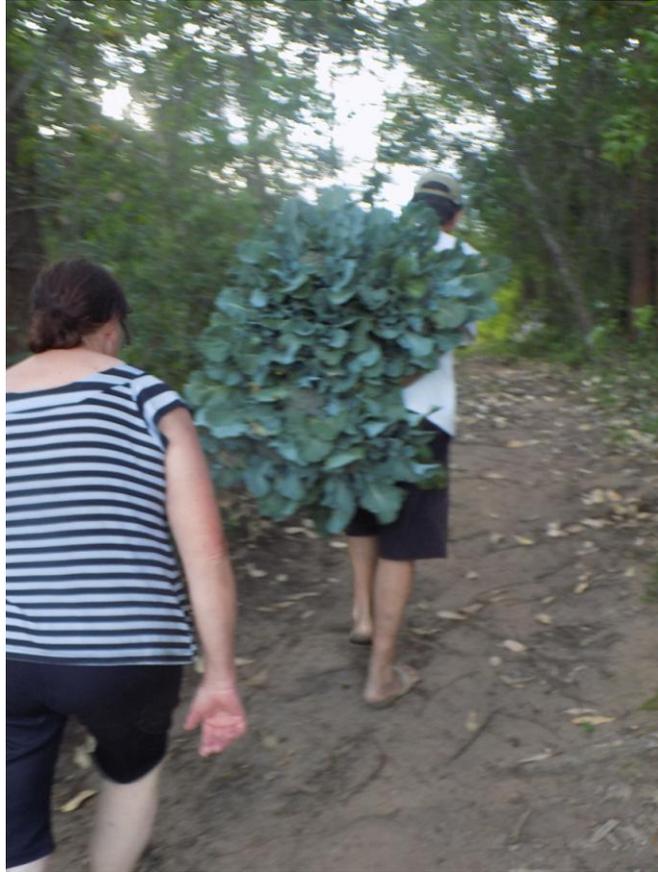


Prancha 2

Narrativa visual na qual é apresentada a propriedade e a família Scheunemann. Pretende-se apresentar nas imagens os moradores da propriedade, a paisagem local e o trabalho realizado pela família.











Prancha 3

Narrativa visual na qual é apresentado espaços de comercialização de alimentos ecológicos na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.









ANEXOS

Anexo 1 – Questionário Consumidores.

Pesquisa de mestrado intitulada “Mapeando a rede: um estudo etnográfico sobre a organização do movimento ecológico na região de Pelotas, RS” do curso de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas.

Nome do participante da pesquisa: _____

*Há quanto tempo você consome produtos ecológicos?

*Quais os motivos que te levaram a consumir produtos ecológicos?

*Você procura periodicamente estes produtos? Em que locais de comercialização?

*Você consome produtos não ecológicos? Quais tipos de produtos? Quais motivos que te levam a consumir estes tipos de produtos não ecológicos?

Agradeço a atenção! Caso queira entrar em contato fico à disposição no email: patricia.postali@gmail.com Se desejar participar mais ativamente da pesquisa deixe algum contato.

Anexo 2

Mapa 1 - Município de Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://www.mapas-rs.com/imagens/mapa-rio-grande-sul.jpg>> Acessado em: 15 jan. 2015.

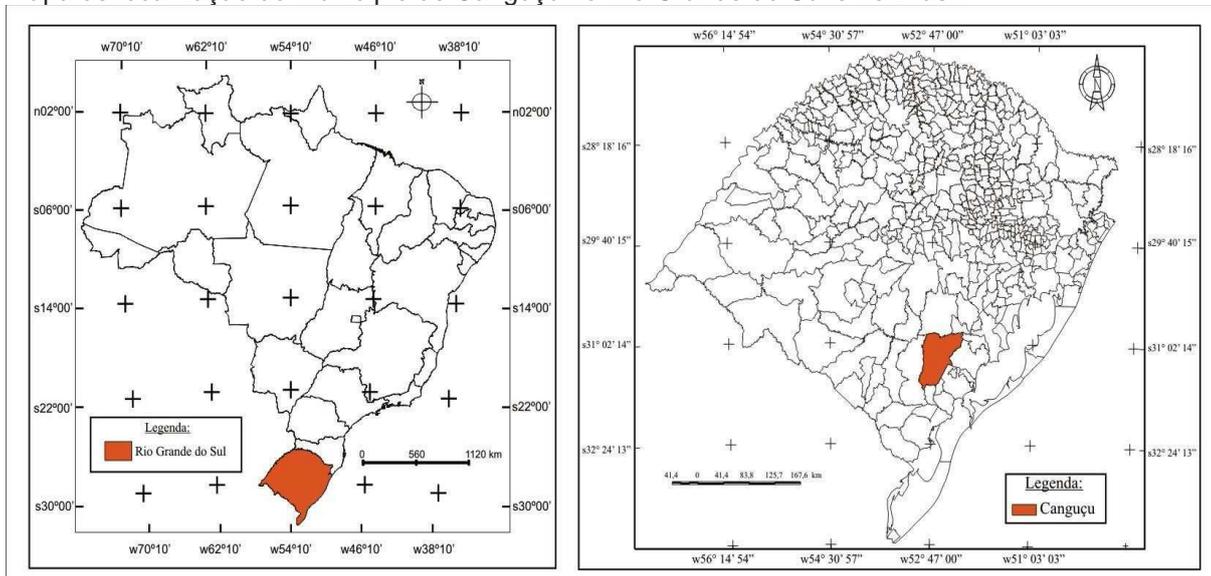
Mapa 2 - Município de Pelotas com os respectivos distritos.



Fonte: Site prefeitura de Pelotas. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/bancodedados/fotos/institucional/institucional_1.jpg> Acessado em: 15 jan. 2015.

Anexo 3

Mapa de localização do Município de Canguçu no Rio Grande do Sul e no Brasil.



Fonte: Lima (2009).